

EDUARDO BUGS GONÇALVES

LULA LÁ, LULA AQUI:

**MUDANÇAS DISCURSIVAS NO PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE A CONDIÇÃO DE CANDIDATO E
A DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas, como parte do pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Professora Doutora Aracy Ernst

Pelotas
2008

Catálogo na Publicação
Bibliotecária Raquel do Prado Fontoura. CRB-10/1803

G6351 Gonçalves, Eduardo Bugs

Lula lá, Lula aqui: mudanças discursivas no período compreendido entre a condição de candidato e a de Presidente da República. / Eduardo Bugs Gonçalves. - Pelotas: UCPEL/ PPGL, 2008.

171 f.

Dissertação (Mestrado). – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Aracy Ernst.

1. Discurso político 2. Ideologia 3. Sentido I. Título.

CDD 401.41

A Deus,
a Bertília,
a minha amada esposa Andréa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a todos aqueles sem os quais este trabalho não teria chegado à sua conclusão.

Agradeço a Deus, princípio e autor da vida, por me haver concedido esse tão precioso dom e por ser a força, a coragem e a presença sempre constante em minha vida. A Ele sejam dadas, em tudo o que faço, a honra, o louvor e a glória agora e para sempre.

A minha mãe, que me gerou, acompanhou em todos os momentos de minha trajetória e sempre soube me incentivar para que eu jamais desanimasse e nem desistisse de ir cada vez mais longe.

A minha amada esposa, Andréa, que com seu carinho e presença cuida de mim e me acompanha em todos os passos da minha vida desde que nos conhecemos, agradecendo em especial por ter compreendido minhas ausências e minha falta de tempo durante o tempo no qual foi escrito este trabalho.

À minha sogra, Maria del Carmen Salgado, pelo incentivo, carinho e por tudo o que tem me proporcionado, bem como pelos carinhosos “puxões de orelha” por vezes necessários.

À Secretaria Municipal de Educação, na figura dos professores João Manoel de Souza Peil e Ana Berenice Franco dos Reis, pelo afastamento concedido a fim de cursar o Mestrado, bem como a todos os colegas que supriram as minhas eventuais faltas em razão das atividades acadêmicas.

A CAPES, pela bolsa de estudos concedida para realização do curso, sem a qual não teria possível concluí-lo.

À Profa. Dr. Aracy Ernst, minha incansável, paciente e zelosa orientadora, que, com seu olhar atento e sua vasta bagagem na área, muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho, agradeço pelo encorajamento, carinho e confiança em mim depositados.

À Profa. Dra. Carmen Lúcia Barreto Matzenauer e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas pelos sólidos conhecimentos adquiridos e aos funcionários pela paciência e atenção que me dispensaram.

Ao Prof. Dr. Jandir João Zanotelli e Profa. Dra. Marilei Resmini Grantham minha gratidão pelo olhar crítico e pelas valiosas colaborações dadas por ocasião da defesa deste trabalho.

Aos queridos amigos e padrinhos Márcio e Patrícia Camargo, pelo carinho, incentivo e auxílio na digitação deste trabalho, agradecendo por todas vezes em que, durante noites inteiras, abriram as portas de sua casa e me permitiram acesso ao computador para digitação desta dissertação.

Ao incansável amigo Osvaldo Andrade que, em diversas oportunidades, em especial quando da apresentação de trabalhos em Congressos, Seminários e outros eventos, acudiu-me com seus conhecimentos em informática e com sua criatividade, auxiliando-me na montagem dos materiais apresentados.

Às colegas e amigas Professora Margareth Michels e Professora Elza Athaide, pelo carinho, companheirismo e troca de materiais e de informações pertinentes ao tema da minha pesquisa, bem como à colega Professora Lilian Zimmer Chagas, pela grande ajuda na escrita do Abstract.

À Professora Rita de Cássia Reis, pelo auxílio na revisão linguística do presente trabalho, meus sinceros e profundos agradecimentos.

Aos Professores Alfredo Giugliano e Elis Radmann, por terem me facilitado o acesso à diversos materiais da área da Sociologia e da Política, necessários para constituição do referencial teórico usado ao longo da pesquisa efetuada.

A todos os meus amigos, que souberam ter paciência comigo pelas minhas ausências em razão do tempo e trabalho dedicados à elaboração desta dissertação, bem como aos que, sempre ao meu lado, auxiliaram-me para que eu não me desviasse de minhas metas e nem desanimasse ante aos obstáculos que se apresentaram diante de mim ao longo do caminho.

[...] O político é, subjetivamente, uma fonte contínua de tédio e/ou de gozo; é além disso e de fato, por seus transbordamentos e suas máscaras, um espaço obstinadamente polissêmico, lugar privilegiado de interpretação [...].

ROLAND BARTHES

RESUMO

Este trabalho consiste numa reflexão acerca do discurso político de Lula a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso na tradição de Michel Pêcheux. Parte da hipótese de que ocorreram mudanças significativas no período compreendido entre a sua condição de candidato à Presidência da República e a de Presidente eleito do Brasil. Nessa direção, busca explicitar os mecanismos discursivos responsáveis pelas diferentes posições-sujeito por ele assumidas e identificar as filiações sócio-históricas, relacionando-as aos acontecimentos aos quais se vinculam. Para isso, foram analisadas formulações retiradas dos debates eleitorais televisivos e de entrevistas dadas para emissoras de televisão na última semana que antecedeu os pleitos eleitorais de 1998, 2002 e 2006, bem como alguns fragmentos do discurso de posse de Lula dos anos de 2003 e 2007. O recorte operado que constitui o *corpus* discursivo desta dissertação trabalha com a possibilidade de identificar os diferentes lugares ocupados pelo sujeito-enunciador Lula que possam demonstrar mudanças de sua identidade política.

ABSTRACT

This research consists of a discussion based on Lula's political speech supported by the theory of the Speech Analysis from Michel Pechêux. It works on the hypothesis that in the period of time from his position as a candidate to his real democratic election to President of Brazil some significant changes had been occurred. That said, this research tries to explain the speech mechanisms of the "being" used by him and also identify his social/political history then relate them to the events which they are engaged. For that purpose, fragments of the TV election period debates, interviews obtained during the previous week to the election in the years of 1998, 2002 and 2006 and also some of his speech in the years of 2003 and 2007, when he was finally elected. This chosen corpora for the following dissertation works with the possibility of identifying the different "beings" assumed by the subject - the president – that can demonstrate those changes mentioned above toward his politic identity.

ABREVIATURAS

AD - Análise do Discurso

AIE - Aparelhos Ideológicos do Estado

AI - Ato Institucional

Arena - Aliança Reformadora Nacional

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

DPL - Discurso Político do Lula

FBP - Frente Brasil Popular

FD (s) - Formação(ões) Discursiva(s)

FI (s) - Formação(ões) Ideológica(s)

sdr(s) - seqüência(s) discursiva(s) de referência

TdL - Teologia da Libertação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O CENÁRIO DISCURSIVO	14
1.1 Subjetividade e ideologia	15
1.2 A interpretação e o sentido como ferramenta de construção do cenário discursivo	24
1.3 Definição dos termos ideologia e política.....	25
CAPÍTULO II – A FUNDAÇÃO E A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	29
2.1 O cenário político brasileiro pós Proclamação da República Federativa do Brasil	29
2.2 A gênese do Partido dos Trabalhadores (PT)	33
2.2.1 <i>Os primeiros passos para a fundação de um novo partido de esquerda no Brasil</i>	33
2.2.2 <i>A solidificação da identidade do Partido dos Trabalhadores e de suas lideranças</i>	39
CAPÍTULO III – O DISCURSO POLÍTICO DO MOVIMENTO SINDICAL E DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO	45
3.1 A formação discursiva do Movimento Sindical no Brasil.....	45
3.2 Da formação ideológica do Movimento Sindical	47
3.3 A identidade discursiva e o discurso político do PT	48
CAPÍTULO IV – O CONTEXTO ELEITORAL	50
4.1 O debate eleitoral televisivo	50
4.2 O comportamento eleitoral brasileiro	55
CAPÍTULO V – LULA: DE LÍDER SINDICAL A PRESIDENTE DA REPÚBLICA	57
CAPÍTULO VI – ANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES DO DISCURSO POLÍTICO DO LULA (DPL)	61
6.1 Metodologia	61
6.2 Construção do <i>corpus</i>	61
6.3 As configurações discursivas do discurso político do Lula (DPL)	64
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a Análise do Discurso¹ empenha-se em estudar o funcionamento do discurso, explicando como se dá a produção de sentidos na materialidade lingüística, através de noções como as de sujeito, interpretação, sentido, entre outros. Com base nelas, empreende a tarefa de buscar, à luz dos pressupostos teóricos que a constituem enquanto ciência, analisar seu objeto – o discurso – com vistas à relação entre linguagem e ideologia.

O discurso político, como gênero de interesse para os estudiosos da AD, tem sido objeto de inúmeros trabalhos principalmente na França. Muito já se produziu, mas a curiosidade intelectual permanece, desencadeando reflexões profundas que trazem inegavelmente contribuições extremamente positivas com relação ao entendimento da construção dos sentidos.

No contexto brasileiro, ocorre fato semelhante. Os estudiosos da AD vêm, desde o seu surgimento, dedicando-se, de maneira especial, a sua análise. Surgem com profusão, a cada novo dia, trabalhos sobre o discurso sindical, o discurso feminino na política, o discurso do MST, entre outros, e, em especial, o discurso de personalidades importantes do cenário político do país.

Dentro desse panorama, não podemos prescindir de uma personagem que vem marcando sua atuação na política brasileira: Luiz Inácio Lula da Silva ou, simplesmente “o Lula”, como até hoje é conhecido. Por meio de sua atuação, primeiramente no movimento sindical e, *a posteriori*, na política brasileira, ele enseja, sem sombra de dúvida, o interesse e, conseqüentemente, a realização de estudos em diferentes áreas e especialmente na Análise de Discurso (AD).

Interessa-nos analisar o discurso produzido a partir da fala de Luiz Inácio Lula da Silva, partindo do período em que concorreu à Presidência da República - no ano de 1998 - restando, então, derrotado, até a sua eleição e posterior reeleição como Presidente da República do Brasil. Assim sendo, importa particularmente o intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1998 e 2007, no qual ocorre a mudança da condição de candidato a presidente e posteriormente, candidato reeleito, e onde parecem ocorrer alterações em seu discurso.

¹ Referência à Análise do Discurso de linha francesa que surgiu em meados dos anos sessenta a partir dos estudos de Michel Pêcheux.

Tomando por base indicadores lingüístico-discursivos na análise de manifestações públicas do sujeito-enunciador Lula², buscaremos, no presente estudo, identificar qual(is) a posição(ões)-sujeito assumida(s) por ele ao longo dos anos estudados e sua vinculação a Formações Discursivas (FD), verificando se houve (ou não) alterações em seu discurso, a partir da comparação com o discurso enunciado por ele mesmo, bem como através do contraste de seu discurso com enunciados pronunciados por outros sujeitos-enunciadores, buscando verificar se ocorre assimilação de saberes de diferentes FD em seu discurso..

Para isso, no primeiro capítulo, tentaremos demonstrar de que forma se constitui o cenário discursivo no qual emerge o sujeito-enunciador Lula³, buscando entender a importância da interpretação, do sentido e da ideologia na formação de sua identidade discursiva.

No segundo capítulo, mostraremos os elementos que serviram de pano de fundo para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como alguns aspectos relativos à forma como a política era conduzida no país, a partir da tomada do poder pelos militares. Pensamos que tais elementos possibilitam entender como surge a liderança de Lula capaz de levar adiante um novo projeto de mudança, que posteriormente toma as feições de um projeto político.

O terceiro capítulo focaliza a importância do movimento sindical como uma das molas propulsoras do surgimento do PT. Consideramos fundamental o estudo do movimento sindical para entender os elementos da memória discursiva que constituem as FD e FI da ideologia petista e que se encontram materializados nas formulações analisadas.

No quarto capítulo, tecemos considerações acerca do contexto eleitoral, refletindo sobre o debate eleitoral televisivo e o comportamento eleitoral brasileiro.

No quinto capítulo, focalizamos a trajetória política de Lula, buscando aspectos de ordem sócio-histórica que possibilitassem identificar posteriormente nas análises a relação entre os elementos do interdiscurso e do intradiscurso.

A partir daí, nosso estudo passou a explorar as seqüências discursivas de referência coletadas para composição do *corpus*, buscando identificar se ocorreram ou não mudanças no discurso de Lula.

² A referência ao sujeito-enunciador aqui feita relaciona-se a um sujeito que é composto por diversas vozes enunciativas, provenientes dos diversos saberes nele personificados.

³ A intenção do presente estudo é partir de um sujeito-enunciador que inicialmente não tinha vinculação com organizações da esquerda, partidos políticos, movimentos sociais, mas que estava sim inscrito dentro da Formação Discursiva própria do movimento sindical por ele representado, conforme será demonstrado posteriormente neste trabalho.

Pretendemos, dessa forma, contribuir com os estudos da AD, na medida em que iremos refletir sobre os funcionamentos de linguagem que legitimam o lugar de enunciação do Lula candidato e do Lula presidente, sobre os elementos da ordem do acontecimento que se fazem presentes e atuam nessas mudanças e sobre a(s) (des)articulação(ões) entre os diferentes momentos de seu dizer em função da assunção de determinados valores democráticos.

CAPÍTULO I

O CENÁRIO DISCURSIVO

A palavra “cenário”, normalmente ligada ao teatro, diz respeito ao conjunto de materiais e efeitos cênicos que servem para criar a realidade visual ou a atmosfera dos locais onde decorre a ação dramática. Aqui, deve ser aqui entendida como o conjunto de elementos da ordem do acontecimento, desencadeantes de diferentes interpretações, e de elementos da ordem da ideologia, interpeladores dos sujeitos envolvidos na enunciação que, dada a contradição que os constituem, aí atuam dramaticamente. Portanto, essa acepção não se esgota nas circunstâncias espaço-temporais referentes à enunciação, mas abrange as condições sócio-históricas de produção do discurso.

Interessa particularmente, neste trabalho, a compreensão do cenário discursivo procurando defini-lo como o espaço de interlocução no qual vem à tona o Discurso Político do Lula (DPL) e identificando quais as condições de produção aí presentes que conduzem o sujeito-enunciador a assumir uma determinada formação discursiva.

Busca-se verificar se, em um dado momento histórico, temos a presença de um discurso vinculado às FD's anteriormente assumidas, se há antagonismo entre as FDs presentes e as precedentes e se ocorrem mudanças de posição-sujeito nos diferentes lugares enunciativos ocupados pelo sujeito nos discursos produzidos pelo sujeito-enunciador ao longo do período histórico selecionado para a consecução deste estudo.

É a partir do cenário discursivo que buscaremos compreender com que FD o sujeito se identifica em um dado momento de sua vida pública, considerando-se de maneira especial o período histórico no qual acontece a sua passagem da condição de candidato à Presidente da República.

Para alcançar este objetivo, partiremos da identificação das FD's as quais se vincula ao longo do período analisado, identificando de que elementos destas Formações Discursivas o sujeito-enunciador se apropria em seus discursos, a forma como os utiliza em sua fala e os efeitos de sentido que o discurso pronunciado passa a ter, verificando se ocorre ou não resignificação.

O estudo da cena discursiva auxilia ainda na compreensão da imagem de si que o locutor tenta passar, através do seu discurso, para os sujeitos ouvintes. . Acerca disso, é interessante recolher a contribuição de Osakabe (1999, p. 82):

Parece que a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber quais as imagens, enquanto candidato, o locutor insiste em atender. Isso porque é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem.

Podemos afirmar que o cenário discursivo, para um analista do discurso, é de importância capital, uma vez que guiará o seu gesto interpretativo na busca da compreensão das condições de produção do sujeito e do ouvinte, elementos constituintes do que está no momento da enunciação. Todos estes elementos serão de vital importância na hora em que for empreendida a tentativa de interpretação das seqüências discursivas que constituirão o *corpus* discursivo deste trabalho.

No presente trabalho, identificam-se três cenários: 1º) Lula surge como candidato à Presidência da República, mas não é eleito; 2º) Lula surge como Presidente da República eleito; 3º) Lula Presidente candidata-se à reeleição. .

Cada um desses cenários apresenta características próprias, que serão posteriormente exploradas ao longo deste estudo. Contudo, neste ponto de nosso trabalho, cabe destacar que, no primeiro cenário, são as influências do movimento sindical que influenciam o sujeito-enunciador; no segundo, são as forças que colaboraram para a sua eleição; no terceiro, é a articulação dos elementos dos dois cenários anteriores.

1.1 Subjetividade e ideologia

Genericamente, podemos dizer que em filosofia, o termo “sujeito” é considerado como o indivíduo real, portador de determinações, mas que é capaz de propor objetivos e praticar ações: o sujeito do cogito. Com o advento da noção de inconsciente, na psicanálise, há uma transformação dessa noção, e o sujeito passa, por um lado, a ser concebido como subordinado a uma estrutura que o determina e, por outro, como cindido. O sujeito não se pertence, não se constitui. Ele é interpelado ideologicamente e é aí que se constitui.

Nesse espectro, pode-se afirmar que o sujeito está vinculado às relações de poder, na medida em que, em sua existência, é regulado por leis, contratos sociais, costumes, tradições culturais e familiares que são partilhados com o seu grupo social.. Dessa forma, um sujeito, no que diz respeito às relações de poder que se estabelecem, pode ser assujeitado ou assujeitar a outrem.

Dessa forma, pode ocupar diferentes lugares sociais (como patrão, empregado, sindicalista, eleitor, político, etc.) e assumir, em termos discursivos, diferentes posições-sujeito. Em decorrência disto, é importante destacar que a AD vê o sujeito como sendo historicamente situado e agente de práticas sociais, sendo o indivíduo elevado a sujeito por meio da ideologia. Mazière nos dá importante contribuição ao evidenciar a dificuldade que o uso do termo sujeito comporta, não só para a AD, como também para outras ciências, quando afirma:

O sujeito alude, de início, aos trabalhos de Lacan. Apesar disso, não obstante, os pontos de contato com a psicanálise, o sujeito do inconsciente não é verdadeiramente trabalhado pela AD, mesmo quando, ali pelos anos 1970, ela tenta se afastar do *eu* psicológico. De modo geral, esse termo, mesmo muito utilizado, gera certa confusão, talvez pela introdução do metatermo gramatical, porque ele também designa o “sujeito gramatical”, e pelo metatermo que designa o emissor no esquema da comunicação (MAZIÈRE, 2007, pp. 21-22).

Dentro do panorama da AD, a noção de sujeito passa a ser utilizada tomando-se como base os estudos advindos de outros campos do conhecimento. Assim sendo, para que se possamos compreender a complexidade do sujeito da AD, é necessário recorrer a definição da subjetividade apresentada por outras áreas do conhecimento, dentre as quais se destacam a psicanálise, filosofia, teorias da linguagem, para após esse percurso, ser possível trabalhar a sua definição e sentido nos estudos da Análise do Discurso e, mais especificamente, no discurso político.

Na psicanálise, o sujeito passou a ser estudado a partir dos estudos de Freud e de Lacan. Na teoria lacaniana, se parte da premissa de que existe um sujeito inconsciente, que emerge do saber e da verdade. Por outro lado, Freud propõe que o sujeito surge entre o consciente e o inconsciente. Assim sendo, o sujeito da psicanálise é aquele que pensa, fala, mas que, por outro lado, é alguém que tem a sua fala nem sempre legitimada por seus pares. Ortiz (1995, p. 17) afirma que:

Por isso, vê-se frente a um problema dialético, em que o sujeito se destitui ao mesmo tempo em que se constitui, aliena-se e separa-se. Tal ruptura realiza-se em dois níveis: a alienação do sujeito e conseqüentemente sua unificação, que sempre se processam através de um **outro** (*alienus*).

O sujeito psicanalítico de Freud se constitui por meio da junção de id, ego e superego, que juntas compõe o que ele chama de psique humana. No id estariam armazenados os conteúdos inconscientes; no ego, se dá o processo de estabelecimento de relação entre realidades e vivências externas e o mundo interior (interno); já no superego é que funciona propriamente a consciência, pois é por meio deste que os indivíduos são capazes de restringir, proibir, liberar as atividades desenvolvidas pelo indivíduo. No caso da fala (discurso) seria o superego o responsável pela limitação do que pode/deve ser dito.

Ortiz (1995, p.19) traz à tona o fato de que Lacan tem uma nova e interessante teoria para a questão do assujeitamento, afirmando que:

Lacan (1996), ao afirmar ter o assujeitamento do indivíduo sua origem no “discurso”, que o posiciona desde seu nascimento, situa o sujeito (“parlêtre” = aquele que é através da fala) fora das três instâncias definidas por Freud, o Id, Ego e o Superego, ancorando-o, por sua vez, no **Real**, **Simbólico** e no **Imaginário**. O **Real** é revelado ao sujeito através da ausência, da falta; o **Simbólico**, através do Outro; e o **Imaginário**, pela fascinação exercida pelo Alterego, quando, então, o sujeito se aliena ao tentar se afirmar como “eu”.

Para Lacan, a noção de sujeito dá-se através do jogo interlocutivo. Aí os sujeitos envolvidos localizam-se em determinadas posições estratégicas, definidas pelas regras postas em exercício. Nessa concepção, falar não se restringe a comunicar algo, mas a ocupar uma determinada posição em relação ao outro, posição essa não-arbitrária, ou seja, definida por regras. Dessa forma, o sujeito localiza-se num ou noutro lugar em função da convenção que exercita. Tal fato pressupõe um funcionamento simbólico, a linguagem, cuja natureza possibilita a cada um localizar-se em relação ao outro e, simultaneamente, estruturar sua mensagem. Ao contrário da posição do cogito, o sujeito não é agente, mas subordinado ao simbólico, e a posição que ocupa, nesse jogo, está submetida ao sistema de regras e convenções dele derivados.

Marx e Engels (1977) partem da premissa de que o homem necessita das mínimas condições de vida para “fazer sua história”, ligando o sujeito à sua realidade social. Os

homens, segundo os autores, existem dentro de um conjunto de relações sociais e a individualidade de cada membro do grupo está subordinada a elas. O sujeito pode ser entendido como sendo alguém que é capaz de criar sua história, de ser protagonista dela e é condicionado pelas condições históricas de produção, noção esta que foi posteriormente explorada com profusão pelos estudos da AD.

Seguindo o percurso da constituição do sujeito, podemos colher da filosofia os ensinamentos legados pelos estudos de Althusser (1983), que via os indivíduos como sendo sujeitos-agentes ou portadores de práticas ideológicas, ou seja, como sendo interpelados pela ideologia, assujeitados pelas relações sociais.

Dos estudos de Foucault, colhemos que o sujeito não é dependente de desigualdades sociais ou do assujeitamento ideológico total. Antes, está dependente do discurso, de seus efeitos de sentido. O autor ainda afirma que o sujeito não é capaz de subordinar a si o discurso e seus enunciados. Em razão disto é que se inscreve em uma dada formação discursiva (FD).

Recorrendo ainda aos estudos de Ortiz, colhemos, acerca do sujeito foucaultiano, o seguinte ensinamento:

A noção de sujeito, segundo Foucault, não se reduz nem a uma entidade lingüística - não coincide sempre com o sujeito gramatical da estrutura frasal, tampouco se apresenta obrigatoriamente usando a primeira pessoa gramatical - nem uma entidade psicológica. O sujeito foucaultiano se relaciona com os enunciados, mas essas relações não são fixas ou pré-estabelecidas. Há a presença de um sujeito exterior à frase, que não se identifica obrigatoriamente ao "autor" físico da frase, isto é, pode haver uma dissociação entre o produtor de uma formulação e o sujeito da enunciação (1995, p.24).

Michel Pêcheux (1988) entende o sujeito como sendo o agente das práticas sociais, interpelado e identificado pela ideologia, pelas Formações Ideológicas (FI). Ele também trabalha a idéia da ideologia do sujeito, a partir do que chama de esquecimentos, ou seja, este sujeito (de maneira especial na condição de enunciador) esquece que ele está dentro da Formação Discursiva que o assujeita.

Com relação aos estudos do sujeito realizados pelas Teorias da Linguagem, consideram-se como contribuições mais importantes as que foram dadas por Ducrot, Bakhtin e Authier-Revuz. Dentro do campo do discurso, o sujeito não é visto como uno, mas sim como alguém clivado. Para Bakhtin (Volochinov) (1988) ocorre na língua uma heterologia

discursiva, onde está presente, por meio do que é enunciado pelo falante, uma diversidade de vozes, capazes de produzir uma inter-relação entre os enunciados.

Para Ducrot, o que é colocado em evidência é o sujeito-falante, a partir do estudo do enunciado e da frase, de onde derivam as definições de locutor e enunciador. O que os diferencia é o fato de que o locutor é o responsável pelo enunciado.

Temos, ainda, a noção de sujeito de Charaudeau (1983), que é entendido como alguém que produz um ato de fala destinado a um sujeito interlocutor (um eu-locutor se dirige a um tu-destinatário, sendo assim produzida a imagem de um eu-emissor). Para este autor, o que caracteriza o processo comunicacional é o fato de existirem sempre estes dois entes.

Os estudos de Authier-Revuz partem do fato de que o discurso é heterogêneo e que não há homogeneidade do sujeito. É por meio do lugar múltiplo ocupado por este que se produzem novas concepções de discurso, ideologia e inconsciente. Na fala do sujeito existe sempre, segundo Authier-Revuz, um “outro” discurso, previamente enunciado, que por vezes acaba por dificultar a compreensão de quem está efetivamente falando, se o sujeito-enunciador ou se o “outro” presente em sua fala. A autora propõe ainda, em seus estudos que o discurso está sendo constantemente re-significado e reformulado, de acordo com a situação comunicativa e influência exercida pelas condições de produção.

Para a AD, o sujeito também submete-se a uma ordem que lhe anterior e exterior: a ideológica. Diz Pêcheux:

[...] o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estarem confundidos, no interior do que se poderia designar como processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos de condições ideológicas de reprodução/trans formação das relações de produção (1999, p. 92).

Desse modo, o sujeito é interpelado pela história, pela ideologia e pelo inconsciente durante o processo de enunciação. Em decorrência disso, Pêcheux (1999) afirma, em seus estudos, que os enunciados são determinados social e historicamente e que o sujeito é revestido de um caráter ideológico manifestado por meio de seu discurso, sendo assujeitado a uma formação discursiva (FD). Seu discurso torna-se, portanto, vinculado à forma-sujeito da FD por ele assumida.

Assim sendo, um indivíduo torna-se sujeito-enunciador na medida em que se veicula ou se inscreve em uma FD, assumindo posições-sujeito a ela ligadas em determinadas circunstâncias de enunciação. De acordo com o autor:

O sujeito, ao relacionar-se com a forma-sujeito, pode assumir diferentes posições de sujeito, as quais vão desde a plena identificação com a forma-sujeito, refletindo o saber de sua formação discursiva, até divergir desse domínio de saber, aí introduzindo o diferente e o divergente, que instauram uma contradição (PÊCHEUX, 1999, p. 116).

Essas diferentes posições-sujeito vinculam-se as FDs que, por sua vez, relacionam-se as Formações Ideológicas (FI), as quais podem ser entendidas como as atitudes e representações, não individuais e nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras. São elas, portanto, suscetíveis de intervir, como uma força em confronto, com outras forças na conjuntura ideológica, característica de uma formação social.

Essa perspectiva teórica é fortemente marcada pela filiação de Pêcheux a Althusser, cuja obra demonstra que o processo de assujeitamento do sujeito dá-se a partir dos Aparelhos Repressivos de Estado e dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Como exemplos de AIE, que se relacionam a elementos da pesquisa, destacamos o AIE político, AIE sindical, AIE da informação e o AIE cultural. Eles dizem respeito à constituição e às condições de produção do discurso político aqui focalizado.

Segundo o autor, as ideologias não se compõem apenas de idéias, mas de práticas. Por outro lado, os AIE são a expressão das condições ideológicas de transformação das relações de produção. Elas não podem e nem devem ser consideradas como aparelhos repressivos. Antes, devem ser entendidas como aquilo que permite ao sujeito se veicular⁴ a certo número de realidades. Dessa forma, o que distingue os AIE's dos Aparelhos Repressivos do Estado é que este funciona pela violência, ao passo que aquele age por meio da ideologia.

Althusser vê, então, no sistema social dispositivos, os AIEs, que, ao serem acionados, tendem a assegurar as classes dominantes no poder e têm como finalidade manter e gerar a reprodução social. Entende Althusser que os AIE sendo ideológicos, provocam uma sujeição do sujeito a essas ideologias. Só que o sujeito não percebe sua sujeição, pois essas ideologias são constituídas por crenças que o faz aceitar as estruturas sociais existentes como boas, necessárias e desejáveis.

⁴ O veicular-se, nesse caso particular, deve ser entendido como o assumir, em um dado contexto, uma determinada posição-sujeito.

A Igreja, durante muito tempo, foi considerada o aparelho ideológico dominante. Ela era, ao mesmo tempo, justificadora e confortadora e, em razão disso, manipulava a massa através da harmonização da fé e da razão. Essa forma de condução da fé permitiu que a Igreja unisse a religião com a filosofia. Por meio dessa união, ela conseguiu por muito tempo manter e justificar sua riqueza para os nobres e para a própria Igreja.

Pregava que a pobreza seria um caminho de purificação: o homem poderia ser pobre, mas o seu espírito poderia ser ‘rico’ em virtudes, e assim alcançaria as bênçãos de Deus. Essa posição fez com que, dentro da própria Igreja, surgissem forças ideológicas, desejando uma reforma religiosa (como Lutero), além de fazer emergir o desejo da burguesia de assumir o poder político, o que levou ao declínio desse AIE.

Na modernidade, a escola e, principalmente, a mídia assumiram o papel de aparelhos ideológicos dominantes, pois o sujeito permanece grande parte de sua vida nos bancos escolares e em contato com os meios de comunicação de massa, principalmente com a televisão. Por meio dessas instituições, a sociedade desenvolveu mecanismos capazes de garantir que o sistema dominante não seja contestado.

Althusser considera, entretanto, que antes da Igreja e da Escola, o primeiro aparelho ideológico capaz de socializar o indivíduo é a família, pois é nela que se inicia o processo de educação e socialização do indivíduo já nos primeiros anos de vida. No ambiente familiar, certos valores ligados ao ‘certo’ e ‘errado’ são desenvolvidos. Esse papel repressor cabe justamente aos pais ou responsáveis pela criação da criança; ao cumprirem esse papel, os pais iniciam um processo de ‘impedimento’ do desejo de conhecer e de aprender da criança através da experiência. E assim, a família continua a exercer sua função formativa, até o ingresso da criança na escola.

Dentro desse panorama, seria possível pensarmos que é na *escola* que se dá a maior dominação ideológica, através de professores que serão necessariamente repressores, do espaço físico, das disciplinas humanizadoras e socializantes e das disciplinas tecnológicas. Por meio desses instrumentos, a escola consegue assim domesticar, adestrar e moldar “bons” cidadãos, para suprir a demanda do sistema capitalista dominante. No entanto, compete com ela a mídia. De acordo com Chauí,

Ideologicamente, [...] o poder da comunicação de massa não é igual ou semelhante ao da antiga ideologia burguesa, que realizava uma *inculcação* de valores e idéias. Dizendo-nos o que devemos pensar, sentir, falar e fazer, afirma que nada sabemos e seu poder se realiza como *intimidação* social e cultural (2007, p. 77).

Essa intimidação de que nos fala Chauí pode ser relacionada à interpelação ideológica althusseriana, processo a que está submetido o sujeito-enunciador. No caso do presente trabalho, o AIE da mídia exerce um papel fundamental na imagem criada para o sujeito-enunciador Lula.

De acordo com Courtine (1981), o sujeito-enunciador é aquele que, em seu intradiscurso, ocupa um lugar determinado no seio de uma FD, em uma dada situação de enunciação. Além disso, é ele que materializa as relações entre forma-sujeito e posição-sujeito no interior da FD⁵.

Uma FD comporta, segundo Pêcheux, uma forma-sujeito historicamente determinada que, de certa forma, regula o dizer das diferentes posições-sujeito que nela convivem. Isso se dá porque a vinculação do sujeito a uma determinada posição-sujeito ou a um lugar social estabelece-se por meio da sua inscrição em uma determinada FD.

Sobre isto Cazarin, recorrendo aos estudos de Orlandi, afirma:

Entenda-se esse lugar social, formulado por Orlandi, com um efeito de interpelação que opera a partir da FD e de seus desdobramentos (forma-sujeito, posição-sujeito); uma posição-sujeito, por sua vez, se relaciona com a forma-sujeito de sua FD, evidenciando a dispersão do sujeito e a não homogeneidade da sua própria FD; por outro lado, há que se levar em conta que uma posição-sujeito é regulada pelo sujeito histórico da FD em que ela está escrita (2006, p. 32).

Uma formação social, em um momento determinado de sua história, caracteriza-se, pelo modo de produção dominante e por um estado determinado das relações entre as classes que a compõem e que são, por sua vez, expressas através de uma série de práticas realizadas por meio dos aparelhos.

As FIs são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põe em jogo práticas associadas às relações de classe e constituem matrizes comuns a um conjunto de discursos que expressam posições assumidas pelos sujeitos, em diferentes práticas sociais concretas.

⁵ Courtine afirma ainda que o sujeito-enunciador, numa relação de identificação, inscreve-se em uma relação que se estabelece, na ocasião de uma formulação, entre um sujeito-enunciador e a forma-sujeito de uma determinada FD.

Torna-se possível, ainda, afirmar que a FI é um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica, característica de uma formação social. Dos estudos de Pêcheux, colhemos que:

[...] as palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, sentidos esses que são determinados, então, em referência às formações ideológicas nas quais se inscrevem estas posições (1988, p. 160).

Por aí podemos afirmar que as palavras significam em função do lugar ideológico assumido por aqueles que as empregam. Isso explica a possibilidade de FIs antagônicas poderem falar dos mesmos temas (reforma, democracia, cidadania, ensino de qualidade), significando diferentemente.

Portanto, as formações discursivas são, em última análise, as responsáveis por determinar aquilo que pode e não pode ser dito a partir de uma dada posição social. (Pêcheux e Fuchs, 1990) No caso concreto do discurso político do Lula (DPL), são elas que possibilitam identificar o “falar” de Lula enquanto, candidato à Presidência da República, Presidente eleito do Brasil e por último, na sua condição de candidato reeleito.

No entanto, há também fatores de ordem enunciativa que afetam o seu dizer. Assim sendo, dependendo do interlocutor, o sujeito assumirá uma posição-enunciativa que lhe permita uma maior identificação com ele. Exemplificando: se Lula está em meio a trabalhadores, mobilizará saberes pertinentes àquele grupo de social; já na presença de empresários e intelectuais, dotará sua fala não só de um maior grau de formalidade como também de elementos interdiscursivos compatíveis com sua(s) FD(s). Ou seja, embora falando a partir do lugar político de candidato, ou de presidente, ou ainda de candidato à reeleição há mudanças que se operam em função do tipo de interlocutor. No caso particular de Luís Inácio Lula da Silva, essa capacidade de adaptação é muito grande, devido à sua trajetória política.

Essa mobilidade, em sua essência, reflete as tensões sociais estabelecidas no relacionamento entre “iguais” e “desiguais”. Assim sendo, a relação entre discurso e ideologia constrói-se a partir das condições de produção dos enunciados. É a partir delas que se pode ter acesso às relações de sentido presentes num determinado discurso.

1.2 A interpretação e o sentido como ferramenta de construção do cenário discursivo

De início, é importante caracterizar o que significa, em termos de análise do discurso, os termos “interpretação” e “sentido”, uma vez que, muitas vezes, são tomados como transparentes, buscando entender a relação existente entre eles.

De acordo com Orlandi (1996), não há sentido sem interpretação. A interpretação, portanto, deve ser compreendida como uma injunção, pois frente a todo e qualquer objeto simbólico sentimos necessidade de lhe atribuímos sentido. A linguagem tem, pois, uma relação necessária com o sentido, todavia ela é equivocada. Isso significa dizer que os sentidos não são evidentes, apesar de parecerem como tais em função de um efeito ideológico que provoca a ilusão da transparência. O trabalho do analista situa-se justamente aí, buscando definir como se constitui os sentidos em sua relação com a historicidade e não os concebendo como presos às palavras.

Em sendo a transparência uma ilusão, tanto o cerne do gesto de interpretação quanto sua eficácia ideológica se devem à relação dos fatos e do sujeito com a significação, uma vez que os fatos reclamam sentido e o sujeito tem necessidade de atribuí-lo. Desse modo, a interpretação não é simplesmente um gesto de decodificação, de apreensão de sentidos.

Declara Orlandi (1996) que interpretar é expor-se à opacidade do texto, é explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos. Uma interpretação sempre pode ser outra, mas o movimento interpretativo não é um movimento caótico. A interpretação pode ser múltipla, mas não qualquer uma.

Portanto, no processo de interpretação, devemos considerar que o sentido não existe em si mesmo, pois só pode ser constituído em referência às condições de produção de um determinado enunciado, sofrendo mudanças de acordo com a FI de quem o produz.

O sentido nunca é dado, ele não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em curso, é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social, daí a necessidade de se falar em efeitos de sentido.

1.3 Definição dos termos ideologia e política

A expressão ideologia foi inventada, por Canabis, Destutt de Tracy e seus amigos (1801), que inicialmente associaram seu significado à teoria das idéias. Alguns anos mais tarde, Marx redefiniu o termo, fazendo com que passasse a ser entendido como sendo o sistema de idéias e representações que domina a mente de um homem ou de um grupo social.

Foi a partir de Marx que se buscou consolidar o projeto de uma teoria da ideologia em geral e não de ideologias particulares. Esse novo conceito de ideologias leva em conta aspectos sociais, culturais, temporais, entre outros e se constrói com base em cada um deles. Contudo, apesar do que foi ora exposto, a ideologia não está meramente ligada à história, por ser uma realidade oni-histórica⁶.

Althusser retrabalhou a noção de ideologia de Marx, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1974), trazendo a distinção de ideologias históricas e a ideologia a-histórica ou omni-histórica e mostrando que elas interpelam os indivíduos, tornando-os sujeito. Sem ideologia, não há sujeito e vice-versa.

O analista do discurso passa, com base no que foi exposto, a propor que o emissor e o destinatário devem ser tomados como sujeitos que ocupam posições determinadas em uma dada formação social. A ocupação desses lugares, no jogo do processo discursivo, são resultantes das formações imaginárias que os sujeitos se atribuem. Para Pêcheux (1990), as formações imaginárias trazem implícitas quatro questões, cujas respostas podem representar as posições assumidas pelos sujeitos:

- “Quem sou eu para falar-lhe assim?” - a imagem que um sujeito A faz de si e do lugar que está ocupando;

- “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” - a imagem que o sujeito A faz a respeito de um sujeito B e da posição que B ocupa;

- “Quem sou eu para que eu me fale assim?” - imagem que o sujeito B faz de si próprio e do lugar que ocupa;

- “Quem é ele para que me fale assim?” - a imagem que o sujeito B faz de A e do lugar que A ocupa.

⁶ Segundo Althusser (1974), a realidade oni-histórica é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

O conceito de formações imaginárias é de fundamental importância para entender o funcionamento do discurso político. É através desse funcionamento que são fabricadas as imagens que sustentam os propósitos de convencimento e persuasão dos políticos. Acerca das posições-sujeito assumidas pelo político e da identificação do interlocutor com o mesmo, é interessante destacar o que retiramos de um texto de Osakabe:

Parece que a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber a quais imagens, enquanto candidato, o locutor insiste em atender. Isso porque é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem (1999, p.82).

Mas o que se deve entender por política? Seu significado original, no grego, refere-se ao cuidado da cidade (POLIS), ou a governança do povo constituído em Estado. Aristóteles definia, em seu tempo, a política como sendo a ciência da felicidade humana, que era dividida em duas partes: uma, a ética, que se encarregaria de estudar o que era de fato a felicidade e outra que se encarregaria de estudar como obter a felicidade. Segundo ele o objetivo da política seria descobrir a maneira de viver que levasse à felicidade, à forma de governo e às instituições sociais capazes de garantir o gozo da felicidade.

Na modernidade, os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” tiveram o seu surgimento a partir da Revolução Francesa, com os camponeses e trabalhadores urbanos lutando pelo direito de ter acesso ao poder, que estava concentrado apenas nas mãos da classe burguesa, que dominava a sociedade e ditava as suas próprias regras, legitimando o seu poderio.

Os governantes eram sempre ligados a oligarquias. Durante muito tempo, as famílias tradicionais dominavam os cenários econômico, religioso e político e não governavam para a maioria das pessoas que compunham o proletariado. As decisões que afetavam a vida da coletividade não a beneficiavam.

Em particular no Brasil, desde o tempo do seu descobrimento, o modelo de política europeu era reproduzido pela elite dominante. Desta forma, os trabalhadores não tinham vez e nem voz e a luta de classes ocorreu de forma bastante acirrada em alguns momentos da nossa história.

A máquina do Estado não funcionava corretamente e não atendia aos interesses da maioria da população. Somente depois de muitos anos de lutas e de desafiantes esforços, um

grupo de intelectuais, de ilustrados, de conhecedores das mais diversas ciências e filosofias, tendo formação humana suficiente, conseguiu começar a dar os primeiros passos para mudar a realidade estabelecida.

Nos tempos hodiernos, a conceituação de política está ligada ao cuidado da coisa pública ou à forma de tornar mais adequados os meios necessários à realização dos fins que interessam a sociedade toda, promovendo a qualidade de vida das pessoas. É possível afirmar que ela também pode ser definida como a arte de administrar “os sonhos” de um povo. Para Voltaire:

[...] a política consiste em tentar igualar os animais, aos quais a natureza outorga alimentos, agasalho e abrigo. Essas simples conquistas são duras para os homens. Para conquistá-las, eles vão à sociedade e, assim, começa a Política.⁷

Já para Rancière:

Existe política porque aqueles que não têm direito de serem contados como seres falantes, conseguem ser contados e instituem uma comunidade pelo fato de se colocarem em comum o dano que nada mais é do que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e o mundo em que não estão [...] o conflito separa os dois modos de estar-junto humano, dois tipos de divisão do sensível, opostos em seu princípio e, no entanto, entrelaçados um no outro nas contagens impossíveis da proporção, assim como nas violências do conflito (apud CAZARIN, 2005, p. 62).

O que devemos entender, no entanto, por discurso político? A resposta não é evidente e várias disciplinas têm se ocupado desse objeto que toma diferentes configurações de acordo com a natureza de cada uma delas: as Ciências Políticas, a Sociologia, a Filosofia, entre outras. Para o analista do discurso, que não ignora que a linguagem não faz sentido a não ser em função do contexto sócio-histórico, o discurso político tem a ver com uma prática social que traz, no seu cerne, o jogo do poder. Esse jogo diz respeito a relações de força que são travadas no campo político e que têm como motor a persuasão e como objetivo o pretense bem-comum. O sujeito político luta para alcançar e manter o poder que lhe é delegado. Nessa luta, utiliza argumentos que oscilam entre a emoção e a razão, buscando sempre a adesão coletiva.

⁷ In: BERNARDI, Celso. *A Sociedade e a Política*. Porto Alegre: Editora da Fundação Milton Campos de Estudos Políticos, 2005. p. 32.

Segundo Corten (1999), o discurso político é um “o lugar da representação”. Sendo assim, é por meio do discurso que o político constrói a sua realidade ou o seu espaço de representação. O discurso político estaria, dessa forma, situado entre a vida política e a cena de representação da mesma⁸. Essa representação depende da palavra. É ela que intervém nesse espaço de persuasão como elemento de convencimento da instância cidadã, trabalhando os conflitos e as contradições em proveito do sujeito-político.

⁸ Quando se faz alusão à vida política, devemos ter presente a forma como a política é desenvolvida no seio das agremiações político-partidárias.

CAPÍTULO II

A FUNDAÇÃO E A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

2.1 O cenário político brasileiro pós Proclamação da República Federativa do Brasil

A bi-partidarização ⁹ sempre se fez presente no Brasil, de modo especial, no período do Brasil República. Durante os 118 anos de República Federativa do Brasil, tivemos cinco mudanças significativas de estrutura partidária, o que serve para demonstrar que o país passou por sucessivos sistemas partidários, até chegar ao modelo atualmente vigente. As organizações partidárias no Brasil são jovens e, a cada momento de ruptura de ideais ou de contestação de idéias, novos partidos políticos acabam por emergir.

Na Primeira República (1889 a 1930), tivemos os chamados Partidos Regionais, tais como o Partido Republicano Federal, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul e o Partido Republicano Liberal. Em 1922, foi criado o Partido Comunista e, em 1925, o Partido Socialista Brasileiro.

No período chamado de Segunda República (1930 a 1937), continuaram os Partidos Estaduais, sendo criadas as famosas ligas: a Liga Eleitoral Católica - LEC, a Ação Integradora Brasileira - AIB e, ainda, a Aliança Nacional Libertadora (também chamada de Intentona Comunista).

Logo após, na Terceira República, também chamada de Estado Novo (1937 a 1945), não houve o surgimento de nenhuma organização partidária nova. Pelo contrário, por meio da publicação do Decreto-Lei nº. 37, promulgado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, todos os partidos políticos foram declarados extintos e seus membros proibidos de continuarem sua atividade político-partidária.

⁹ A referência a bi-partidarização diz respeito à existência, ao longo da história do Brasil República, de duas correntes ideológicas, manifestadas por meio de partidos políticos, que monopolizavam a cena política. No entanto é preciso levar em conta o amplo espectro de agremiações partidárias que ao longo dos anos foram sendo fundadas no Brasil, sob as mais diversas inspirações e com diferentes finalidades.

Ainda dentro deste cenário, surge o que seria o embrião para a independência no processo de eleição:

A Constituição de 1946 garantiu o funcionamento de uma justiça eleitoral autônoma. O voto, além de direto e secreto, passou a ser obrigatório, e as pessoas maiores de 18 anos podiam votar. Entretanto, analfabetos(as), que naquele período representavam ainda cerca de 60% da população, permaneciam excluídos(as) do processo eleitoral. As restrições também se estendiam aos soldados. Outra grave distorção do sistema implantado em 1946 foi a exclusão dos(as) comunistas do jogo partidário (PANDOLFI, jul.-set./2006, p.77).

Embora com os avanços que vinham sendo alcançados por este novo cenário político que começava a ser delineado, o país ainda vivia um clima muito grande de estabilidade e medo. As instituições político-partidárias eram monitoradas pelo Estado, que podia, a qualquer momento, intervir quando entendesse que a atividade por elas desenvolvidas ameaçava a estabilidade e a ordem implantados no país pelo regime militar.

Somente depois de algum tempo, durante a Quarta República, iniciada no ano de 1946, ocorreu a redemocratização do Brasil e com ela o nascimento de partidos nacionais, tais como o PSD, o PL, o PTB, o PDC, o PSP, a UDN, entre outros. Contudo, em 1965, através da publicação do AI nº. 2, mais uma vez foram extintos os partidos políticos até então criados ou refundados. Surgiram então, por meio da vontade do movimento de 64, a ARENA (Aliança Reformadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

No Dia 15 de abril de 1964, toma posse o Marechal Castello Branco, sendo ele o primeiro presidente da ditadura militar, que durou até 1985. Durante esse tempo, não era permitida nenhuma manifestação contrária aos governantes, e qualquer ato desse tipo era severamente punido, por meio da aplicação de penas e sanções. A ferramenta mais utilizada pelos militares para legitimar seu poder e governar o país era a publicação dos chamados “Atos Institucionais – AI”.

Ao longo do período da ditadura, foram publicados quatro Atos Institucionais, tendo eles os seguintes conteúdos:

AI-1 – cassava os mandatos de membros de partidos de oposição do governo militar e suspendia os direitos políticos de seus membros por dez anos.

AI-2 – decretava a extinção do pluripartidarismo, admitindo a existência apenas da ARENA e do MDB, além de permitir ao Presidente que interviesse diretamente em municípios.

AI-3 – estabelecia que os ocupantes de cargos estaduais e federais, tanto o Poder Executivo quanto Legislativo, seriam eleitos por meio de eleições indiretas.

AI-4 – estabelecia a centralização do poder decisório no Governo Federal, por meio da promulgação de uma nova Constituição.

AI-5 – fechava o Congresso Nacional, cassava o mandato dos deputados e senadores, suspendia os direitos políticos dos congressistas e determinava a manutenção, sob cárcere, dos cidadãos que fossem flagrados cometendo qualquer tipo de delito contra o Estado.

Sobre o contexto bipartidário que acaba de ser apresentado, cabe destacar que, durante muitos anos, o Brasil dividia-se entre essas duas correntes políticas que representavam interesses distintos, tendo mascaradas as diversas crises internas (políticas, econômicas e sociais) pelas quais a população passou.

Dentro desse cenário político nacional, as duas correntes existentes exerciam papéis completamente distintos: de um lado a ARENA (que era o embrião do surgimento de um partido do governo. Este representava o ideário das elites brasileiras. E de outro, o MDB surgia como um partido dito de oposição consentida, ou de fachada.

Passado esse período, surgiram os grupos ditos de oposição e os membros dos partidos políticos anteriormente surgidos e que acabaram por ser extintos durante a ditadura militar no país aglutinaram-se em torno do recém nascido MDB, que se opunham à ARENA. Essa era uma forma de tentar fazer política de modo diferente.

Somente em 1980, já com o Regime Militar em fase de decadência, outros grupos políticos começaram a se articular para fundar novos partidos que representassem as diferentes ideologias que começaram a aflorar naquele período. Com isso, ocorreu a volta do pluripartidarismo, com a fundação, inicialmente, de cinco partidos políticos: o PDS, o PMDB, o PP, o PTB, o PDT e o PT¹⁰.

Em 1984 tem início, em Curitiba, o movimento denominado “Diretas Já”, que aos poucos se estende em todo o país. Esse foi o primeiro passo para a redemocratização do Brasil. Contudo, nesse mesmo ano, o então presidente João Figueiredo vai à televisão e ao rádio, em cadeia nacional, para informar ao povo brasileiro que a sua sucessão se dará por meio de eleição indireta.

¹⁰ Faz-se aqui alusão aos maiores partidos políticos então em atividade, que contavam com deputados estaduais, distritais e federais eleitos. Muitos dos demais partidos políticos, nesse período, ainda não possuíam candidatos eleitos e, ou em razão de seu reduzido quadro de filiados, ou então por motivos de ordem financeira, aliavam-se às agremiações partidárias citadas, formando alianças visando concorrer especialmente em eleições majoritárias, como é o caso das eleições para os cargos de prefeitos, governadores, senadores e presidente da República.

Em razão da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, na qual ficava estabelecida a realização de eleições diretas para a escolha do Presidente da República, o Executivo envia, como forma de reafirmar a sua intenção de retardar a escolha direta do novo Presidente, uma emenda constitucional que estabelece como data para as primeiras eleições diretas o ano de 1988 e que reduz para quatro anos o mandato do presidente a ser votado pelo Colégio Eleitoral em 1985.

Como reação à rejeição da Emenda Dante de Oliveira, os governadores eleitos pelos partidos contrários ao PDS, que havia lançado a candidatura de Paulo Maluf para presidente, lançam a candidatura de Tancredo Neves para a presidência da República e de José Sarney para vice-presidente. No dia 15 de janeiro de 1985, são realizadas as eleições indiretas e a chapa formada por Tancredo e Sarney resta vencedora do pleito.

O país respirava novamente um ar de democratização. Concluída a eleição, tudo estava sendo organizado para a posse de Tancredo Neves, marcada para 15 de março daquele ano. No entanto, em decorrência do fato de ter sido acometido por uma séria doença às vésperas da festiva data, Tancredo Neves é internado do Hospital de base de Brasília, tendo sido assim empossado José Sarney na condição de vice-presidente eleito no exercício provisória da Presidência da República.

Tudo parecia estar resolvido e o país vivia um misto de euforia causado pela posse do novo presidente e pela expectativa da tomada de medidas que conduzissem à tão sonhada redemocratização. Entretanto, o quadro médico de Tancredo se agrava cada vez mais, na noite do dia 21 de abril de 1985, ele acaba por falecer. Em meio ao clima de comoção causado pela morte, José Sarney assume a Presidência da República, conduzindo o país, a partir daquele momento, a um período de “transição democrática”.

Em meio aos problemas deixados como herança pela ditadura militar, Sarney decide convocar a Assembléia Nacional Constituinte, que tinha como principal missão a elaboração, a partir do ano de 1987, da oitava constituição brasileira, tendo sido os trabalhos da constituinte presididos pelo então Deputado Federal Ulisses Guimarães. Esse é o marco final do nova era política que o Brasil passou a viver desde então.

Outro acontecimento marcante deste período histórico foi a queda do Muro de Berlim. Ele era considerado como sendo um dos símbolos da Guerra Fria. Esse acontecimento deve ser associado não somente ao desmoronamento da estrutura física do muro, mas sim ao que ele representava, ou seja, a extinção do regime comunista na Europa.

A repercussão do acontecimento acima narrado foi grande em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Em território brasileiro, o maior reflexo do ocorrido foi o despertar da população para a necessidade de mobilização popular para a obtenção dos avanços democráticos que, por vezes, são esperados ansiosamente pelas classes dominadas nos regimes autoritários ao longo dos anos.

2.2 A gênese do Partido dos Trabalhadores (PT)

2.2.1 Os primeiros passos para a fundação de um novo partido de esquerda no Brasil

A história brasileira viveu, no período da Ditadura Militar, alguns dos seus fatos históricos mais marcantes e decisivos, tendo como momento decisivo a publicação do AI-5 (Ato Institucional nº. 5), que abalou definitivamente a democracia no país.

Alguns elementos marcaram decisivamente o período da Ditadura Militar brasileira. No campo econômico, assistiu-se ao que foi chamado de Milagre Econômico. Pode-se perceber um rápido crescimento do país, no período situado entre 1969 a 1973. Como reflexo positivo deste cenário, O PIB brasileiro alcançou o patamar de crescimento de 12% ao ano. Contudo, neste mesmo lapso temporal, a inflação chagava perto da casa dos 18% anuais.

Mesmo com alguns acontecimentos negativos, o período pode ser considerado economicamente positivo, em razão dos investimentos internos e externos ocorridos no país e os empréstimos do tomados pelo Brasil no exterior, de maneira especial junto aos órgãos financiadores como FMI (Fundo Monetário Internacional) e BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) fizeram com que ocorressem significativos avanços relativos à infraestrutura. Em razão de todo este cenário, os investimentos ocorridos fizeram com que fossem abertos milhões de postos de trabalho pelo país.

Entretanto, o período da Ditadura foi marcado não somente por aspectos positivos. No campo do desenvolvimento urbano foram construídas obras faraônicas, como a Rodovia Transamazônica (até hoje ainda não concluída) e a construção da Ponte Rio-Niterói (cuja obra necessitou passar por vários reparos até que se pudesse fazer oficialmente a sua inauguração).

Neste mesmo período muitas das lideranças políticas, culturais e intelectuais, a exemplo do que ocorreu em outros regimes políticos onde os militares exerciam um poder

absolutista (como o Fascismo e o Nazismo) que, com sua arte, música, poesia ou com o exercício do magistério nas Universidades e Escolas, contrariavam a forma como os militares governavam o país, acabaram por ser silenciadas, ou por meio do exílio do Brasil ou até mesmo tendo misteriosamente sumido.

Apesar disto, o movimento estudantil e os movimentos sindicais (ainda na clandestinidade) resistiam a este tipo de investida e continuavam, a partir da sua articulação, consolidação de lideranças e atuação, a denunciar os excessos e a pedir o fim deste regime e o restabelecimento da democracia no país. Em decorrência das ações que empreendiam, as suas lideranças também acabaram por ser presas, torturadas e mortas. As passeatas eram a única forma de protesto que ainda surtiam efeito, tendo em vista que promover uma chacina para silenciar um movimento como este repercutiria mal para o governo.

Apesar do período de extrema repressão e totalitarismo vigente, não deixaram de advir novos grupos sociais, em princípio clandestinos, cujo objetivo era dar força à luta popular e organizar de maneira mais concreta os trabalhadores e movimentos sociais que visavam combater à opressão que o militarismo impusera ao povo brasileiro.

Um dos principais grupos que se organizaram durante os “anos de ferro” foram os sindicatos, cuja principal finalidade era aglutinar os trabalhadores e organizá-los para que tivessem vez e voz, lutassem por seus direitos que eram até então não reconhecidos, desvalorizados ou sequer buscados e para que a população fosse capaz de promover, através desses organismos, as mudanças políticas e sociais que conduzissem o Brasil de volta à democracia.

O movimento sindical, em especial no interior do estado de São Paulo, era muito forte. Algumas classes de trabalhadores haviam se organizado de forma bastante consistente e serviam de modelo para o surgimento de outras entidades representativas. Nesse momento, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista despontou como uma referência nacional, por sua organização e pela força com a qual contava na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Além do movimento sindical, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), surgidas durante o período dos governos militares brasileiros, espalharam-se rapidamente em todo o país. Elas nada mais eram do que pequenas comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica. Neste período conturbado, contribuíram e alavancaram por meio de suas ações o processo de redemocratização.

O Pontifício Instituto Missões Exterior (PIME), órgão ligado à estrutura da Igreja Católica Apostólica Romana do Brasil para assim descreve, em comunhão com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a atividade que era desenvolvida pelas Comunidades Católicas surgidas naquele tempo:

Eram formadas por pequenos grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, se encontravam para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas. Daí o nome de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade. Inspiradas no método "Paulo Freire" de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da conscientização à ação.¹¹

Outra instituição que teve uma destacada atuação neste período da história do país foi a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), ligada à CNBB, cuja finalidade era despertar os participantes da Igreja Católica para a necessidade de promover o progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as nações. Sua tarefa inicial foi realizar o estudo dos grandes problemas que impediam o estabelecimento de relações sociais justas, com vistas ao desenvolvimento das nações jovens e especialmente quanto à fome e à paz no mundo.

O surgimento no nosso país da Comissão Brasileira da Justiça e da Paz, ocorrida no ano de 1968, foi influenciada pelos resultados da Conferência de Medellín, na qual os bispos católicos brasileiros, partindo da escolha feita pela Igreja, naquele momento, de estabelecer como referencial da sua ação e pregação, a "opção preferencial pelos pobres", a partir dos ensinamentos de Jesus, decidiram pautar as ações evangelizadoras e sociais da Igreja na promoção humana e na valorização dos indivíduos.

Um outro fato historicamente marcante foi que a decisão de criação da Comissão tinha sido tomada um pouco antes da publicação do Ato Institucional nº. 5. Assim sendo, a Igreja pretendia que a nova Comissão fosse capaz de cumprir o papel de instituição de proteção dos perseguidos pela ditadura.

Como primeira grande atividade realizada pela CBJP, foi realizado o I Seminário Brasileiro de Justiça e Paz. A partir deste evento, os membros da Comissão já desempenhavam um papel decisivo na proteção aos perseguidos políticos. As famílias de "desaparecidos" e perseguidos políticos recorriam à Comissão na esperança de obter ajuda e proteção.

¹¹ Disponível em <http://www.pime.org.br/mundoemissao/igrejacebs.htm>. Acesso em 12/05/08.

Afora o que já foi citado, outra preocupação constante da Comissão era manter as lideranças do Brasil mobilizadas na luta pela redemocratização do país, tendo atuado no apoio dos movimentos sociais, associações e sindicatos que, ainda que clandestinamente, desenvolviam suas atividades no Brasil durante o período do governo militar e da vigência dos Atos Institucionais.

Dentro desse espectro, muitas das lideranças que posteriormente contribuíram decisivamente para a organização e fundação do Partido dos Trabalhadores eram ligadas à Comissão, em especial o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que detinha em seus quadros alguns líderes que atuavam também na Igreja Católica. Disso resulta a ligação forte existente entre as duas instituições.

Justamente por meio deste que foram promovidas algumas das manifestações mais marcantes da Ditadura Militar no Brasil como, por exemplo, o bloqueio da entrada de fábricas, organização de movimentos grevistas, rodadas de negociações com empregadores, que foram conquistados, pelos trabalhadores, direitos como descanso semanal remunerado. É dessa marcante atuação que decorre a sua importância.

Durante esse período, o Sindicato era liderado por representantes dos trabalhadores que se impunham por sua liderança e força de persuasão, sendo que dentre eles um se destacava, de maneira especial, por poder de articulação, firmeza de suas manifestações e objetividade de seu discurso: era o seu presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, ou simplesmente “Lula” como era chamado.

Reveste-se de vital importância para o contexto político atual, e em especial o período no qual se situa esta pesquisa, um fato que mudou radicalmente a estrutura política do Brasil e que conduziu à consolidação das esquerdas. Trata-se da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), oficializada em 10 de fevereiro de 1980, que começou a ser articulada no começo de 1979.

A principal liderança da fundação do partido foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luis Inácio Lula da Silva, que articulou, na época, os presidentes e membros de outros sindicatos de São Paulo e do Brasil para dar cabo à tarefa de fundar um partido político que representasse efetivamente os interesses dos trabalhadores. Sobre esse fato, é importante destacar o que diz Sader:

O partido surgiu, então, nesse espaço vazio, como primeira forma de representação da organização independente da classe operária, das forças representativas dos trabalhadores e da luta democrática - ia se preenchendo o vazio criado pela virtual ausência da esquerda, tal qual ela havia existido antes (1997, p. 77).

A partir de sua fundação, o PT passou a aglutinar outras lideranças (em especial as religiosas, ligadas à Teologia da Libertação - TdL¹²) que tinham acompanhado, ainda que à distância, o seu surgimento, e com isso, começou a espalhar seu ideário por todo o país, chegando, em pouco tempo, a estar presente de Norte a Sul do Brasil.

A presença de lideranças da Igreja Católica dentro do Partido foi de fundamental importância para que isso acontecesse de forma rápida, pois os templos religiosos eram, de certa forma, protegidos da ação militar e serviam como um fronte no qual as idéias do PT podiam ser livremente apregoadas.

Levantando novamente a questão do surgimento e consolidação das CEBS no Brasil, é possível perceber que muitas das lideranças que participaram da Convenção de fundação do Partido dos Trabalhadores eram lideranças atuantes nas comunidades católicas, sendo eles lideranças de pastorais, movimentos, membros do clero e do episcopado, entre outros. Assim sendo, é inegável a contribuição dada pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) presente no Brasil na constituição do projeto que embasará a ação política e marcará os primeiros passos do PT no país. Isto não foi um fato apenas daquela época, tendo em vista que ainda nos dias de hoje muitos dos filiados ao partido e que detêm cargos eletivos participam ativamente da ICAR.

Em termos discursivos, pode-se afirmar que a construção da identidade discursiva petista também tem uma contribuição legada da Igreja Católica, na medida em que a forma como é construída a argumentação discursiva das lideranças do PT é muito semelhante a forma como as lideranças católicas costumam a se manifestar com relação a alguns temas, como por exemplo, a reforma agrária, as minorias sociais, a defesa de relações de trabalho mais justas, a construção de uma sociedade igualitária, entre outros.

Visando evidenciar o que foi citado acima, aclarando a relação discursiva existente entre o discurso das CEBS e do PT, recolhemos dois fragmentos, sendo o primeiro deles retirado do Manifesto do Partido dos Trabalhadores, datado de 1980 e o segundo extraído das conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade de Puebla de Los Angeles (México) no ano de 1979 nos quais encontramos:

¹² Entre as principais lideranças da Igreja Católica Apostólica Romana presentes na fundação do PT destacam-se Leonardo Boff (um dos maiores líderes da Teologia da Libertação no Brasil nesse período), Frei Betto (irmão de Lula), além de bispos que simpatizavam com a idéia, mas não se envolveram diretamente com a criação do partido, tais como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Aloísio Lorscheiter, Dom Helder Câmara e diversos religiosos e religiosas de diferentes congregações e institutos.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de **brasileiros de segunda classe**. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo. [...] Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a **mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos**. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros **setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses**, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.¹³

A imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em situação de pobreza e até miséria, que se veio agravando. Em muitos de nossos países, a **falta de respeito à dignidade do homem** se exprime também na ausência de **participação social nos vários níveis**. Referimo-nos de modo particular à **sindicalização**. [...] As comunidades eclesiais de base que em 1968 eram apenas uma experiência incipiente amadureceram e multiplicaram-se sobretudo em alguns países. Em comunhão com os seus bispos e como o pedia Medellín, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento. [...] Sem dúvida, as situações de injustiça e de pobreza extrema são um sinal acusador de que a fé não teve a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis da liderança, ideológica e da organização da convivência social e econômica de nossos povos. Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça. A Igreja convida, pois, a uma renovada conversão no plano dos valores culturais, para que a partir daí se impregnem de espírito evangélico as estruturas de convivência. A Igreja - falando ainda em geral, sem distinguir o papel que compete a seus diversos membros sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política.¹⁴

Analisando as os fragmentos discursivos acima apresentados, é possível perceber que elementos comuns no discurso petista e católico: no discurso petista percebemos a preocupação com a **mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos** e com a necessidade do surgimento **setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses**. Nesta mesma linha de argumentação, o discurso religioso católico procura despertar a atenção de seus participantes a **falta de respeito à dignidade do homem** e para a **participação social nos vários níveis**, de modo particular por meio da **sindicalização**.

¹³ Disponível em www.ptns.org.br. Acesso em 10/05/2008.

¹⁴ Disponível em www.cnbb.org.br. Acesso em 10/05/2008.

Em ambos discursos temos a mobilização dos interlocutores para que ocorra um despertar para a necessidade de luta por melhores condições de vida. Na Igreja Católica presente na América Latina e, em especial, no Brasil, este é um tema precedente à fundação do Partido dos Trabalhadores que, depois de seu surgimento, assimilou em sua FD elementos do discurso católico como base até mesmo para a escrita do seu Estatuto e Manifesto, talvez em razão da participação, conforme já referenciado anteriormente, de grande número de lideranças das CEBS na fundação da agremiação partidária. Esta “comunhão discursiva”¹⁵, no que tange a alguns temas, persiste até hoje no discurso de ambos.

Deve ser destacado, ainda, o fato de que cada vez mais lideranças de diversas classes sociais, grupos profissionais e com formações intelectuais diversas passaram a engrossar também as fileiras da nova agremiação partidária há pouco surgida, consolidando o seu papel no cenário político brasileiro.

Os intelectuais, dentre os quais se destacavam principalmente os professores universitários e profissionais liberais¹⁶, contagiados por essa possibilidade de mudança de contexto político gerada pela fundação do PT, também tiveram um importante papel na solidificação do ideário petista.

Outro acontecimento muito importante nesse espectro é o desgaste gradativo da ditadura militar, em especial depois da pressão política que havia sofrido para que concedesse anistia aos presos políticos exilados fora do país e redemocratizasse o país, devolvendo a todos os seus cidadãos a liberdade de expressão.

Essa pressão culminou com o surgimento do Movimento Diretas Já, que pouco tempo depois foi a mola propulsora da condução ao poder do primeiro presidente civil eleito depois da derrubada do regime militar que, por décadas, governou e comandou os destinos da nação.

2.2.2 A solidificação da identidade do Partido dos Trabalhadores e de suas lideranças

Por meio do Manifesto do Partido dos Trabalhadores, a instituição político-partidária recém nascida apresentou a sociedade seu ideário e reafirmou a sua luta contra a ditadura

¹⁵ Grifo nosso para destacar a utilização do mesmo tipo de estratégias e elementos discursivos tanto pelas CEBS quanto pelo PT ainda na realidade atual do Brasil.

¹⁶ O campus central da Universidade de São Paulo foi um dos primeiros locais a acolher as lideranças petistas e na qual também surgiu o primeiro movimento grevista forte, apoiado pela Executiva Nacional do recém formado partido, fora de São Bernardo do Campo.

militar e pela redemocratização do país. Foi também através da publicação desse documento do PT que as esquerdas abandonaram definitivamente a clandestinidade.

Cada vez mais e mais representantes do operariado, funcionários públicos, trabalhadores rurais, estudantes, intelectuais e lideranças ligadas à TdL foram se juntando ao partido recém nascido, engrossando suas fileiras e conferindo ao quadro de filiados representatividade, diversidade, qualidade e força.

A atuação forte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista transferiu-se, por meio de suas lideranças envolvidas na fundação do PT para esse partido. As manifestações públicas antes relegadas apenas às portas de fábricas, agora tinham passado a se organizar e aglutinar ainda mais pessoas do que anteriormente.

O recém criado Partido dos Trabalhadores, concluído esse período de efervescência advindo do fenômeno de sua fundação, havia agora passado apenas do ideário de construção de novas realidades sociais e políticas e redemocratização do Brasil, para a luta concreta para que essas melhorias pudessem se concretizar o quanto antes.

Foi de fundamental importância o aglutinamento de forças promovido pelas novas esquerdas brasileiras e pelo PMDB para que, por meio do movimento “Diretas Já”, referenciado anteriormente, nosso país tivesse mais uma vez a oportunidade de eleger um presidente civil e restabelecer a ordem e o progresso propagado pela frase estampada no pavilhão nacional.

O movimento “Diretas Já” teve seu início no ano de 1983, quando o país era governado por João Batista Figueiredo e tinha como principal bandeira a realização de eleições diretas para Presidente da República. Como principais forças políticas a apoiar o movimento estavam o PMDB e PDS, tendo tido ainda grande apoio por parte da população brasileira, que se mobilizou e foi às ruas reivindicando a realização de eleições diretas. Como decorrência do movimento, foi realizada em 1984 a eleição para a Presidência, porém de modo indireto, através do voto do Colégio Eleitoral.

Entre tantas figuras políticas que marcaram presença forte e decisiva na organização e fortalecimento do movimento, destacaram-se as de Ulysses Guimarães (PMDB), Luís Inácio Lula da Silva, a cantora Fafá de Belém e o apresentador Osmar Santos. Como a eleição direta ainda não foi aprovada naquele ano, devido as manobras políticas e acordos que foram costurados no Congresso Nacional, chegou ao final o sonho da realização de eleições diretas em 1985. Contudo, como alternativa, ainda restava a realização de eleições indiretas. Paulo

Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PMDB) foram os indicados disputar o pleito, sendo que, contando com o apoio das mesmas lideranças das Diretas Já, Tancredo Neves venceu a disputa, sendo eleito o novo Presidente da República.

Nesse contexto, o PT firmou suas bases e consolidou-se como uma nova e definitiva alternativa e projeto político, baseado naquilo que há muito tempo os setores representativos da sociedade brasileira buscavam novamente instalar no país. Passado o período inicial de organização do partido e de luta pelas Diretas, após a eleição de Tancredo Neves, começou-se a lançar bases de um projeto que iria muito além da eleição de prefeitos, vereadores e deputados.

Como principais motivações para fundação de um novo partido, que representasse os trabalhadores, estava a recusa ao clientelismo e ao populismo consolidados na política partidária da época. O PT busca integrar-se com as massas, buscando estimular sua mobilização. O partido surge como uma alternativa à esquerda brasileira, voltada exclusivamente ao marxismo.

Acerca das chamadas “diretrizes do programa democrático e popular” do Partido dos Trabalhadores, no qual estão demonstrados os principais eixos norteadores da ação política das lideranças do partido, retira-se interessante fragmento do discurso pronunciado na Alemanha, no início de 1994, pelo deputado Ivan Valente (PT/SP), no qual afirma:

O programa democrático e popular, no terreno econômico, tem como objetivo fundamental a criação de um potente mercado interno de consumo de massas, o que implica medidas que viabilizem efetiva distribuição de renda, elevação significativa do valor real dos salários, a recuperação e retomada dos investimentos do Estado, reforma tributária (que penalize os ricos, elimine os impostos indiretos e favoreça o combate à corrupção), reforma agrária, mecanismos de controle social da economia, democratização das estatais, etc. Um conjunto de medidas que para se viabilizar passa pela suspensão do pagamento da dívida externa, pelo alongamento do perfil da dívida interna, pela valorização, democratização e desprivatização das empresas estatais, pela redefinição do pacto federativo (de tal modo a conferir maior coerência à ação do chamado poder público), pela desprivatização do Estado e pelo controle dos oligopólios. Medidas, enfim, que reclamam a reorientação da economia para a produção de bens e serviços, em detrimento da especulação, bem como exigem a recuperação da moeda nacional.

Em razão das lideranças de sua fundação estarem, quase que em sua totalidade, ligadas ao movimento sindical, o partido, que surgira com o objetivo de dar voz aos anseios de

classes sociais minoritárias até então esquecidas (mulheres, negros, homossexuais, jovens nações indígenas) mantém-se, mesmo quando não está envolvido em campanhas eleitorais, ligado aos movimentos de classe, marcando presença nas reuniões de sindicatos, nos órgãos representativos da sociedade, no campo, na cidade, nas escolas, nas universidades, consolidando suas propostas e tornando-se conhecido.

Passado o período de efervescência referente à fundação do PT, o partido começa a se constituir como o canal aberto para que a população brasileira discuta questões de ordem social, econômica, política, entre outras. No entanto, mais do que um debate restrito a um pequeno número de pessoas, sempre que possível essas questões eram levadas pelo partido ao conhecimento da sociedade em geral.

O ano de 1986 marca definitivamente a história política do PT e de Lula. Depois de concorrer ao governo do estado de São Paulo, em 1982, tendo ficado na quarta colocação, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Deputado Federal Constituinte. Nesse período, sua expressão nacional ficou apagada e são muito poucos relatos ou entrevistas nas quais ele aparece.

A história política do PT e, conseqüentemente, de Lula é marcada pela oposição ao sistema capitalista e, atualmente, ao modelo neoliberal. Na realidade, o neoliberalismo é o novo caráter do velho capitalismo. Com o fortalecimento do movimento sindical e do socialismo real, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1940-1945), surgiu uma ameaça ao capitalismo liberal, que tratou de disciplinar o mercado através dos chamados Estados de Bem-Estar Social (previdência, leis trabalhistas, subsídios à saúde e educação etc.).

De acordo com os estudos atuais sobre o modelo neoliberal, principalmente de ciências como a economia e a teoria econômica, as raízes teóricas mais remotas do neoliberalismo encontram-se na chamada escola austríaca, que defendia a ortodoxia no campo do pensamento econômico.

Seus principais pensadores eram catedráticos da Faculdade de Economia de Viena, como, por exemplo, Leopold von Wiese, conhecido por seus estudos acerca do que era chamado de estabilidade da moeda, publicados por meio do ensaio intitulado “O Valor Natural” (1889).

O neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. Esta doutrina

preceitua, ainda, que deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), sendo dessa forma garantido o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

O neoliberalismo teve seu surgimento na década de 1970, através da Escola Monetarista do economista Milton Friedman. Em seu surgimento, buscava ser uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973.

Parece interessante lembrar, neste momento, quais são os principais pilares sobre os quais se constrói o ideário neoliberal que é tantas vezes criticado por Luiz Inácio Lula da Silva em suas falas públicas como candidato à Presidência e posteriormente como Presidente da República no início de seu primeiro mandato.

Luiz Inácio Lula da Silva defendendo e representando o ideário do Partido dos Trabalhadores (PT), acaba por se opor frontalmente ao projeto neoliberal que, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, passou a ser implantado gradualmente no país. Na contramão do que era pregado por economistas e estudiosos do contexto brasileiro, o candidato petista acreditava que este modelo econômico beneficiava apenas a uma classe social - a dos ricos - nada trazendo de benefícios para aqueles para os quais as políticas públicas (em especial as econômicas) deveriam estar voltadas, ou seja, os trabalhadores urbanos e rurais, os marginalizados, os desempregados, entre tantas outras classes e grupos sociais que eram representados dentro da sociedade brasileira.

Para Lula, ao invés de implantar o modelo neoliberal no Brasil, era preciso buscar formas de inclusão social, geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável, aproveitamento do solo, garantia de acesso aos direitos fundamentais assegurados à população pela Constituição e nos países onde o neoliberalismo já estava em vigência há algum tempo, esse tipo de posturas não era adotado. Este era o principal argumento que utilizava para justificar o fato de refutar a implantação de um governo que representasse este modelo econômico.

Alguns críticos do neoliberalismo afirmam que a economia neoliberal só beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Assim sendo, os países pobres ou em processo de desenvolvimento (como no caso do Brasil) sofrem com os resultados de uma política neoliberal. Esse grupo aponta como principais conseqüências do regime neoliberal o desemprego, os baixos salários, o aumento das diferenças sociais e a dependência do capital internacional.

Como contraponto, os defensores do neoliberalismo acreditam que este sistema é capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico e social de um país. Defendem, ainda, que o neoliberalismo deixa a economia mais competitiva, proporciona o desenvolvimento tecnológico e, através da livre concorrência, faz os preços e a inflação caírem.

O neoliberalismo, segundo afirmam Arruda e Piletti (1997), defende como premissas: o ajuste fiscal, a redução do tamanho do Estado, a privatização de empresas públicas ou a transformação das estatais em empresas de capital misto, a abertura comercial (realizada principalmente por meio da redução de alíquotas de importação), o fim das restrições ao capital externo, a reestruturação do sistema previdenciário, o investimento em infra-estrutura básica e a fiscalização dos gastos públicos¹⁷.

Em que medida o discurso de Lula se aproxima ou se afasta desses saberes? É sobre essa questão que as análises realizadas se propõem a refletir.

¹⁷ O partido político que mais identifica seu Manifesto e Estatuto com os ideais neoliberalistas é o PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, que governou o Brasil, por meio do presidente Fernando Henrique Cardoso, no período compreendido entre 1995 e 2002. Foi justamente durante esse período que algumas das teorias neoliberais foram implantadas no Brasil com mais força.

CAPÍTULO III

O DISCURSO POLÍTICO DO MOVIMENTO SINDICAL E DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Os estudos e pesquisas acerca da Análise do Discurso (AD) começaram a emergir na metade dos anos de 1960 e foram consagradas, em 1969, pela publicação do número 13 da revista *Langages*, intitulado “A análise do discurso”, de autoria de Michel Pêcheux, estudioso mais representativo dessa corrente.

O núcleo das pesquisas da AD foi o discurso político, efetuado por lingüistas e historiadores, com uma metodologia que associava uma lingüística estrutural a uma “teoria da ideologia”, que teve como principais fontes de inspiração a releitura da obra de Marx, feita por Althusser, e da psicanálise freudiana, por Lacan.

Sobre o surgimento da AD, recorremos a Maingueneau:

Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e a lingüística, evitando reduzir o discurso à análise da língua ou, ao contrário, de dissolver o discurso no ideológico. Denunciando a ilusão que tem o Sujeito do discurso de estar na origem do sentido (1998, p.70).

A centralidade dos estudos da AD, não está, portanto, no “sujeito”, mas no discurso, pois este sim é o cerne do estudo realizado a partir da AD69. Deve-se também considerar que, nesse cenário, os estudos da AD, em especial os ligados ao discurso político, mantêm a sua atualidade e relevância.

3.1 A formação discursiva do Movimento Sindical no Brasil

Um capítulo particular deste estudo é o entendimento da forma como surge e se consolida o discurso sindical no Brasil. O papel dessa FD que permeia o discurso deve aqui

ser colocado em destaque, uma vez que daí nasceu o Discurso Político de Lula (DPL). Acerca dos estudos da AD sobre FD, destaca Orlandi:

[...] é consenso que o fato de que uma FD não é da ordem da completude e, muito menos, algo determinado a *priori* – uma FD se constrói e se configura como interpretação, funcionando, portanto como um princípio de organização metodológica, resultado do olhar do analista (1999, pp. 42-45).

Com base nisso, é necessário, para que seja possível entender a configuração atual que assume DPL, analisar as suas fontes primárias, ou seja, trabalhar para identificar os elementos fundadores de seu discurso e como foram se desenvolvendo ao longo do tempo.

O sindicalismo no Brasil, conforme apresentado anteriormente, ganhou força após o regime militar. Contudo, durante os “anos de ferro” do Brasil, subsistiu na clandestinidade, mas se manteve firme, apesar das constantes investidas contra ele empreendidas com o objetivo de fazê-lo sucumbir ou, pelo menos, desqualificá-lo ou fazê-lo perder suas características.

As manifestações populares, os comícios na frente das fábricas, as escolas de formação sindical, a criação de centrais únicas que tinham por objetivo aglutinar os sindicatos para, dessa forma, conceder a eles uma maior legitimidade e força foram uma forma de resistir contra essa investida, além de se constituírem também como elementos motivadores em busca da consolidação de um discurso próprio do sindicalismo em nosso país, formando o campo discursivo CD “sindicalista”.

Para constituição do *corpus* a ser analisado é necessário recuperar alguns elementos discursivos de períodos anteriores ao analisado. Nesse caso, em particular, torna-se uma tarefa importante tentar aclarar a partir de que período aproximado o discurso sindical passa a ser o pano de fundo para construção da identidade discursiva do sujeito-enunciador Lula.

Assim sendo, lembramos o estudo de Cazarin, no qual é bem definido esse período. Afirmo a sua autora:

[...] para tratar da análise do funcionamento do DL¹⁸, tomo como efeito fundador do mesmo o ano de 1978, marcado pelo acontecimento histórico da “eclosão das greves do ABC paulista” e, ao mesmo tempo, entendo esse discurso como inscrito em uma posição-sujeito no interior da FD dos trabalhadores brasileiros [...] (2005, p. 82).

¹⁸ Cazarin utiliza DL em seu trabalho para caracterizar o Discurso de Lula.

Na FD dos trabalhadores brasileiros, que acompanha o surgimento e consolidação do discurso sindicalista enquanto campo discursivo temos primeiramente a mobilização de saberes próprios do comunismo, do socialismo e do movimento anárquico, que se fundem e se materializam no discurso enunciado pelos líderes do movimento. Constitui-se num discurso que visa dar legitimidade a demandas levantadas pelos trabalhadores representados pelos sindicatos que ora surgiam.

Interessante também considerar o fato de, nesse período, ter sido empreendido todo um esforço no sentido de fazer as posições-sujeito, assumidas por aqueles que usavam a palavra nas manifestações públicas como líderes dos sindicatos ou como piquetes das greves que começaram a eclodir, de maneira particular no ABC paulista, significarem o pensamento e a luta de toda a classe trabalhadora.

Interessante também considerar o fato de, nesse período, ter sido empreendido todo um esforço no sentido de fazer com que as posições expressas pelos discursos daqueles que usavam a palavra como líderes dos sindicatos nas manifestações públicas ou então nos piquetes das greves que começaram a eclodir, de maneira particular no ABC paulista, significassem o pensamento e a luta de toda a classe trabalhadora.

Nesse cenário discursivo, Luiz Inácio Lula da Silva surge como liderança que, ao se pronunciar em nome do Sindicato, faz com que surja nesse momento a manifestação concreta de uma identidade discursiva eminentemente sindical.

Em outras palavras, o campo discursivo sindical passa a se constituir por todos aqueles que representam, enquanto sujeitos-enunciadores, a classe de trabalhadores sindicalizada.

3.2 Da formação ideológica do Movimento Sindical

Para que se possa entender de maneira mais concreta a questão ora levantada, qual seja a da Formação Ideológica como elemento constituinte do discurso e da identidade do Movimento Sindical no Brasil, é necessário primeiro recuperar o conceito de FI já referenciado neste estudo, que nos é proposto pela AD. Somente após empreender essa tarefa, será possível associar o discurso sindical ao DPL.

Pêcheaux e Fuchs (1975) retornam o conceito de FD, retirado de Foucault (1987), associando-o às FI. Consideram as FD componentes das Formações Ideológicas (FI), pois toda e qualquer ideologia tem a sua manifestação concreta no discurso.

As ideologias sustentadoras do movimento sindical se manifestam toda a vez que há alguma manifestação pública, seja por meio dos veículos de comunicação oficiais, ou então, através dos materiais gráficos veiculados pelo sindicato através de seu boletim informativo.

A FI sindicalista que passa a permear o discurso instaurado traz em si elementos da ideologia do marxismo-lenismo, do socialismo, do stalinismo, do comunismo, principalmente de inspiração soviética: do marxismo-lenismo foi herdada o respaldo intelectual à indignação moral produzida por significativas desigualdades entre as condições de patrões e empregados; do socialismo advém a idéia de que os meios de produção devem pertencer à coletividade; do comunismo a idéia do fim da estratificação em classes da sociedade.

No campo do discurso político, em especial na constituição da FD sindicalista, cada uma dessas teorias teve sua importância. Decorre daí um sujeito-enunciador que faz uso de um discurso, cuja base é a luta de classes. Assim, o estabelecimento de relações justas de trabalho, a luta contra a opressão dos trabalhadores, levada a cabo pelos grandes empresários, e o acesso de todos aos direitos sociais que deveriam ser assegurados pelo Estado passam a ser reivindicados. Em suma, é por meio dos saberes dessa FI que se consolida posteriormente um novo discurso, disseminado em outros grupos sociais.

Esses elementos extradiscursivos, tendo uma materialidade lingüística, passam a se firmar como constituintes do discurso da classe trabalhadora e inspiram o discurso do Partido dos Trabalhadores.

3.3 A identidade discursiva e o discurso político do PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve seu nascimento ligado ao movimento sindical, mas também às Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) da Igreja Católica Apostólica Romana. Sua identidade discursiva nasce permeada por elementos de várias FDs e CDs, melhor dizendo, apropria-se de diversos discursos, na definição e constituição de sua identidade discursiva. Nem as FDs nem os CDs são homogêneos: há sempre dominantes e dominados, ou então, posicionamentos centrais e periféricos. Nesse contexto, é que

justamente acontece a fixação da identidade discursiva e o desenvolvimento de um discurso político com marcas eminentes do ideário petista.

O que à primeira vista observamos é o Partido dos Trabalhadores desenvolver o seu discurso, tomando como base dominante para solidificação do seu campo discursivo elementos do marxismo e da Teologia da Libertação (TdL). Do marxismo provém a idéia de lutar pela igualdade de classes e pelo acesso igual aos meios de produção e distribuição da riqueza e da TdL, os ideais de luta contra a opressão, de promoção do ser humano em sua dignidade, da humanização das relações e da partilha solidária dos bens entre os cidadãos, que deve ser promovida pelo Estado democrático de direito.

Esses elementos também vão ser encontrados no PCB, PC do B, PSB, PTB e PDT, porém com a inclusão de novos elementos¹⁹. Outro fator importante é que em pouco tempo, elementos da FD do Partido dos Trabalhadores passam a ser amplamente difundidos e serem referência para outras formações discursivas.

¹⁹ Isso se dá de maneira especial a partir da criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSol), que se inspirou no ideário dos partidos políticos relacionados no presente texto, tendo, contudo, atualizado em seu estatuto e manifesto a mensagem herdada do Partido Comunista Russo, buscando assim, por meio de sua atuação, atualizar e tornar mais uma vez presente a mensagem comunista em nossos tempos. Destacam-se, entre as suas principais idéias, o não-pagamento da Dívida Externa Brasileira, o acesso dos mais pobres aos meios de produção e o igualamento de condições sociais da sociedade brasileira.

CAPÍTULO IV

O CONTEXTO ELEITORAL

4.1 O debate eleitoral televisivo

Embora, sejam usadas nas análises, além dos debates televisivos, fragmentos de entrevistas televisivas e dos discursos de posse (2003 e 2007), priorizamos aqui o debate televisivos, tendo em vista sua importância e abrangência.

Ao consultar o dicionário sobre a definição da palavra “debate”, encontramos que o termo representa contenda por meio de palavras ou argumentos; discussão; contestação. Briga por meio de argumentos; controvérsia, altercação. Discussão oral ou escrita entre as partes contendoras, num juízo ou tribunal, perante o qual sustentam, por seus patronos, as suas razões, pró e contra os fundamentos da espécie ou fato submetido à decisão²⁰.

Dos sentidos dicionarizados da palavra debate o que talvez menos se aplique seja o de debate enquanto contenda (discussão acirrada entre as partes). Dentre as definições acima descritas, a que mais interessa ao presente trabalho é aquela que o caracteriza como sendo uma discussão entre duas ou mais pessoas que queiram colocar suas idéias em questão ou discordar das demais, tentando fazer prevalecer a sua própria opinião ou sendo convencido pelas opiniões opostas. Debates ou discussões amigáveis podem ser a respeito de temas diversos, como futebol, política, etc. Eles não devem ser confundidos com brigas ou amultuações. Geralmente debatentes são concisos e tem em mente a troca de idéias sem que haja ofensas para ambos os lados.

Teoricamente, todos os debates deveriam ser pautados pela ética e pelas condições de possibilidade mínimas que permitam a compreensão mútua entre os envolvidos numa situação de troca verbal. A ética fundamentaria as normas que devem

²⁰ In: BUARQUE DE HOLANDA Ferreira, A. *Minidicionário Aurélio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p.150.

permitir ao debate desenrolar-se satisfatoriamente. No caso dos debates televisivos, temos a figura do mediador que vai interferir na fala dos candidatos a partir das regras estabelecidas com a finalidade de conferir legitimidade a eles.

Neste trabalho, o interesse é o debate político, especificamente o televisivo. Esse gênero discursivo caracteriza-se por ser um diálogo público, mediado, sujeito a uma forte coerção de sentidos que busca o equilíbrio entre as regras estabelecidas, o que o público espera que possa e deva ser dito – aquilo que está de acordo com suas expectativas e valores – e, simultaneamente, o que advém das posições ideológicas dos candidatos envolvidos. Portanto, a busca do equilíbrio, da coerência e de “verdades” que atendam à demanda dos telespectadores funcionam como retentores de sentidos e têm conseqüentemenete implicações na forma como as coisas são ditas.

Apesar da natureza distinta, comunicação e política estão cada vez mais próximas uma da outra. Existem muitos fatores que obrigam a política a buscar a aproximação com a mídia. O próprio surgimento da democracia de massas implica a criação de novas formas de relação dos políticos com o eleitorado. Portanto, para o campo da política, torna-se crucial uma aproximação com o campo midiático.

Como fruto dessa aproximação, a política, por meio das agremiações partidárias, começou a utilizar os meios de comunicação de massa (mass media) para divulgar seus ideais e dar visibilidades aos candidatos que os representam.

Os debates eleitorais televisivos foram uma das vias para levar a cabo a utilização da televisão como veículo de decisão de pleitos eleitorais, sendo que o primeiro debate na TV aconteceu nas eleições norte-americanas de 1960, quando Kennedy venceu Richard Nixon. Consta que a performance do candidato democrata durante a discussão foi fundamental para a vitória.

O primeiro debate, no Brasil, foi em 1988 entre Leonel Brizola e Franco Montoro, possíveis candidatos à eleição direta, promovido pela Rede Bandeirantes de Televisão, que foi quem começou a transmitir debates televisivos. Fernando Mitre, diretor de jornalismo da emissora, assistiu ao debate americano e quis fazer o mesmo no Brasil na primeira eleição direta para Presidente da República, depois de quase 30 anos de ditadura militar e de cerceamento dos veículos de comunicação.

Os debates, quatro no total, foram batizados de *Encontro dos Presidênciaáveis*. Participaram quase todos os candidatos que disputavam aquela eleição, com exceção de

Fernando Collor. Foi quando o programa *Palanque Eletrônico* apresentou uma entrevista com Collor e uma semana depois com Lula. A Rede Globo, após muita indecisão, decidiu seguir o mesmo caminho. Ela e a Manchete, em parceria com a Bandeirantes e o SBT, promoveram um debate entre os candidatos que foram para o segundo turno: Collor e Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante o segundo turno, em 1989, foram feitos mais dois debates. Um em 3 de dezembro, quando Lula se saiu melhor do que Collor. E o fatídico debate de 14 de dezembro, três dias antes das eleições. Foi nesse que Collor acusou Lula de planejar o confisco da poupança.

A partir das eleições de 1994, as principais emissoras de televisão em canal aberto do país passaram a realizar debates televisivos entre os principais candidatos concorrentes ao cargo de presidente da república, governadores dos Estados e do Distrito Federal e prefeitos. Para tanto foi criado um novo formato de debate televisivo, adaptado à situação peculiar ora apresentada.

Nos primeiros anos (1994 e 1998), os debates contavam com uma hora de duração, sendo as perguntas a serem realizadas aos candidatos sorteadas por um mediador, que se encarregava de controlar o tempo da resposta e conceder, no caso de alguma ofensa pessoal ou conduta inadequada, o direito de resposta concedido por meio de réplica.

Outra característica marcante desse período é o fato de que os candidatos eram posicionados em cadeiras, normalmente dispostas em semicírculo, sendo assim possível que todos pudessem observar a fisionomia de seus adversários, bem como suas reações diante das perguntas que lhes eram formuladas. No centro estava sempre um mediador, cuja tarefa era organizar o debate, conceder a palavra aos candidatos e controlar o tempo de cada bloco televisivo.

No primeiro turno das eleições de 1998, esse formato de debate eleitoral ainda foi mantido. No entanto, a partir do segundo turno, os debates passaram a ter um formato diferente, sendo agora compostos por oito blocos. Num primeiro bloco, os candidatos podiam saudar os telespectadores e apresentar as suas motivações para o debate. Nos quatro blocos seguintes, eram formuladas perguntas aos candidatos, feitas pelo mediador do debate, relativas a temas pré-selecionados, para que, tomando-se por base o que havia sido inquirido, fossem elaboradas respostas que apresentassem ao telespectador o plano de governo do candidato. Em dois blocos subsequentes, os temas eram sorteados e os candidatos podiam perguntar diretamente aos seus adversários o que queriam saber. Por fim, no último bloco do

debate, os candidatos tinham um tempo para apresentarem suas considerações finais e se despedirem dos eleitores que haviam acompanhado do programa.

Um fato bastante interessante é que cada candidato podia levar ao estúdio no qual se realizava o programa apenas um assessor, que ficava responsável pelo repasse de informações (tais como estatísticas, dados sobre os adversários, informações detalhadas dos temas a serem tratados, entre outros), nos intervalos comerciais das emissoras. Isso se dava porque o acompanhante do candidato não podia aparecer na frente das câmeras, conforme acordo fechado entre as coordenações de campanha e as emissoras de televisão, quando da reunião para definição das regras do debate.

No pleito eleitoral de 2002, mais algumas alterações foram introduzidas no debate. A maioria das emissoras substituiu as cadeiras por banquetas ou púlpitos, nos quais os candidatos podiam guardar os documentos que iriam utilizar ao longo do debate. Nesse mesmo ano, o formato do programa também mudou: agora os temas a serem respondidos eram sorteados, bem como o candidato que iria responder à pergunta e o que seria o responsável por sua formulação. Sempre que necessário era concedido o direito de resposta por meio de réplica e tréplica.

Outro aspecto interessante foi a seleção pelas emissoras de populares para participarem dos debates. No momento do programa, eles poderiam ser sorteados e terem a possibilidade de formular perguntas aos candidatos. Isso acabou por dar uma maior dinâmica aos embates televisivos travados nessas ocasiões e proporcionou a manifestação da fala espontânea (sem o discurso preparado pelas assessorias dos candidatos), que acaba por apresentar marcas discursivas próprias de cada sujeito-enunciador.

Por último, em 2006, os debates passaram a ser realizados com a participação de eleitores que se faziam presentes no estúdio das emissoras. Eles, uma vez sorteados, tinham o direito de formular, em um minuto, uma pergunta a ser respondida pelos candidatos. Outra mudança foi a disposição dos candidatos em um estrado, no formato de uma arena, no qual era realizado todo o debate, permanecendo os mesmos em pé ao longo dos blocos.

Torna-se importante destacar que os debates televisivos sempre foram transmitidos ao vivo, em cadeia nacional. Disso decorre que contam com maior espontaneidade na apresentação das respostas do que nos programas da propaganda eleitoral gratuita, veiculada ao longo dos últimos 30 dias que antecedem as eleições.

Os eleitores brasileiros ainda não adquiriram o hábito de assistir esse tipo de embates eleitorais. No entanto, ao longo dos anos, evidencia-se a importância que os mesmos possuem. Não raras oportunidades, eles foram o fiel da balança a decidir as eleições. Esse fato é comprovado pelas pesquisas de boca de urna realizadas sempre ao final da veiculação dos programas.

Ainda sobre o debate televisivo, Rubim (2004) afirma que o Brasil desenvolveu um ambiente centrado na TV durante a ditadura militar, e as quatro eleições presidenciais do período de redemocratização têm como principal marca o encontro tardio entre os campos da mídia e da política. Sobre isso, declara:

Em verdade, a inauguração deste novo acontecimento, a campanha eleitoral midiática, guarda especial conexão com o declínio e, mais precisamente, o final da ditadura militar e a instalação do Brasil em uma situação de Idade Mídia. Isto é, de uma sociedade estruturada em rede e ambientada pela comunicação, em especial, por sua modalidade midiática. O desenvolvimento do novo ambiente comunicacional, apesar de ter ocorrido durante o período autoritário, não teve condições de livremente interagir com a política, devido à interdição, ao controle exercido e ao constrangimento imanente a uma situação de ditadura (p. 07).

Outra forma indireta de debate de idéias, já referido anteriormente, que vem sendo muito utilizado nos últimos anos, é a apresentação de programas radiofônicos e televisivos chamados Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral, que podem ser considerados, conforme Gomes (2006) como sendo momentos privilegiados das campanhas e estratégias mais gerais de campanha e não como determinantes das intenções de voto e do comportamento eleitoral²¹.

Além desse, a propaganda política vem sendo cada vez mais empregada pelos candidatos. Os programas de propaganda institucional e partidária são utilizados durante todo o período eleitoral pelos atores políticos, criando ou reforçando as suas imagens públicas.

²¹ Os Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral são exibidos em dois horários no rádio e em dois horários na televisão. O espaço destinado a cada coligação é estabelecido por meio da soma dos tempos destinados pelo Tribunal Superior Eleitoral a cada partido que as compõem. Esse cálculo é feito de acordo com alguns coeficientes, tais como número de filiados, quantidade de deputados e senadores eleitos, votos nominais obtidos na eleição anterior, entre outros.

4.2 O comportamento eleitoral brasileiro

Existem diferentes explicações sociológicas para manutenção e mudança do comportamento eleitoral no Brasil. Compreendê-las é algo que pode auxiliar muito no entendimento dos mecanismos discursivos e do DPL.

Entre as principais explicações retiradas da Sociologia estão o clientelismo, a identificação partidária, as clivagens sócio-culturais, o personalismo, e, mais recentemente, a teoria da escolha racional e o 'efeito da mídia'. Cada uma dessas explicações deve ser vista em um contexto histórico e como parte integrante de um conjunto ainda em curso.

O clientelismo pode ser entendido como a prática da venda de voto em troca de vantagens pessoais, políticas ou familiares. Por meio dessa troca de favores, o político se torna freguês do eleitor e vice-versa. Destaque-se, sobre o clientelismo, que até o ano de 1930, esse era o elemento central de explicação do comportamento eleitoral brasileiro. Nos dias atuais, entretanto, esse tipo de prática ainda é muito comum nas relações entre executivo e legislativo em todos os níveis.

Quando o comportamento eleitoral for determinado pela preferência do eleitor pelo programa do partido ou coligação, sendo seu voto baseado nas idéias e propostas apresentadas pelo candidato, temos o fenômeno chamado de identificação partidária. No Brasil, muitos cientistas políticos acreditam que não há voto condicionado pela identificação, prevalecendo o clientelismo.

As clivagens sócio-culturais se processam por meio de algumas condicionantes, tais como renda familiar, nível cultural e de escolaridade, participação comunitária, acesso à informação de cidadania, entre outros fatores condicionantes do comportamento eleitoral. Em nosso país, é pouco comum esse tipo de comportamento.

Uma outra explicação muito interessante e que parece ser a mais importante para a análise a qual se propõe o presente estudo é a do personalismo, que entende que um fator determinante do comportamento eleitoral é a personalidade e o carisma dos candidatos²². Isso ocorre com um grande número de eleitores que vão adquirindo empatia pelo candidato por eles escolhido ao longo da campanha eleitoral. No entanto, há um tipo de eleitor imprevisível,

²² Em alguns casos, no entanto, a identificação ocorre de forma tardia ou depois da exposição à mídia, por algum tempo, da imagem dos candidatos.

que deixa, em geral, para escolher o seu candidato na cima da hora, tomando como base o desempenho no último debate ou a opinião pública manifestada por meio das pesquisas eleitorais de boca de urna. Os candidatos, em seus discursos, trabalham com as duas alternativas.

Este trabalho não analisa o discurso de Lula enquanto sindicalista, mas sim enquanto candidato à Presidência e Presidente eleito e posteriormente reeleito, sem ter, no entanto, a preocupação com o levantamento de pontos da plataforma programática do PT. Ocupa-se, assim, do discurso político de Lula, em especial o proferido nos debates eleitorais e em entrevistas televisivas realizadas próximas da data dos pleitos eleitorais dos anos de 1998, 2002 e 2006. Utiliza como corpus discursivo as falas do Lula Candidato e do Lula Presidente que postula a reeleição, realiza também um estudo comparativo com outros discursos proferidos por ele²³.

²³ É importante considerar as três condições de Lula (candidato à Presidência, Presidente Eleito e candidato à reeleição, pois este é um elemento que auxilia na análise das mudanças discursivas que posteriormente será realizada.

CAPÍTULO V

LULA: DE LÍDER SINDICAL A PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Após uma vida inteira de militância no movimento sindical e 13 anos em campanha, Luiz Inácio Lula da Silva chegou à Presidência da República. Ao longo dessa trajetória, foram, conforme descrito, quatro candidaturas consecutivas. Em 1989, Lula quase alcançou seu objetivo. Em 1994, foi derrotado por um plano monetário que pretendia estabilizar a economia, por meio da adoção de medidas de ajuste fiscal.

Após mais quatro anos, sua derrota foi devida ao acordo costurado com as lideranças políticas dos principais partidos representados na Câmara Federal e no Senado. Já em 2002, superadas as dificuldades e desgastadas as lideranças que compunham a base aliada do governo da época, Lula finalmente conseguiu ganhar as eleições presidenciais.

Parece ter sido justamente isso que alçou Lula da condição de candidato derrotado durante quatro eleições à de Presidente eleito e, posteriormente reeleito do Brasil. Ao longo das campanhas eleitorais, foi feito todo um investimento na construção da imagem política de um “Lula” capaz de representar todas as classes sociais e políticas do país.

Essa reengenharia começou a partir da derrota sofrida nas eleições de 1994. Até então, o Partido dos Trabalhadores buscava construir um novo modelo político, uma nova forma de governar o Brasil, embasado nos ideais políticos da ‘esquerda brasileira’, contando com o apoio, na época, apenas dos partidos que compunham sua chapa, do movimento sindical, de algumas lideranças da sociedade civil organizada, mas principalmente da militância e da campanha feita nas ruas. O investimento no chamado “marketing político” ainda era quase inexistente.

Nas eleições do ano de 1998, começaram a ser percebidas algumas mudanças na imagem de Luís Inácio Lula da Silva. O candidato que antes se apresentava na televisão com a barba cerrada e com uma aparência de operário, agora tinha sua barba aparada e

aparentava ser alguém pertencente pelo menos à classe média. A maneira de vestir-se também mudou, pois a camiseta foi substituída pela camisa social e pelo terno. Além disso, a própria forma de falar do candidato petista sofreu alterações. Essas mudanças são estudadas e planejadas por assessorias especializadas no marketing eleitoral, visando à adaptação do candidato ao seu eleitorado. Martins, ao analisar o trabalho dessas assessorias, diz:

A construção da imagem do candidato inclui a conceituação adequada da sua maneira de vestir, seu comportamento em lugares públicos, suas declarações que expressam sentimentos e idéias. Enfim, o conjunto das ações deve ser planejado para que o candidato tenha um comportamento correspondente à expectativa do eleitor (2005, p. 101).

A naturalidade antes percebida em Lula parece ter desaparecido. Aquele homem de aparência simples, que agia e falava de forma natural, identificado com o seu interlocutor justamente por esta forma de falar e vestir-se, agora parece dar lugar a uma “imagem televisiva” que procura dar ênfase à modificação de perfil do candidato.

Nos anos de 2002 e 2006, o grande diferencial foi a contratação de uma das maiores agências de publicidade do país para cuidar da imagem do candidato. Ao longo dessas campanhas eleitorais, o publicitário Duda Mendonça se encarregava de supervisionar desde as peças publicitárias (folhetos, cartazes, propagandas em áudio e em vídeo) que eram montadas, até o texto e a direção dos programas exibidos na propaganda eleitoral gratuita que ia ao ar pelas emissoras de televisão e rádio.

A imagem pública possui três funções diferentes: a produção da imagem pelo candidato, pela mídia e pelo público; o ajuste da imagem, com base em perfis ideais e expectativas e, por último, a administração da imagem.

No que tange à produção da imagem, há três agentes diferentes. O primeiro deles se relaciona com a personalidade e a performance individual do candidato, expressa por meio de seus discursos. A imagem primária passa a ter uma visibilidade social, sendo trabalhada pela mídia, que constrói uma Imagem Política (IP). Essa IP é recebida por diferentes redes de intérpretes discursivos.

O ajuste da imagem ao perfil do candidato, com vistas a atender às expectativas demandadas pelo eleitor tem ocorrido com bastante frequência nos últimos pleitos eleitorais brasileiros. No caso específico de Lula, temas polêmicos, tais como MST,

dívida externa, reforma agrária, igualdade de classes sociais, entre outros, foram ou tirados de cena ou então tiveram a sua importância reduzida. Com essa estratégia, buscou-se criar uma imagem adequada à mídia nacional do “Lula candidato”, sem que, contudo, ocorresse meramente uma migração de um discurso ideológico para um discurso fisiológico.

Em todo esse trajeto, desde as primeiras candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva até a sua reeleição, foi possível perceber que aqueles que coordenavam as suas campanhas eleitorais sempre se preocuparam com a sua imagem na mídia, para, com isso, manter e fazer crescer sua visibilidade social. A administração da imagem aqui trazida à tona tem como principal objetivo evidenciar o diferencial de Lula nessa campanha: ele tornou-se capaz de transformar fatos explorados por seus adversários em mensagens capazes de cativar o eleitor, transformando, assim, determinados acontecimentos em fatos políticos.

Inicialmente, o sujeito-enunciador do DPL, enquanto sindicalista, apresentava-se como sujeito alheio à política partidária. No decorrer do tempo, porém, passou de líder sindical – com a função enunciativa de porta-voz do movimento sindical, sem associação a nenhum partido político –, a alguém que se apropria dos saberes próprios das práticas da política partidária.

Sobre a eleição de Lula, é interessante observar que seus próprios companheiros de partido ficaram surpresos com o resultado final do pleito eleitoral, embora tivessem se mantido mobilizados e trabalhando para que isso acontecesse²⁴. Acerca da eleição, sobre o que levou o PT a vencer as eleições, Luiz Dulci, ex-Secretário geral do PT e atual Secretário-Geral da Presidência da República, enumerou um conjunto bastante amplo e diverso de fatores que levaram à eleição. Afirma ele:

Foram muitos, com certeza, os fatores que contribuíram para a vitória, tanto gerais como específicos. A crise do modelo neoliberal, as fraturas do bloco dominante, a pertinência de nossa alternativa programática, nossas alianças sociais e partidárias, a escolha do candidato a vice-presidente, a sintonia fina de Lula com o sentimento popular, a admirável unidade do PT, a lucidez e o entusiasmo da base, a agilidade tática da coordenação, a competência os programas de rádio e TV, entre outros (2003, p. 2).

²⁴ Esse efeito surpresa foi maior porque embora as pesquisas de intenção de voto encomendadas pelo PT apontassem para uma vitória de Lula, a diferença de votos a favor do candidato petista superou em muito as expectativas e prognósticos mais otimistas. Em razão disso, uma vez assimilada a vitória, as lideranças do partido começaram a arremessar forças para levar à cabo o programa de governo da campanha “Lula Presidente”

A mudança discursiva do sujeito-enunciador Lula veiculado a uma FD sindicalista para outra ligada à política tem como seu marco decisivo a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1981, tendo este acontecimento motivado à mudança de FD. Sobre isto, afirma Cazarin:

[...] o sujeito enunciador do discurso, afetado pela FD e sustentado pelas condições de produção, passa a enunciar saberes até então não possíveis. Importa observar que esse sujeito faz uma espécie de balanço de sua própria trajetória: o dirigente que se *dizia apolítico* descobre-se, forja-se como *um sujeito da política* por meio da participação nas greves do ABC paulista – assume-se com tal e aponta para as conquistas da classe e para as vantagens que esta tem de se organizar partidariamente em defesa de seus próprios interesses, daí o PT. Esse funcionamento discursivo permite entender a transformação e reorganização dos saberes da posição-sujeito e da FD em que o DL está inscrito (2005, p. 213).

Com o marco histórico da fundação do Partido dos Trabalhadores, consolidam-se também no Brasil novas FD's (a das esquerdas) e assumem elementos de diversas FI que se fundem e dão gênese a FD petista. Entre os elementos que mais marcaram essa nova formação discursiva estão o marxismo, o comunismo e o discurso religioso libertário da Igreja Católica Apostólica Romana, conforme já apresentado.

CAPÍTULO VI

ANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES DO DISCURSO POLÍTICO DO LULA (DPL)

6.1 Metodologia

O campo discursivo de referência sobre o qual se debruça a análise a ser apresentada constitui-se de debates televisivos nas eleições presidenciais de 1998 a 2006, fragmentos de entrevistas televisivas e dos discursos de posse proferidos nos anos de 2003 e 2007. O que interessa especificamente ao trabalho é verificar se houve alteração na fala de Lula no decorrer do tempo em função da mudança de seu lugar enunciativo. Portanto, o *corpus* utilizado foi de arquivo. Foram observados elementos da materialidade lingüística de natureza sintática e enunciativa relativos às marcas que o sujeito deixa naquilo que diz. A partir daí, engendramos um movimento de relação desses elementos com a memória do dizer.

6.2 Construção do *corpus*

Para a composição do *corpus* empírico do presente estudo foram coletadas manifestações públicas de Luiz Inácio Lula da Silva, na qualidade de candidato à Presidência da República derrotado, Presidente eleito e, posteriormente, Presidente reeleito, recolhidas de entrevistas e de debates eleitorais televisivos. Transcreveu-se o material coletado e organizou-se o *corpus* discursivo, que se constituiu de seqüências discursivas de referência (sdr).

Com relação ao *campo discursivo de referência*, recorreremos à definição de Cazarin (2005), que a partir dos estudos de Maingueneau, assim define as noções de universo, campo e espaço discursivo:

[...] o universo discursivo é formado pelo conjunto de FDs que coexistem em uma dada conjuntura; o campo discursivo é definível como um conjunto de FDs que se encontram em relação de concorrência (aliança, confronto, neutralidade aparente, etc.), delimitando-se por uma posição enunciativa em uma dada região do universo discursivo; o espaço discursivo delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando, pelo menos, duas FDs que se supõe manterem relações privilegiadas para a compreensão dos discursos considerados (p. 45).

Assim sendo, as posições-sujeito de Lula serão analisadas buscando-se, a partir dos elementos discursivos, em especial das condições de produção, identificar quais as posições-sujeito que são por ele assumidas e o que podem condicionar a opção do sujeito-enunciador por veicular-se a uma ou outra FD.

Além das sdr's cuja autoria seja do sujeito-enunciador Luiz Inácio Lula da Silva, também serão consideradas como integrantes do corpus do presente trabalho outras seqüências discursivas retiradas das falas de Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin, Heloisa Helena e de líderes de outros partidos políticos, com o objetivo de, a partir do contraste destas manifestações com as de Lula, detectar se o seu discurso sofre ou não modificações.

No caso da verificação da não-ocorrência de modificações, buscar-se-á na materialidade lingüística elementos que sirvam de balizadores para demonstrar o momento histórico e as condições de produção nas quais ocorrem mudanças do DPL.

Deve-se destacar, também, o fato de que os recortes discursivos realizados seguem a ordem cronológica dos últimos três pleitos para eleição do Presidente da República (1998, 2002 e 2006), período no qual Luiz Inácio Lula da Silva é guindado à condição de Presidente, para que, desta forma, seja possível identificar a qual(is) FD(s) o sujeito-enunciador Lula se encontra vinculado em cada um desses períodos, procedendo a evidenciação por meio do corpus.

O pressuposto do trabalho é que ocorrem mudanças, decorrentes de diferentes lugares-enunciativos ocupados por Lula, que apontam para novas posições-sujeito. Buscamos, a partir desse pressuposto, identificar, na linearidade significativa, elementos indicativos dessas mudanças, ligando-os às condições de produção. A preocupação do estudo é com o levantamento das posições-sujeito assumidas por Lula ao longo desse período e das FD as quais estão vinculadas.

Embora nossa análise incida sobre os textos das alocações do candidato a Presidente, por ocasião dos debates e entrevistas televisivas, assim como dos discursos de posse, o discurso de Lula não se reduz a eles. Nós o entendemos como uma configuração discursiva²⁵ que é manifestada de diversas formas e por diferentes veículos: jornais, jingles de campanha, programas dos Gratuitos de Propaganda Eleitoral, etc..

Portanto, quando nos referimos ao sujeito desse discurso, na realidade, estamos remetendo ao conjunto de efeitos-sujeito produzidos pelas diferentes posições de sujeito que aí se estabelecem como resultado de sua determinação por FDs contraditórias. Dessa forma, o conceito de sujeito no discurso de Lula está ligado a um espaço semântico tenso e instável constituído pelo conjunto de relações de identificação do sujeito-enunciador com as FDs que atravessam seu discurso e que o interpelam ideologicamente.

O recorte discursivo escolhido para a análise é formado por seqüências discursivas de referência, cuja interpretação se dará posteriormente, relativas aos anos compreendidos entre 1998 e 2006²⁶, período que marca a histórica ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Nesse período, Lula tem a sua imagem de líder consolidada não só dentro do país, mas também internacionalmente e assume o papel discursivo de porta-voz de uma classe social que até então era deixada à margem. Essa liderança, por si só, legitima essa função enunciativa do porta-voz.

Sobre a mudança de posição do sujeito-enunciador Lula, de líder para porta-voz, é importante destacar o que diz Cazarin:

A opção pela análise do DL é entender que Lula, como sujeito enunciador desse discurso, concomitantemente desempenhou, na interlocução interna à FD, a função de *líder* e, na externa, a de porta-voz dessa posição-sujeito e da FD [dos trabalhadores brasileiros] de seus pares. Na primeira, enuncia para seus pares e, na segunda, enuncia em nome deles (2005, p. 108).

²⁵ Estamos tomando o conceito de configuração discursiva de Zoppi-Fontana: “[...] disposição particular das relações estabelecidas entre FDs específicas no interdiscurso. Consideramos que a partir dessas relações se organizam as posições sujeito e os funcionamentos discursivos, que caracterizam um estado determinado dos processos discursivos. (1997, p. 50)

²⁶ Embora o período no qual o corpus se encontra situado seja o compreendido entre as eleições realizadas nos anos de 1998 a 2006, foi ainda utilizado como objeto de análise o discurso de posse proferido em 01 de janeiro de 2007. Em razão disso, no início do trabalho é referido o ano de 2007.

Seja na função de líder, seja na de porta-voz, o sujeito-enunciador do DPL vai assumindo, ao longo de sua trajetória histórica, saberes da maioria dos membros que compõem o grupo social por ele representado. Por meio do discurso, vai tomando posição. Em outras palavras, suas posições-sujeito vão sendo formadas no discurso e pelo discurso. Em razão disso, passa a se constituir como um sujeito não somente enunciativo, mas também político.

6.3 As configurações discursivas do discurso político do Lula (DPL)

Em 1998, os debates mundiais estavam centrados na crise política que havia atingido os países emergentes, dentre os quais o Brasil. Em nosso país, de maneira especial, o que saltava aos olhos e era frequentemente utilizado como tema de discussão nos debates era a preocupação dos candidatos com o aumento do desemprego. Além disso, a aprovação da reeleição para cargos executivos também serviu de assunto para muitos debates.

Somado a esse cenário, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) sofria críticas pelos problemas que se avolumavam de Norte a Sul do país sem solução. Além do desemprego, havia seca no Nordeste, crise econômica, quedas nas bolsas de valores e fuga do capital do Brasil. Apesar de todas essas dificuldades, FHC conseguiu vencer a disputa.

Segundo alguns analistas, a derrota da oposição deu-se principalmente pela falta de mobilização e pelos diferentes discursos adotados pelos apoiadores da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, o que acabou por se refletir também no discurso do candidato. Nesse período, é possível perceber um candidato que assume o discurso do “país real”, em contraposição ao discurso de FHC, que pregava o discurso do “país que estava caminhando e precisava continuar caminhando”.

Ao longo da campanha política, em discursos realizados em comícios, no horário gratuito de Propaganda Eleitoral e nos debates, Lula procurou construir a imagem do “homem do coração”, tendo sido a sua estratégia eleitoral a de destacar o seu “lado humano”. A ênfase maior estava em questões pessoais, sentimentos, relações afetivas, em detrimento de questões de ordem política.

Toda a estratégia política da candidatura “Lula Presidente” é construída a partir do relato da sua trajetória, dos momentos vividos até aquele momento, dos seus sofrimentos, lutas, sua história de vida desde a migração do Nordeste até a candidatura à presidência, e é com base nesses elementos que Lula procura construir o seu discurso.

Um exemplo do que acabamos de citar é a manifestação do candidato com relação à seca no Nordeste. Sobre o tema, o DPL procura associar sua história de vida ao seu impulso pela política, afirmando, conforme fragmento retirado do programa eleitoral de 27/08/1998:

sdr 01: “**Eu** tive que deixar a minha terra por causa da seca. Deixei lá **meus** primos, **meus** amigos, **minha** casa, deixei tudo. **Eu** era menino e lembro da minha mãe com oito filhos pequenos [...] Naquele tempo, **eu pensava** que era tudo por causa da seca, só depois pude entender que a seca é um problema da natureza, mas a fome e a seca causados pela seca é falta de vergonha dos governantes. É a seca que dá poder aos coronéis, dos donos da água e da terra. Eles vivem da seca e por isso não querem acabar com ela [...]”.

Sobre o mesmo tema, é interessante ver a forma como Fernando Henrique Cardoso, durante a cerimônia de abertura do seminário “Água, O Desafio do Próximo Milênio”, realizada no Palácio do Planalto, no ano de 1996, se pronuncia afirmando:

Os que vivem em regiões que não são como as do Nordeste, onde mais diretamente sentem, pelo semi-árido, a importância da água, muitas vezes, pensam que a água é algo normal, natural, que não é preciso haver preocupação com ela. Não é assim. Tanto pelas inundações como pela seca, ela está sempre presente, como uma questão a ser, o quanto possível, regulada. Sobretudo a sua utilização em um mundo moderno, que é um mundo que requer energia, que tem uma capacidade de produção de dejetos imensa, que tem uma capacidade poluidora imensa. Tudo isso requer que se tenha também uma ação de governo, nesse sentido que mencionei aqui, que não é a ação do Estado burocrático, mas a ação de um governo que se entrosa com a sociedade através dessas agências, desses mecanismos, muito ativos.²⁷

Contrastando a fala de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva sobre o mesmo tema pode-se perceber que a imagem que Lula faz questão de reafirmar, por meio de sua enunciação, é a do candidato de oposição, crítico do sistema de acumulação de riqueza, do poder dos “coronéis” e identificado com a pobreza do nordestino nele

²⁷ Disponível em www.ana.gov.br/Institucional/docs/oq_discur.doc. Acesso em 10/05/2008.

personificada. A posição-sujeito que é por ele assumida relaciona-se à imagem do líder radical, contrário ao sistema vigente e disposto a mudá-lo de qualquer forma.

Destacam-se também alguns elementos das condições de produção que ficam claras. De um lado, é possível perceber no recorte discursivo realizado que ocorre a evidenciação do drama vivido por Lula, quando ainda era retirante do Nordeste. Foi em razão da seca e de tantos outros problemas que partiu em direção ao Sudeste do país em busca de uma vida melhor, motivando o candidato - que se inclui nesse grupo de pessoas - a lutar por condições melhores de vida para o povo brasileiro, em especial os menos favorecidos socialmente.

Por outro lado, o discurso de FHC demonstra a fala de um sujeito-enunciador que tem bastantes informações técnicas acerca do assunto, mas que, contudo, não vivenciou o drama da seca, o que o distancia do objeto do assunto do qual ele fala. Pode-se perceber nos fragmentos analisados, a clara diferença de universos discursivos entre os dois enunciadores.

A utilização do pronome pessoal “eu”, com suas variantes – “meus” e “minhas” – por Luiz Inácio Lula da Silva confirma a vinculação do sujeito-enunciador à ideologia por ele expressa, o distanciamento do regime vigente por ele criticado, representado enunciativamente por meio do pronome “eles”²⁸ e a colocação em evidência das suas origens familiares simples. Já no caso de Fernando Henrique Cardoso, o “eu” é utilizado para apropriar-se do discurso pronunciado, mas não serve como elemento demonstrativo de condição social, nem sequer assinalando a veiculação a realidade por ele expressa por meio de seu discurso.

Ao afirmar “eu pensava que era por causa da seca”, Lula demonstra estar engajado no pensamento daquela minoria (classe social) dos que não tinham acesso aos meios de produção e eram subjugados por patrões - senhores de terras - que agiam quase da mesma forma que os “senhores feudais” de antigamente. O uso do pretérito imperfeito funciona discursivamente de forma a legitimar a fala do enunciador, na medida em que produz um implícito que se contrapõe ao dito: “eu pensava que era por causa da seca [...] mas não era” e simultaneamente um efeito de conhecimento de fatos que o povo nordestino ignora.

Além disso, ao dizer que “eles vivem da seca e por isso não querem acabar com ela [...]”, deixa claro que não faz parte desse grupo e, em razão disso, possui legitimidade para tecer as críticas apresentadas em seu discurso.

²⁸ Trata-se da “não-pessoa” e faz parte do plano da enunciação designado pelo Benveniste (1989) como plano da “história” em oposição ao do “discurso”. No primeiro caso, não haveria envolvimento do locutor; no segundo, o locutor, assim como o interlocutor, encontrariam-se envolvidos na interlocução.

A oposição “eu” x “eles” serve para evidenciar as posições-sujeito antagônicas assumidas por trabalhadores e grandes proprietários de terras, bem como marca a diferenciação de FD às quais se vinculam os sujeitos-enunciadores que esses dois grupos sociais representam.

Paralelamente a essa posição-sujeito de enfrentamento, assumida em termos discursivos, herdada de uma FD de esquerda marxista vigente no PT nesse período, os coordenadores da campanha de Lula buscaram mudar um pouco a forma como ele era visto, a maneira como figurava na mídia.

Aqui deve ser destacada a diferença de FD's entre os enunciados de FHC e Lula, assumida desde este primeiro momento histórico analisado, bem como as posições-sujeito também diversas que ambos optam por assumir. Não raras vezes, ao longo do período histórico analisado, temos uma FD de Lula na qual estão produzidos ou reproduzidos os sentidos de uma ideologia socialista própria do discurso do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, a fala de FHC evidencia a sua veiculação à direita brasileira, que historicamente conhece os problemas enfrentados pelas populações carentes brasileiras, mas que sempre se manteve a margem desses fatos.)

O cenário das eleições de 2002 é marcado pelo lançamento da pré-candidatura de Roseana Sarney à presidência, o que gerou a expectativa de que ela viesse a ser a primeira mulher eleita Presidente da República.²⁹ Outro fato marcante foram as divisões internas nos partidos de oposição (por exemplo, no PSDB é dada visibilidade às diferenças existentes entre Tasso Jereissati e José Serra)³⁰. Desvinculado das intrigas de bastidores, o candidato Lula trabalhava sua imagem discursiva e televisiva, reforçando mais uma vez sua identificação com as classes populares. O primeiro destaque dado à sua candidatura foi quando ele falou de sua primeira esposa e filha recém-nascida, mortas em um hospital público por falta de recursos para tratamento.

Nessa campanha eleitoral, Lula opta por tratar, em suas manifestações públicas, da análise da conjuntura brasileira atual. Entre os temas por ele tratados estão a situação da economia, os problemas sociais, a violência (e em consequência a necessidade de trabalhar efetivamente para garantir aos cidadãos uma segurança pública de qualidade), as políticas

²⁹ Essa candidatura acabou por ser retirada antes mesmo de seu lançamento, por causa das pressões internas das correntes que compõe o PMDB, que optou, nesta campanha, por liberar os seus candidatos à Governadores e Deputados Estaduais e Federais eleitos para que apoiassem a candidatura que quisessem.

³⁰ Apesar das divergências internas, Serra acaba por ser lançado candidato do PSDB à Presidência, por ter sido considerado o candidato que possuía o perfil ideal para enfrentar uma disputa eleitoral com Lula.

futuras a serem implementadas, caso ele reste eleito (programas de saúde, educação, política econômica, geração de emprego e renda, entre outros).

Esse debate sobre a conjuntura brasileira foi o que marcou o estilo discursivo de Lula, uma vez que ele, ao falar, demonstrava segurança e domínio dos temas tratados. Sua enunciação refletia uma bagagem de conhecimentos que ele havia adquirido e o candidato buscava, através disso, demonstrar que estava preparado para enfrentar o grande desafio de governar o país, pois sabia quais eram os problemas reais que a população precisava que fossem combatidos pelo governo, bem como as necessidades básicas da população que deveriam ser supridas por um governo popular, representado por alguém do povo.

O discurso do sujeito-enunciador Lula é marcado por uma rica argumentação lógica e pelo apelo emocional, apresentado por meio dos conteúdos que veiculava. Além disso, durante a campanha, o candidato petista apresentava um equilíbrio entre emoção e razão, expresso por meio de suas falas nos debates, em especial, quando era provocado por outros candidatos. Some-se ao cenário já apresentado o fato de que dados estatísticos, informações ricas em detalhamento e propostas para superação da situação de crise, em especial da economia brasileira, eram apresentados com frequência.

Outra preocupação presente na campanha eleitoral, desse ano, foi a de desconstruir a imagem, até então vigente, na mídia, de que Lula, por não possuir grande escolaridade, ser originário do movimento sindical e por ser um representante da esquerda, não teria condições de governar o país, no caso de ser eleito.

Por outro lado, a partir das eleições de 2002, o sujeito-enunciador Lula assume uma posição-sujeito que busca assumir a identificação com o eleitor por meio de sua imagem pública, o que acaba se refletindo também no discurso. Duda Mendonça³¹, idealizador da campanha de Lula em 2002, explicita o pensamento que norteou todas as falas públicas de Lula neste período:

Não basta fazer o que o povo quer, que ganha eleição. É mentira! Eu acho que, o pulo do gato, primeiramente, é você saber não o que a pessoa quer, [mas] é descobrir o que é que a pessoa vai querer. É o primeiro passo na frente (2003, p. 50).

³¹ A empresa de publicidade e marketing de Duda Mendonça foi contratada para comandar a campanha política de Lula em razão de seu sucesso em outras campanhas eleitorais nas quais os candidatos para os quais prestou seus serviços restaram vitoriosos.

É dentro desse cenário que Mendonça cria o lema da campanha daquele ano, qual seja “a esperança vencendo o medo”, no qual buscava contrastar, de forma clara, o que Lula representava e o que mais um mandato da direita no Brasil poderia representar. Lula era apresentado como aquele que seria capaz de personificar essa esperança de mudança.

A imagem do candidato petista era trabalhada de forma a fazer com que ele personificasse a esperança de mudança, tendo em vista que as pesquisas e sondagens a respeito do pleito de 2002 revelavam ser esse um dos temas que era mais latente. O sujeito-enunciador Lula, ainda veiculado, de certa forma, a uma FD sindicalista e partidária de esquerda, assumia um discurso de garantias, de certezas, de promessas concretas de realizações, alicerçando assim os anseios dos populares que consolidavam a sua candidatura.

Lula assumiu uma postura, ao longo dos debates realizados em 2002, de apenas apresentar propostas e não aceitar provocações, queixas ou insinuações de seus adversários e não agredir verbalmente aos outros candidatos. Com isso, a mídia passou a veicular a imagem de um chamado “Lulinha Paz e Amor”.

A nova imagem discursiva de Lula foi criada por Duda Mendonça visando aos eleitores que ainda estavam indecisos e, segundo as pesquisas de intenção de voto, o fiel da balança na definição do resultado das eleições. Sobre isso, ele afirma:

Uma parte dos eleitores queria o Lula. Uma parte dos eleitores não queria o Lula. E uma parte dos eleitores não sabia. O que eu disse a ele: não tem jeito, nós temos que esquecer um pouco o cara que não quer, não dá pra convencer...é muito pouco tempo. E o cara que já está do nosso lado, mas não é suficiente para ganhar a eleição. Nossa guerra é convencer esse cara do meio. Esse cara que ta em dúvida (2003, p. 54).

Esse tema, relativo à dúvida dos eleitores, ocorre na fala de Lula no pleito de 2002, no último programa exibido no HGPE:

sdr 02: “Tá chegando a hora! Agora só faltam poucos dias para as eleições. Durante todos esses programas eleitorais, vocês viram: tenho falado exclusivamente dos meus projetos para o novo Brasil. Hoje quero pedir sua permissão para não falar de projeto. Quero apenas conversar com as mulheres e homens do Brasil, que estão **quase** votando em mim. Mas que ainda não decidiram. Vejam a essa altura existem praticamente três tipos de eleitores: os que

já votam em mim – e eu agradeço a confiança; os que estão votando em outros candidatos – e que merecem de mim o mesmo respeito; e aqueles que estão **quase** se decidindo a votar em mim. Vejam meus amigos e minhas amigas quase Lula. Sei que vocês também querem a mudança de nosso país e que vocês compreendem a necessidade do Brasil ter um governo que vai se preocupar com o desenvolvimento e com o futuro, mas que não vai esquecer os pequenos, os mais fracos e os famintos sempre tão esquecidos. Eu preciso do seu voto de confiança e, sinceramente, eu mereço essa oportunidade para a qual tanto me preparei. Veja minha amiga **quase** Lula: do mesmo modo que você deseja ser feliz e não quase feliz, o Brasil precisa ter uma mudança e não uma **quase** mudança. Porque temos que enfrentar uma crise e não uma **quase** crise. E você precisa de um emprego e não de um **quase** emprego. Não é verdade? Tenho hoje um grande apoio para governar o país: dos empresários, dos sindicatos, dos maiores economistas, de dois ex-Presidentes da República – Itamar Franco e José Sarney; e políticos de todos os partidos; e de importantes lideranças das formas armadas. Só falta [...] o seu voto. Pense nisso com carinho. Até porque, na eleição, não existe o botão do **quase**. E que Deus lhe ilumine”.

Nota-se nesse fragmento, o uso reiterado do termo “quase”. De forma genérica, podemos dizer que, enquanto operador argumentativo, ele é interpretado como um elemento lingüístico que aponta para a afirmação da totalidade, combinando com “a maioria”, ao contrário de “apenas” que orienta para a negação da totalidade, permitindo seu encadeamento com “poucos”. Enunciativamente, ele pode adquirir diferentes nuances semânticas. Num primeiro momento, teríamos um “quase” que expressa dúvida e possibilidade de escolha do candidato Lula: “[...] que estão **quase** votando em mim”, “[...] e aqueles que estão **quase** se decidindo a votar em mim” e “[...] minha amiga **quase** Lula”; posteriormente, o “quase” exprime uma crítica frente ao governo anterior: “[...] e não uma **quase** mudança”, “[...] e não uma **quase**” crise” e “[...] e não de um **quase** emprego”. Por último, marca a obrigatoriedade de uma tomada de atitude por parte do eleitor: “Até porque, na eleição, não existe o botão do **quase**.” Dessa forma, uma única expressão, manifestaria em seu discurso uma pluralidade de usos, ou melhor, de atitudes do enunciador. Discursivamente, no entanto, o uso reiterado do termo e seus diferentes empregos, deve ser interpretado como a reafirmação de uma posição-sujeito de enfrentamento ao governo anterior, buscando despertar a confiança dos eleitores.

O Lula radical que até então era conhecido nas campanhas eleitorais, por meio desse “discurso da esperança”³², firma definitivamente uma nova imagem e uma nova identidade discursiva e possibilita o surgimento do Lula Presidente, cujo discurso não é mais de confronto, mas de busca de diálogo com a “elite”³³ brasileira. Lula demonstra ter capacidade para governar o Brasil não apenas atendendo aos anseios de uma classe social, mas sim como o representante de toda a população brasileira. Isso se evidencia por meio dos que passam a pensar e afirmar as lideranças de entidades de classe antes contrárias à sua eleição. O empresário Benjamin Steinbruch, executivo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Vale do Rio Doce, duas das maiores indústrias brasileiras, assim se posiciona com relação à eleição de Lula no jornal Folha de São Paulo, representando o pensamento de uma parte do empresariado brasileiro:

Depois de eleito, Lula cativou e tranqüilizou o país. Mostrou carisma, maturidade, moderação, paciência, tolerância e humildade. Para sorte dos brasileiros, é esse o Lula, e não o radical do passado, que receberá amanhã a faixa presidencial.³⁴

Dessa forma, estava consolidada, a nova imagem de Lula. O líder do seguimento empresarial, que antes era contrário à eleição de um candidato como Lula para Presidência da República, diante do que aconteceu - a eleição por maioria de votos de um representante do povo para o cargo máximo do país - reconhece a possibilidade de Lula governar bem o país devido a sua nova postura política. Contudo, não se pode desconsiderar o fato de que, apesar da mudança, permaneciam subjacentes em seus enunciados saberes da FI petista que se manifestavam anteriormente por meio de um discurso radical, no qual os temas preponderantes eram o enfrentamento social, a luta de classes, as rupturas societárias e a realização e mudanças bruscas.

A alteração da identidade discursiva de Lula foi sendo realizada por meio de procedimentos combinados e simultâneos: em primeiro lugar, o sujeito-enunciador assimila em seu discurso, elementos de uma FD conciliatória, evitando o enfrentamento e buscando aglutinar forças; depois, essa nova Formação Discursiva é consolidada por meio de suas manifestações públicas, dentre as quais a mais marcante e que definitivamente fixa sua nova imagem são os debates eleitorais televisivos.

³² O termo “discurso da esperança” foi cunhado por Duda Mendonça, publicitário e assessor de marketing da campanha presidencial de Lula em 2002. Aqui o termo aparece entre aspas por referenciar a utilização pelo citado autor, evidenciando apenas a citação da expressão.

³³ Idem a observação anterior.

³⁴ STEINBRUCH, Benjamin. Mãos à obra, presidente. In: Folha de São Paulo, 31 de dezembro de 2002, p. B2

Atente-se para as sdr's seguintes, retiradas dos discursos de posse de Fernando Henrique Cardoso (1997) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003) respectivamente:

“**Vou** governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: **eu estarei** ao lado da maioria. Com serenidade, como é do **meu** feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil, e têm pressa para vê-lo cada vez melhor”.³⁵

sdr 03: “Foi para isso que o povo brasileiro **me** elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a **mim** e ao meu bravo companheiro José Alencar. E **eu estou** aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de **nós**, para reafirmar os **meus** compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do **meu** País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual **a gente** sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.”³⁶

Tanto o discurso de Fernando Henrique Cardoso quanto o de Lula foram proferidos em uma situação de enunciação na qual era necessário reafirmar os compromissos assumidos no plano de governo que agora passariam a ser a “mola mestra” de sua permanência à frente da Presidência da República. Em ambos, existe a reafirmação do desejo de mudança. O que muda são as condições de produção de cada um dos discursos.

O marco evidenciador principal das condições de produção subjacentes ao discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso é o fato de que o sujeito-enunciador fala a partir do

³⁵ Fragmento retirado do discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República, pronunciado durante a cerimônia de posse de seu segundo mandato à frente da Presidência do país, realizada no plenário do Congresso Nacional em 01/01/1997.

³⁶ Trecho do discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da república, pronunciado durante a Sessão solene de posse realizada no Congresso Nacional em 01/01/2003.

lugar enunciativo de quem já era Presidente da República e que fora reeleito para o mesmo cargo por maioria dos votos dos brasileiros. Sendo necessário, portanto, dar razão à votação recebida, reafirmando a sua posição de luta por um país onde fossem minoradas as diferenças sociais e que continuasse a se desenvolver, atendendo aos anseios da população que havia recuperado sua confiança no país e reafirmando um projeto de governo já em execução no Brasil.

O compromisso com a continuidade das mudanças é afirmado por meio da presença de pronomes pessoais e verbos enunciados na primeira pessoa do singular, marca discursiva deste discurso de FHC. Temos primeiramente um “eu” que evidencia o compromisso de FHC e sua convicção com relação ao que está falando, pois por meio do pronome, apropria-se da sua fala e lhe confere um caráter de factualidade, ou seja, declara ser possível realizar o que está se propondo naquele momento. O uso de verbos na forma modo temporal “futuro do presente - modo indicativo”, dá mais força ao discurso da continuidade proferido por FHC.

No caso da eleição de Lula, as condições de produção evidenciam toda a questão histórica de um trabalhador, representante do povo, identificado com suas lutas e necessidades que passa, a partir daquele momento, a ocupar o cargo executivo principal do seu país, sonho que acalentava há décadas.

Já no discurso de Lula, temos a utilização de diversos pronomes (possessivos e demonstrativos) cuja função, nos enunciados, era a de, em um primeiro momento, reafirmar a presença do sujeito-enunciador em seu discurso (por meio do uso do me, mim, meus); em um segundo momento, evidenciar que o projeto de governo a ser construído era o resultado de esforços conjuntos do candidato, de seu partido e de todos os que o apoiaram em sua jornada até aquele momento (o que fica indicado por meio da utilização do pronome pessoal “nós”) e por último, aparece no discurso a presença de um “a gente”, forma do plural que serve para demonstrar a sua ligação com a população que o elegeu e evocar a necessidade de fortalecimento do seu governo por meio do envolvimento de todas as classes sociais e segmentos da sociedade.

Dentro desse panorama, é possível dizer que a posição enunciativa de “Presidente da República” da qual, em algum momento da história, FHC e Lula falam faz com que os dois candidatos, embora pertencentes a partidos políticos de campos ideológicos distintos, acabem por reproduzir um discurso de afirmação do Brasil como uma grande nação e de compromisso com o “governar para todos”. Contudo, deve ser destacado que o que distancia os sujeitos-enunciadores e demonstra a sua oposição discursiva - presente no momento no qual cada um dos discursos foi produzido.

Contudo, apesar de estarem no mesmo lugar enunciativo, sob o ponto de vista discursivo Lula e Fernando Henrique enunciam a partir de FD que são, do ponto de vista da FI a elas subjacente, completamente diferentes. Entretanto, aproximam-se estas FI's em alguns momentos, por possuírem elementos comuns. Apesar disto, deve-se destacar que enquanto FHC, na condição de sujeito-enunciador, representa o projeto neoliberal e traz à tona elementos que podem ser reconhecidos na análise do cenário discursivo no qual se insere. Luiz Inácio Lula da Silva enuncia a partir do lugar discursivo de um sujeito-enunciador que procura mostrar a ineficiência e ineficácia do modelo defendido por seu opositor e, neste ponto, principalmente, reside a maior diferença entre os enunciados dele advindos.

Com relação ao pleito realizado em 2006, o que marcava o seu cenário eram as realizações do primeiro mandato de Lula como presidente. Os índices econômicos eram positivos, setores primordiais do país, tais como: a agricultura, a indústria e as importações, apresentavam crescimento. Apesar disso, uma onda de corrupção se alastrava de norte a sul do Brasil, envolvendo lideranças da oposição e da situação, incluindo entre essas, assessores e amigos íntimos do Presidente. Como não poderia deixar de ser, esse foi o principal tema explorado pela oposição.

Já no caso de Lula, o que marcava o seu discurso era a reafirmação das realizações do seu primeiro mandato, a redução das desigualdades, o investimento em programas sociais, as mudanças estruturais que foram realizadas no Brasil em quatro anos e a projeção de novas realizações. O ponto central que era enfatizado era que o país havia mudado, em quatro anos, no governo popular de Lula, mais do que em quarenta anos nas mãos da direita e dos militares que governaram os destinos da nação.

Esse discurso da afirmação das realizações e projeção de novos investimentos e crescimento do país em um segundo mandato do presidente é enunciado no debate eleitoral do segundo turno das eleições de 2006, realizado no SBT, no qual Lula afirma:

sdr 04: “Deixa **eu** lhe contar uma coisa. E se o Serra estiver aqui vocês pode perguntar para ele no intervalo. Não há na história republicana nenhum momento da história econômica brasileira que **a gente** tivesse criado as condições que **nós** criamos agora para que o Brasil possa definitivamente ter um crescimento sustentável num ciclo de longo prazo, gerando o desenvolvimento, gerando o emprego e gerando a renda que nós precisamos gerar. [...] o

Brasil finalmente se preparou para crescer e se preparou para se desenvolver, sem mágica, sem pirotecnia, mas com muita seriedade e com muito trabalho, inclusive com muita credibilidade externa, que é o que **nos** garante afirmar ao povo brasileiro: não perca por esperar porque o Brasil vai crescer muito nos próximos quinze anos.”

Percebemos, nessa sdr, o uso de diferentes formas pronominais “eu/nós/a gente”. Essas diferentes formas encontram-se ligadas às formações imaginárias que constituem o sujeito-enunciador Lula. Em “Deixa **eu** lhe contar uma coisa [...]”, está procurando aproximar-se do interlocutor, tanto que a linguagem é coloquial. É ele, enquanto Presidente da República mas também e, principalmente, enquanto interlocutor, que fala de seu trabalho. Por outro lado, quando em outras passagens da seqüência discursiva selecionada utiliza o nós / a gente, procura evidenciar o projeto de governo que é fruto do trabalho de um coletivo. Faz então referência a equipe de governo por ele liderada, assumindo assim a função enunciativa de porta-voz do grupo político que representa e que está conduzindo o Brasil rumo ao desenvolvimento econômico e social.

Ao analisar-se a sdr recolhida de um discurso do sujeito-enunciador FHC na eleição de 1998, na qual foi reeleito, abaixo transcrita, é possível verificar uma semelhança discursiva muito grande com a FD agora assumida pelo candidato Lula. Para perceber com clareza o que está sendo agora afirmado, comparamos a fala de Fernando Henrique do ano de 1998, e a de Lula em seu discurso de posse proferido em 2003, de onde advém a sdr 05:

“Meus amigos e minhas amigas, para muita gente é fácil acreditar que o Brasil mudou nestes quatro anos. Para quem conseguiu a sua terra, conseguiu construir a sua casa, para quem botou o filho na escola, para quem conseguiu comprar o que antes não podia. Para todos estes, é mais fácil falar que o Brasil mudou. Mas eu sei que existe também um outro lado. Para você que está desempregado, para você que ainda sofre com a seca, para você que luta com dificuldades para ser mãe e trabalhar fora ao mesmo tempo, para você que sofre nas filas dos hospitais ou não consegue crédito para plantar, para tocar a sua empresa. Eu sei que é difícil acreditar que o Brasil mudou. Eu sei que é mais difícil acreditar que seu presidente pensa em você ou se percebe que o Brasil mudou, melhorou, acha que melhorou para os outros, mas não para você. Mas é justamente para trabalhar para você, para incluir você neste Brasil novo que eu quero mais quatro anos. Porque sou presidente de todos os brasileiros e

meu trabalho só estará completo quando a imensa maioria dos brasileiros sentir no emprego, na casa, nos filhos, na mesa, que o Brasil mudou.”

sdr 05: “O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança. Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos. Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praijeiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.” (Lula, 2003)³⁷

Mais uma vez, se considerarmos o nível intradiscursivo de forma superficial, os discursos parecem até mesmo estar ideologicamente próximos, contudo, a diferença, mais uma vez, está situada no cenário discursivo. Tendo em vista que FHC conhecia os problemas do país por estar administrando o Brasil, enquanto Lula os conhecia por ter caminhado pelo Brasil ouvindo a população e colhendo suas contribuições para montagem do plano de governo que agora passaria a implementar.

³⁷ Retirado do discurso de posse proferido por Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional, em 01/01/2003.

Esta tarefa foi empreendida pelo então candidato Lula com o auxílio dos partidos que compunham a sua chapa majoritária para as eleições ou que se somaram à sua base aliada após delineado o resultado final do pleito.

Contrastando-se os dois discursos, é possível perceber que o elemento convergente, presente em ambos – proferidos quando da reeleição como Presidente dos candidatos – é a consciência da necessidade de continuar trilhando um caminho de desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais, o que mais uma vez faz com que seja possível perceber que o conteúdo programático apresentado por FHC e Lula parece apontar para a mesma direção de mudança.

Destaque-se, nesse contexto, que ambos trazem em si características da forma de governar adotada pelos governos populares e socialistas, colocando-se em oposição ao modelo neoliberal (modelo do Estado mínimo). No nível interdiscursivo, entretanto, os dois discursos, embora se assemelhem, são enunciados a partir de lugares ideológicos diferentes, o que lhes confere particularidades.

Sabe-se muito bem que o Estado mínimo desenraiza-se da responsabilidade de assegurar amparo e assistência às populações menos abastadas, bem como se isenta de manter vivos direitos dos cidadãos. Nesse sentido, tomamos emprestadas as palavras de Frigotto ³⁸:

A primeira idéia fundamental a fixar em decorrência dessa perspectiva é a de que o 'mercado', mesmo onde existe uma materialidade de instituições que lhe dão densidade concreta, é incapaz de democraticamente atender direitos como os da educação, saúde, habitação e emprego. Direitos não são mercantilizáveis [...] O desmonte do Estado nestas áreas significa desmonte de direitos (2003, p. 186).

O Estado torna-se cada vez mais incapaz de suprir as demandas sociais crescentes e, em razão disso, não é capaz de prover os cidadãos, principalmente as populações marginalizadas, com as mínimas condições de amparo. O Estado acaba assumindo uma nova posição e destacando o seu papel primordial de cuidar da segurança e fazer com que o Direito e a Justiça se cumpram.

No nosso mundo contemporâneo em que vigoram as leis do mercado, os sentidos derivados do discurso neoliberal materializam um lugar de enunciação para o sujeito, fazendo com que ele aí se inscreva ideologicamente ou que incorpore no seu discurso alguns de seus

³⁸ FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez, 2003.

saberes. Não podemos esquecer que o sujeito é historicamente determinado, sendo o seu discurso marcado por traços sociais, ideológicos e históricos da FD a qual se filia. Entretanto, a FD é heterogênea e seus limites são instáveis, incorporando elementos provenientes de outras FDs que, em seu âmbito, são reconfigurados. Assim sendo, se ora os sentidos do discurso de Lula parecem repetir saberes provenientes da FD neoliberal, eles não têm o mesmo estatuto semântico do discurso de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que estão sendo ditos dentro de uma outra configuração discursiva. Na realidade, o que se observa, ao longo das campanhas eleitorais, é uma posição-sujeito ligada a uma FD ligada ao movimento sindical. Tome-se, por exemplo, as seguintes sdrs:

sdr 06: “[...] **eu** tenho certeza de que nunca na história desse país avançamos tanto em aspectos e questões sociais quanto nesse governo [...] **eu** estou lutando para construir um país mais justo e com mais distribuição de renda, que é isso que a gente precisa [...] **eu** sei que muito ainda tem que ser feito, mas tenho certeza de que é possível fazer. Se **eu** não tivesse essa certeza, não seria o presidente desse país”.

sdr 07: “E quando **nós** entramos o Brasil estava totalmente descontrolado, até mesmo sem crédito para as nossas exportações, o risco Brasil a 2.400. E o que **nós** fizemos? Com o pé no chão vamos fazer as coisas que temos que fazer, construir um alicerce forte, depois vamos construir uma parede sólida e o Brasil está preparado para crescer e crescer muito”.

O sujeito-enunciador, nas sdrs acima transcritas, reafirma as realizações de seu governo, voltado para as necessidades dos trabalhadores. Desta forma, enuncia da interioridade da FD na qual estava inscrito, sendo essa sua enunciação legitimada pelo grupo social que representa. O uso da primeira pessoa do singular, no caso da sdr 6, configura sua total responsabilidade e adesão ao que está sendo dito. Já no uso da primeira pessoa do plural o sujeito-enunciador fala de uma posição que inclui todos os envolvidos no governo.

Essa necessidade dos trabalhadores, discursivizada por Lula, encontra seus fundamentos na FD própria do Partido dos Trabalhadores, conforme pode ser percebido na seguinte seqüência discursiva retirada de um dos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, exibido em 27/08/2002:

sdr 08: “[...] Os jovens são os mais atingidos pelo flagelo do desemprego. **Vamos implementar** três programas. O programa Primeiro Emprego vai conceder bolsas e estimular empresas e ONG’s a criarem vagas adicionais para jovens sem experiência profissional. Durante os primeiros seis meses, os recursos serão públicos [...]”.

O fato de esse fragmento representar a FD petista pode ser confirmado, na medida em que o Partido, no lançamento da candidatura de Lula para a Presidência em 2002, elegeu como uma das prioridades do governo petista, a geração de emprego e renda e a garantia de acesso de jovens ao mercado de trabalho, por meio da criação de programas específicos para essa finalidade.

Nesse ano, a exploração da imagem do Lula conciliador, grande negociador e articulador, em substituição à experiência administrativa foi o alicerce do DPL nesse período. Além disso, o sujeito-enunciador Lula se esforçava para demonstrar também a maturidade do Partido dos Trabalhadores, após as sucessivas eleições que perdeu, conforme comprova a seqüência discursiva abaixo:

sdr 09: “Toda eleição **nós crescemos** um pouquinho. É degrau por degrau, não tem nada de pular dezesseis degraus de uma vez, é um a um. E hoje **falo** sem medo de errar: o PT é o mais importante partido de esquerda no mundo. **Temos** o que existe de mais importante no movimento camponês ligado ao PT, o mais importante do movimento sindical, **temos** grande base intelectual. **Eu diria** que temos grande parte das pessoas de bem deste país no PT. E olha que não precisava escrever bem do PT, mas, se as pessoas não contassem tanta mentira do PT na imprensa, **a gente cresceria** ainda mais.”

Nessa sdr, chamam a atenção dois fatos: o primeiro, já analisado em seqüências anteriores, diz respeito ao uso alternado de diferentes elementos pronominais – no caso, “nós”, “eu” e “a gente” –; o segundo refere-se à mudança de tempo verbal – grande parte do enunciado apresenta-se no presente do indicativo, mas no final ocorre o futuro do pretérito.

Com relação à alternância das pessoas – ora enuncia-se “nós”, ora “eu” – demonstra que o sujeito fala de dois lugares: 1º) como integrante do grupo partidário do PT, quando emprega o “nós” e “a gente”; 2º) como fundador do partido, quando emprega o “eu”. Já a

mudança dos tempos verbais – do presente do indicativo, tempo do discurso, segundo Benveniste (1989), para o futuro do pretérito, tempo da história – assinala não só um distanciamento enunciativo, um não comprometimento radical com o que está sendo linearizado discursivamente, mas também uma posição-sujeito que se encontra dividida entre dois fatos: entre o desejo ou vontade de afirmar e a impossibilidade de assumir essa afirmação. Há um pressuposto subjacente ao uso do futuro do pretérito, demonstrado por Ernst-Pereira (2006), que tem o valor de um elemento de contrajunção: “Eu diria” [...] [mas não digo]; “[...] a gente cresceria [...] [mas não cresce]”.

Observem-se, agora, os recortes discursivos extraídos de debates televisivos em 2006:

sdr 10: “**Nós**, nestes primeiros quatro anos de governo, já fizemos praticamente o que até agora nenhum governo, em 500 anos de história desse país havia feito; chegaremos a 5 milhões de pessoas atendidas e temos o compromisso de atender 12 milhões de pessoas até 2008”.

sdr 11: “[...] **Nós resolvemos** fazer um programa que alguns governadores cumprem [...]”

sdr 12: “Ainda ontem, **o Ministro da Saúde e eu** assinamos um decreto para garantir às pessoas da terceira idade o direito de internação domiciliar [...]”.

Nesses fragmentos, é possível perceber que o sujeito-enunciador novamente expõe sua heterogeneidade, pois ora se apresenta como candidato que representa um partido, sua ideologia e os segmentos da sociedade aos quais está vinculado; ora representa um projeto de governo que pretende colocar em prática no caso de ser eleito e ora se apresenta como o representante do governo, do qual é o chefe máximo.

É importante reprimir que o sujeito-enunciador Lula utiliza o pronome pessoal “nós”, posicionando-se de diferentes lugares enunciativos: do lugar de Presidente da República; do lugar de representante da coletividade; do lugar de integrante e fundador do Partido dos Trabalhadores. Mas, em alguns casos, existe indeterminação. A utilização do pronome “nós” para expressar o lugar de liderança por ele assumido como Presidente

da República ou a indeterminação pode ser percebida a partir do seguinte recorte, feito a partir das manifestações de Lula no debate eleitoral realizado pelo SBT em 2006:

sdr 13: “E **nós fizemos** aquilo que um governo tem que fazer na hora certa, com a precisão que precisava ser feita. O plano safra que **nós disponibilizamos** este ano para a agricultura foi de 60 bilhões: 50 para o agronegócio e 10 bilhões para a agricultura familiar. É o maior orçamento para a agricultura dos últimos 30 anos”.

Ao analisarmos o aspecto sincrônico e diacrônico do discurso pronunciado ao longo do período selecionado para a constituição do *corpus* discursivo deste trabalho pelo sujeito-enunciador Lula, a exemplo do que foi feito no estudo de Cazarin (2005), será possível identificar que a utilização do pronome pessoal “nós” se repete em diversos momentos, porém com uma função representativa diferente em cada um.

Neste ponto do presente estudo, é necessário recuperar esta informação para que, a partir deste elemento, seja possível compreender a funcionalidade discursiva do referido pronome em cada um dos contextos e das condições de produção que já foram aqui apresentados e dos que ainda serão explorados deste ponto em diante nas análises propostas.

Aparece naquilo que é dito pelo sujeito-enunciador Lula no debate do SBT, a sua posição de chefe de governo. Já na entrevista à Revista Caros Amigos, transcrita na sdr abaixo, o “nós” adquire uma indeterminação. Nesse caso, o uso do pronome “nós”, tendo a função de impessoalizar o sujeito-enunciador do discurso, permite um duplo movimento: o de negação de seu envolvimento com o enunciado e o de poder colocar-se, de certa forma, alheio à cena discursiva:

Sdr 14: “E, obviamente, isso tudo a gente vai ter que discutir em uma mesa. **Vamos** ter que discutir quem é que facilita a unidade, quem pode galvanizar todas essas forças.”

As seqüências acima apresentadas diferentemente dos discursos de posse, mais formais e estudados, também objeto de reflexão do presente trabalho, foram escolhidas

como *corpus* de análise por apresentarem o caráter espontâneo da fala, o que, sob nosso ponto de vista, possibilita um contraste positivo entre os dois gêneros discursivos em pauta – entrevistas e discursos de posse – e o reconhecimento de seqüências discursivas mais representativas de mudanças discursivas nos diferentes dizeres do sujeito-enunciador.

Outro aspecto importante que merece algumas considerações diz respeito aos reflexos discursivos do DPL, bem como da FD e FI petista na construção de um campo discursivo comum às esquerdas no Brasil.

Nos últimos anos, o PT se filiou a uma FD que evita a fixação de posições marcadamente ideológicas de esquerda e que deixa de lado o enfrentamento e busca conciliar interesses para, com isso, alcançar seus objetivos eleitorais.

Ainda neste período, conforme já trabalhado em estudos anteriores, em especial em Cazarin (2005), percebemos que o pronome pessoal “nós” é utilizado por Lula, enquanto sujeito-enunciador, para dar voz a diversos grupos sociais por ele representado, evidenciando diferentes funcionamentos discursivos e em cenários enunciativos diversos.

O primeiro “nós”, presente na sdr 14, que foi retirada das manifestações que antecediam as eleições de 1989, é um pronome que mescla, em si, uma globalidade distinta de outras pessoas, no presente caso, dos membros do Partido dos Trabalhadores representados em seu discurso e das classes trabalhadoras nele representadas. Neste período, o sujeito-enunciador assume o papel como que de um “porta-voz” do partido e de seu ideário.

Cazarin (2005) nos dá a seguinte contribuição:

[...] essa forma pronominal equivale a “eu” mais “outra(s) pessoa(s) e é, em uma única sílaba, auto e hetero designativo; “nós” é a primeira encarnação do “mais de um”. [...] a forma pronominal “nós” é o termo fundador do político - um coletivo idêntico quanto ao seu nome, variável quanto a seu conteúdo e suas funções; elemento de um sistema, ao mesmo tempo, ideológico e lingüístico, aquele da designação sociopolítica (p. 272).

Num segundo momento, conforme o que demonstra a sdr 15, temos a utilização de um nós que representa não mais a voz do sujeito-enunciador Lula, mas o ideário do

PT por meio dele veiculado. Neste caso não há mais a existência de um discurso pessoal, com marcas discursivas próprias dos saberes do enunciador, mas sim a apresentação, por meio dos enunciados, da FD e FI petistas de forma a fixá-las para o interlocutor.

Sdr15: “Toda eleição **nós** crescemos um pouquinho. É degrau por degrau, não tem nada de pular dezesseis degraus de uma vez, é um a um. E hoje falo sem medo de errar: o PT é o mais importante partido de esquerda no mundo. Temos o que existe de mais importante no movimento camponês ligado ao PT, o mais importante do movimento sindical, temos grande base intelectual. Eu diria que temos grande parte das pessoas de bem deste país no PT. E olha que não precisava escrever bem do PT, mas, se as pessoas não contassem tanta mentira do PT na imprensa, a gente cresceria ainda mais.”

Existe, ainda, na trajetória discursiva de Lula, um terceiro momento, em que o “nós” é utilizado discursivamente para primeiro referenciar “outras pessoas” que compõe o seu governo e, ainda, um outro “nós” que refere-se a uma forma pronominal na qual não é possível identificar os outros que se fazem presentes quando da utilização do referido pronome. Isso pode ser percebido ao analisarmos a sdr abaixo, retirada do debate realizado no SBT:

Sdr 16: “O candidato Alckmin, de vez em quando, comete injustiças graves. Eu tive, como Ministro da Agricultura, um amigo meu e amigo dele que talvez seja uma das pessoas mais competentes no entendimento da agricultura deste país e é agricultor. E ele sabe, definitivamente, ele sabe que nós fizemos o que era possível e impossível para enfrentar o problema da agricultura neste país. Sabe inclusive o financiamento que nós fizemos, sabe a liberação de recursos, sabe a redução de juros... E tudo que foi pedido pelo Ministro Roberto Rodrigues, em comum acordo com as entidades, nós fizemos. Acontece que nem sempre o Tesouro tem todo o dinheiro disponível para resolver os problemas na hora certa. É por isso que nós criamos o seguro agrícola, para nos livrarmos de qualquer problema daqui para a frente com crise.”

Entre os principais partidos políticos que defendem as posições-sujeito que se vinculam a FD's caracterizadas e consolidadas como de esquerda estão o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), o PCO (Partido da Causa Operária) e mais recentemente o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Em comum, além de saberes ligados ao campo discursivo da esquerda, eles também compartilham da crítica direcionada ao PT, referente ao que crêem ser a desvinculação dos seus ideais e do discurso fundante do partido, explorar discurso de Heloisa Helena na tribuna do senado quando de sua saída do PT

O primeiro partido a se destacar no Brasil como partido de esquerda após o PT, também construído a partir do movimento sindical e da luta pelos direitos dos trabalhadores foi o Partido da Causa Operária, que tem como sua principal liderança Rui Costa Pimenta. O partido busca ser um espaço de representação do operário, que busca realizar na política e na vida dos brasileiros uma revolução visando à organização da classe operária independentemente da burguesia.

Sua FD é marxista e revolucionária, conforme demonstra o fragmento abaixo, retirado de um discurso proferido por Rui Costa Pimenta, na Convenção Nacional do Partido, realizada em 2006, na qual ele foi lançado oficialmente pelo partido como candidato à Presidência da República:

O PCO defende, nas eleições, a luta por um governo operário e camponês ou, dito de outra forma, um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Para o PCO, este não é governo de uma só pessoa ou de um partido isolado das massas e apoiado pelas instituições atuais do Estado, mas o governo coletivo da classe operária e das massas exploradas e oprimidas pelo capitalismo e pelo imperialismo. O PCO defende a luta revolucionária da classe operária e afirma que “quem bate cartão não vota em patrão”. Os capitalistas, a burguesia, têm seus próprios partidos e dominam o Estado. Isso quer dizer que são uma classe politicamente organizada. Por isso, companheiros, “trabalhador vota em trabalhador”. Os trabalhadores precisam também de um partido para se constituir efetivamente em uma classe organizada politicamente e consciente do seu objetivo. Um verdadeiro partido operário somente pode ter um programa socialista e revolucionário e estar dominado não por políticos pequeno-burgueses e burgueses profissionais, mas pelos próprios trabalhadores.

O PCO, nas eleições para presidência da República que disputou, nunca formou coligações ou alianças políticas. Na visão sociológica e política, isso serve para garantir a autonomia das propostas do plano de governo formulado pelo partido. Em termos discursivos, esse fato garante a fidelidade a FD assumida pelo partido e que é mostrada ao longo do HGPE.

Além do PCO, um outro partido que vem sendo destacado nas últimas eleições, em especial nas presidenciais é o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), cujo ideário é considerado de extrema esquerda que possui um discurso solidificado sobre as mesmas bases do partido anteriormente citado, porém com algumas diferenças significativas.

A principal liderança do PSTU é José Maria de Almeida (Zé Maria), que começou sua militância no movimento operário do ABC paulista, na década de 70, tendo sido preso na época da ditadura militar por distribuir folhetos ditos subversivos naquele período. As primeiras passeatas contra a ditadura foram organizadas no país para que ele e outras lideranças fossem libertadas pelo regime ditatorial brasileiro. Após sua libertação, passa a militar ativamente no movimento sindical e faz parte do grupo que funda o Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, estado no qual passou a residir desde sua anistia.

Ao longo dos anos, a tendência da qual passou a fazer parte dentro do PT, denominada Convergência Socialista, acaba por ser expulsa do partido, por uma série de divergências internas, principalmente no que tange à discordância com o distanciamento dos objetivos petistas da época de sua fundação. Em 1994, é fundado o PSTU, sendo atualmente o seu presidente.

O partido constrói o seu discurso com base na FD marxista-socialista e expressa, nas posições-sujeito assumidas, o radicalismo que se propõe a difundir como forma de libertação dos trabalhadores. Somado a isso, defende em termos discursivos, o enfrentamento de classes, a necessidade de ruptura a ALCA e o FMI e o não pagamento da dívida externa. Dos HGPE do PSTU, nos quais Zé Maria apresentava o seu programa e plataforma de governo (como ele mesmo chamava o seu projeto para governar o Brasil) retira-se o seguinte recorte discursivo:

Os escândalos em torno da privatização da Vale do Rio Doce e da Telebrás ajudam a demonstrar as sujas negociatas que estiveram por trás desses negócios multimilionários e fraudulentos. O Estado investiu dinheiro público, isto é, nosso dinheiro, na rede elétrica, de telefones e telecomunicações em geral, e na construção de empresas petroquímicas e siderúrgicas. Agora o governo repassa todo esse patrimônio riquíssimo, praticamente de graça, para empresários privados. Essa medidas causaram enormes prejuízos aos trabalhadores, como as demissões e a super exploração, e aos consumidores, aumentando tarifas e rebaixando a qualidade dos serviços. O PSTU defende o fim do privilégio dos dirigentes das estatais e o controle dos trabalhadores sobre as empresas reestatizadas.

Existe ainda, na história recente do país, mais uma força política que se consolidou no país foi o PSOL, fundado em 2003 a partir da expulsão de alguns militantes do PT que não concordavam com os rumos da administração petista no país. Dentre as principais lideranças que estiveram à frente da fundação do partido estão Plínio de Arruda Sampaio (que foi um dos fundadores, em 1981, do Partido dos Trabalhadores), a Deputada Federal Luciana Genro (filha do petista Tarso Genro) e a Senadora Heloisa Helena, conhecida como uma das mais atuantes senadoras brasileiras de seu tempo.

O discurso fundador do PSOL foi originado da FD inicial petista, pregava, entre outras coisas, o não pagamento da dívida externa, a construção de uma sociedade sem estratificação em classes e um governo que seja voltado efetivamente para os interesses das minorias. Esse parece ser o mesmo tipo de posição-sujeito assumido pelo PT.

No entanto, observe-se o seguinte fragmento retirado de um discurso de Heloísa Helena no plenário do Senado Federal, pouco antes do seu lançamento como candidata pesolista à presidência da República:

Tenho dito várias vezes, Senador Valdir Raupp, que a ambivalência não serve à construção do caráter pessoal e serve muito menos para a administração pública. Infelizmente o Governo Lula repete o que de pior havia no Governo Fernando Henrique, que era a tentativa – ingloria na minha opinião – de servir a dois senhores ao mesmo tempo. Ou seja, fazer o discurso de compromisso com a saúde, com a educação, com a infra-estrutura, com a segurança pública e, ao mesmo tempo, tratar o orçamento público como uma comida maldita para encher a pança dos banqueiros internacionais, esvaziando o prato, o emprego e a dignidade do povo brasileiro.

No dizer de Heloísa Helena, constata-se uma retomada de FD radical de esquerda que por algum tempo dominou a cena discursiva estabelecida no seio dos partidos de esquerda brasileiros, em especial do PT. Prova disto é o fato de que, no mesmo pronunciamento, mantém em termos discursivos o tom crítico ao afirmar um pouco mais adiante:

E o que é mais grave: o Governo Lula age exatamente como o Governo Fernando Henrique Cardoso agia ao continuar viabilizando o enchimento da pança dos banqueiros internacionais. Não há fórmula mágica, não há David Copperfield que resolva essa questão. Para dar conta da ortodoxia monetária, como o aumento da dívida brasileira, só há duas alternativas: alavancar a carga tributária ou reduzir os gastos sociais.

Ainda indicando a mudança de rumo político e, conseqüentemente, discursivo ocorrido no discurso do PT e de Lula, logo após a realização da Convenção Nacional de fundação do Partido Socialismo e Liberdade encontramos o seguinte fragmento de um artigo escrito por Mário Maestri e Gilberto Calil, professores universitários, ex-militantes ativos do PT que acabaram por migrar para a nova agremiação partidária, participando e contribuindo decisivamente para sua fundação:

Um partido político é apenas um instrumento, não um fim em si mesmo. Um partido comprometido com os trabalhadores deve necessariamente constituir uma poderosa ferramenta da luta contra a opressão capitalista e pela construção de uma sociedade justa e fraterna. Os incessantes ataques do governo Lula da Silva contra os direitos históricos dos trabalhadores, materializados nas reformas previdenciária, universitária, sindical e trabalhista, explicitaram a dolorosa carência de partido de classe, com influência de massas, no Brasil.

A recente fundação do Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL), em 5 e 6 de junho, em Brasília, com a participação de mais de oitocentos militantes sociais, de 22 Estados do Brasil, constitui esforço coletivo para a produção de um tal instrumento. O PSOL surge das necessidades do mundo do trabalho, quando ele é sistematicamente agredido por um governo dirigido por partido que, fundado no passado por militantes sociais, hoje prima pela rendição ao neoliberalismo; pelos ataques aos direitos sociais; pelo deslizar para o mundo obscuro da corrupção; pelo apoio ativo à política de dominação do imperialismo – envio de tropas ao Haiti; apoio à legitimação pela ONU da intervenção no Iraque etc.

A atual metamorfose do PT não é fenômeno súbito. Fez parte desse processo o financiamento de campanhas por empresários; o abandono de reivindicações classistas; a burocratização das instâncias partidárias; a capitulação das administrações municipais e estaduais diante do mundo do capital. Enquanto consolidava-se o conservadorismo petista, amadureciam as condições para a formação de um partido que retomasse e superasse as reivindicações históricas do PT. Um partido que abraçasse projeto classista e socialista, impulsionado por organização alicerçada na militância de base.³⁹

Tanto o discurso de Heloisa Helena quanto o texto de Maestri e Calil apontam para um distanciamento programático e ideológico do PT dos iniciais que motivaram a sua fundação na década de 80. Trazendo-se isto para o cenário da AD, de maneira especial no que tange as condições de produção, pode-se afirmar, com base no que foi demonstrado pelas sdr's apresentadas, que ocorreu ao longo dos anos uma gradativa mudança de FD à qual estava vinculado o discurso, o que serve para evidenciar, em termos de estudos do discurso, que a mudança de FD acabou por reconfigurar e/ou ressignificar o discurso petista, atualmente enunciado por Lula que exerce o papel de porta-voz da FD e FI petista, enquanto sujeito-enunciador.

³⁹ Disponível em <http://www.consciencia.net/2004/mes/06/maestri-psol.html>. Acesso em 10/05/2008.

Para evidenciar ainda mais o que está sendo afirmado, basta atentar para a posição adotada pelo sujeito-enunciador Lula nos primeiros debates eleitorais televisivos dos quais participou em 1989 - transcrita logo a seguir - em comparação com o que, na seqüência do texto deste trabalho, expressa um enunciado representativo da FD da esquerda brasileira, campo no qual o PT ainda busca enquadrar-se:

É preciso saber de antemão que desde 1980, portanto já faz dez anos atrás, que o Partido dos Trabalhadores, ele foi fundado na base da liberdade política, na base da liberdade de autonomia sindical, na base do pluralismo político [...] Nós, que pertencemos à classe trabalhadora, sabemos perfeitamente bem que a luta titânica é pra escapar da fome, pra escapar do desemprego, pra escapar da favela ou de baixo de uma ponte. Em função não de méritos pessoais, mas em função da competência de uma categoria profissional, em função da competência de milhares de brasileiros, em função da competência dos partidos com que eu me orgulho de estar aliado, eu estou hoje disputando a presidência da República.

Tal formulação parece convergir para uma mesma FD, assim como na formulação a seguir:

O PCO defende, nas eleições, a luta por um governo operário e camponês ou, dito de outra forma, um governo dos trabalhadores da cidade e do campo (RUI COSTA PIMENTA – PCO - 2006).

Nesse caso, o sujeito-enunciador Rui Costa Pimenta parece reproduzir o discurso anterior de Luiz Inácio Lula da Silva. Em um primeiro momento, a idéia que podemos ter é a da repetição do discurso. Essa impressão se justifica por pertencerem politicamente a um mesmo campo ideológico, isso obviamente acaba se refletindo também em termos discursivos, na medida em que a esquerda possui elementos interdiscursivos que se mantêm nos diferentes partidos de esquerda e, sendo assim, todo o sujeito-enunciador que neles se inscrevem apresentam marcas desse real histórico.

Todavia, o discurso presente nas eleições de 2006, nas quais o candidato petista lutava para ser reeleito, reflete a nova posição-sujeito que ele assumiu a partir de sua eleição. Atente-se para o seguinte fragmento retirado do debate eleitoral realizado em 2006:

sdr 17: “[...] eu sei que muito ainda tem que ser feito, mas tenho certeza de que é possível fazer. Se eu não tivesse essa certeza, não seria o presidente desse país” (LULA – PT – 2006).

Parece interessante confrontar a sdr acima com um trecho da fala de Fernando Henrique Cardoso durante as eleições de 1998, no qual afirmava:

sdr 18: “[...] sou presidente de todos os brasileiros e meu trabalho só estará completo quando a imensa maioria dos brasileiros sentir no emprego, na casa, nos filhos, na mesa, que o Brasil mudou” (FHC – PSDB/DEM – 1998).

Embora pertencendo a partidos com programas de governo, estatutos partidários e ideologias completamente opostos, os enunciados de Lula e FHC desses dois períodos históricos diferentes, são muitos semelhantes. A hipótese que aqui é levantada dá conta de que, conforme demonstrado, Lula, na condição de sujeito-enunciador “Presidente da República”, acaba assimilando aspectos comuns a todos os que ocupam esse cargo. Portanto, o lugar enunciativo e as condições de produção do discurso determinam o teor do que é dito.

Sob nosso ponto de vista, o sujeito-enunciador Lula vive uma espécie de desvinculação do campo ideológico que sempre o identificou como candidato petista. Se em outros momentos, fazia questão de reafirmar, por meio do discurso, o que está escrito no Estatuto e Manifesto do Partido dos Trabalhadores, ou seja, a construção de um novo pacto social no país, sem aceitar alianças ou acordos, agora demonstra oposição a isso, conforme o que afirmou nos debates eleitorais televisivos das eleições de 2006:

sdr 19: “[...] ao ser eleito, teremos uma vida nova. Vamos ter novos deputados e vamos poder estabelecer nova relação. Vou construir essa relação pessoalmente com os partidos políticos. Pretendo conversar com todo mundo, com todos os partidos. Minha idéia é conversar com todos os partidos e dizer: “Vamos pensar três quartos de tempo no Brasil e um quarto de tempo na disputa”” (Lula – PT – 2006).

Comparando essa seqüência discursiva com outra retirada do discurso de Lula proferido quando assumiu seu mandato como Deputado Federal Constituinte, em 1985, é possível perceber claramente a mudança de posição-sujeito ocorrida:

sdr 20: “[...] De uma coisa estejam certos: somos intransigentes na defesa de nossos princípios e – estejam certos também – somos leais aos compromissos que assumimos. Não estaremos de cara feia para nenhum deputado; não estaremos de cara feia para nenhum constituinte. Queremos conversar com todos desde que essa conversa não seja a perspectiva de abaixarmos a cabeça e traírmos aquilo que é a vontade, hoje, de 135 milhões de brasileiros. Não se veja, contudo, nessa atitude de intransigente defesa dos interesses dos populares, uma postura negativista [...]” (Lula – PT – 1985).

Além das mudanças constatadas, o DPL reflete o relacionamento do sujeito-enunciador com o outro, tendo em vista que busca colocar os anseios e aspirações da sociedade em seus enunciados. Com isso, a identificação entre enunciador e receptor torna-se cada vez maior.

O trabalho empreendido ao longo dos anos, visando à associação da imagem de Lula à dos trabalhadores brasileiros que não possuem vez e nem voz no meio político e que tem os seus desejos e anseios deixados à margem, são retratados por meio do que Lula enuncia na seqüência 21, já citada anteriormente, retirada do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, exibido em 27/08/1998:

sdr 21: “Eu tive que deixar a minha terra por causa da seca. Deixei lá meus primos, meus amigos, minha casa, deixei tudo. Eu era menino e lembro da minha mãe com oito filhos pequenos [...] Naquele tempo, eu pensava que era tudo por causa da seca, só depois pude entender que a seca é um problema da natureza, mas a fome e a seca causados pela seca é falta de vergonha dos governantes”.

Nesse trajeto de mudança discursiva, é interessante contrastar um trecho do início dos discursos de posse proferidos em 2003 e 2007, nos quais se pode notar a mudança da perspectiva, o que parece indicar uma troca de FD, nesse dado momento histórico, pelo enunciador do discurso:

sdr 22: "Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que **estava na hora de trilhar novos caminhos**. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, **a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar**".

sdr 23: "**Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida - a de assumir a presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual**. O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia - e ainda hoje me sinto - parte e humilde instrumento. **Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República**. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, **como expressão de um projeto coletivo**, na rampa do Planalto".

Nas seqüências acima descritas, de maneira especial nos trechos destacados, percebemos o enfoque dos discursos de posse. No primeiro discurso, o que marca é a apresentação do sujeito-enunciador como sendo um representante da grande maioria da população. Transformado em um porta-voz da classe social que representava, busca, dessa maneira, a legitimidade do seu discurso. Já no segundo discurso, embora continue forte a identificação com o interlocutor, o que se destaca é a consolidação, por meio do discurso, de um sujeito-enunciador que assume um papel discursivo de liderança.

Enquanto em 2002, a perspectiva de mudança do Brasil, a partir de um governo popular é destacada no discurso de posse, e o sujeito-enunciador Lula, conforme já citado anteriormente, personifica essa possibilidade de mudança. Em 2006, mais uma vez, o DPL reflete a trajetória do homem simples, que representa um projeto coletivo e que, em razão disso, é reconduzido à Presidência da República.

CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou analisar o Discurso Político de Lula (DPL), no período em que ocorreu a mudança de sua condição de candidato derrotado a Presidente eleito e candidato à reeleição, através da mobilização dos conceitos e pressupostos teóricos da AD.

Primeiramente, colocamos como questão a ser analisada a situação do sujeito-enunciador Lula como representante de uma FD dos trabalhadores, vinculada ao sindicato e, posteriormente ao Partido dos Trabalhadores, verificando sua filiação às esquerdas brasileiras.

A segunda questão focalizada foi a forma como o sujeito se vincula às Formações Discursivas e Ideológicas. Nesse particular, o estudo de aspectos históricos em que se produziu o discurso sindical e partidário forneceu elementos importantes para a análise das seqüências selecionadas para análise.

A hipótese que norteou o desenvolvimento do trabalho diz respeito ao fato de que o sujeito-enunciador, ao longo do período estudado, vai migrando de uma FD para outra, conforme o lugar enunciativo e as condições de produção envolvidas no momento. Em função disso, seus discursos acabam refletindo relações de adesão e de tensão e antagonismo. Queremos enfatizar nossa compreensão acerca das posições-sujeito assumidas pelo sujeito-enunciador Lula. São elas da ordem dos acontecimentos históricos de sua trajetória política e também decorrentes dos lugares sociais que ele ocupa: como candidato, busca demonstrar, através de seu discurso, que representa uma classe social ansiosa por mudanças; como presidente eleito, procura ser a personificação das mudanças pretendidas; como candidato à reeleição, mantém um discurso de apelo às suas origens e de superação das vicissitudes, designando-se como “expressão de um projeto coletivo”. Portanto, as diferentes posições-sujeito assumidas pelo sujeito-enunciador dizem respeito às filiações sócio-históricas e aos acontecimentos que determinam os lugares enunciativos de onde fala.

A análise interpretativa do *corpus* selecionado conduziu a reflexão no sentido de que as mudanças discursivas parecem ocorrer no discurso de Lula, ao longo de sua trajetória política, sendo motivadas principalmente pela identificação do sujeito-

enunciador com o cenário discursivo no qual se encontra inserido, manifestado por meio das diferentes posições-sujeito mobilizadas em seu discurso.

Temos basicamente duas mudanças significativas ocorridas com o DPL ao longo do período estudado: a primeira diz respeito à aproximação da FD petista da FD neoliberal, com a inclusão de elementos da primeira na segunda. Isto dá a impressão errônea, em alguns momentos, de se tratar de um mesmo discurso o que é enunciado por Lula e por FHC.

A segunda mudança constatada está relacionada com o cenário discursivo no qual se encontra o sujeito-enunciador Lula: nos primeiros anos (até a eleição de 1994) tínhamos um discurso marcadamente de esquerda (contestação das injustiças sociais, luta de classes para obtenção de direitos, etc).

Posteriormente, a partir das eleições de 1998, ocorre um fenômeno no qual o sujeito-enunciador Lula não mais se posiciona com relação a assuntos polêmicos, mas apenas empresta a sua voz ao seu partido (torna-se um porta-voz petista), sendo suas posições-sujeito repetidoras da FI petista.

No ano de 2002, para que seja possível demonstrar a possibilidade de eleição de um representante popular para o cargo máximo do país, ocorre a inclusão, no DPL, de elementos de outra FD e FI, não sendo possível identificar claramente o sujeito-enunciador com a FD que este deveria efetivamente representar.

Por último, no ano de 2006, existe uma espécie de “discurso da afirmação do óbvio”, no qual são possíveis múltiplas possibilidades, que dependerão da atitude interpretativa do analista do discurso que se ocupar dos enunciados deste período, podendo-se entender o Discurso Político de Lula como uma ferramenta aglutinadora de saberes.

No decorrer desta dissertação, acreditamos ter trabalhado uma questão importante para o campo da AD através de um movimento entre teoria e prática analítica: as mudanças operadas no discurso político em função dos diferentes lugares ocupados pelo sujeito-enunciador a partir do estudo de elementos presentes na materialidade discursiva. As análises realizadas mostraram índices de alterações no funcionamento discursivo que podem ensejar novas abordagens e interpretações.

Creemos que a iniciativa foi válida se encarada como uma reflexão que procura contribuir para uma melhor compreensão dos fatos do discurso, especialmente o do político, mostrando que além de ser heterogêneo, é móvel, permeável e sujeito à ordem do acontecimento. Mas, um outro aspecto a ser considerado diz respeito à tentativa de contribuir para a compreensão da realidade política de nosso país.

Acerca dessa contribuição e de outras que vêm sendo dadas pelos estudos empreendidos pelos analistas do discurso que se ocupam do estudo do discurso político e da política, é interessante relembrar um texto de Brecht, poeta, escritor e teatrólogo alemão, escrito no século XIX, no texto denominado “O Analfabeto Político”, que enseja a necessidade de compromisso com a mudança da realidade social:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que, de sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaios das empresas nacionais e multinacionais⁴⁰.

A principal contribuição que o estudo do discurso político pode, portanto, dar aos que têm acesso às investigações por ele realizadas é ajudar a retirar os indivíduos do analfabetismo político, por meio não da veiculação de ideologias ou partidarismo, mas de uma reflexão crítica acerca do discurso e de sua influência e reflexos na vida cotidiana de cada membro da sociedade.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/01/brecht-analfabeto.html>>. Acesso em: 23 nov. 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS CITADAS

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a história: História Geral e História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

BERNARDI, Celso. *A Sociedade e a Política*. Porto Alegre: Editora da Fundação Milton Campos de Estudos Políticos, 2005.

BUARQUE DE HOLANDA Ferreira, A. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

_____. *Minidicionário Aurélio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

CAZARIN, Ercília Ana. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L.I. Lula da Silva*. Ijuí: Ed. Injuí, 1998 (Série Dissertações de Mestrado).

_____. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder*. Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

CORTEN, André. Discurso e é. Discurso e representação do político. In: INDUSRKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria C. (Orgs) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Tradução Ana Maria Lisboa de Mello e Maria Regina Borges-Osório. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DULCI, Luiz. Mudança desde o início (entrevista Ricardo de Azevedo). *Teoria e Debate*. São Paulo. 4 dez. 2002 – jan./fev. 2003.

ERNST-PEREIRA, Aracy. *Escrituras sobre o corpo*. Trabalho apresentado em congresso. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez, 2003.

GOMES, Marcelo Bolshaw. *Quatro vezes Lula lá: a imagem pública de Lula no Horário Eleitoral nas quatro campanhas à presidência*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MARTINS, Rogério Aparecido. *Lula 2002: a reconstrução de uma imagem*. Dissertação de Mestrado. UNIMAR – Universidade de Marília, 2005.

MENDES, Cândido & BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira Justiça e Paz - 1969-1995 - Empenho e Memória*. Rio de Janeiro: Editora EDUCAM, 1996.

MENDONÇA, Duda. *Casos & Coisas*. São Paulo: Globo, 2003.

ORLANDI, Eni. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: SILVA, Soeli Maria Schreiber da (org). *Sentidos do povo*. São Carlos: Claraluz, 2006.

OZAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, KAIROS, 1979.

PECHEUX, Michel. *Semântica e discurso* (1975). Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da memória. Tradução José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999a.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org) *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

SADER, Emir. *O Poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo, 1997.

STEINBRUCH, Benjamin. Mãos à obra, presidente. In: *Folha de São Paulo*, 31 de dezembro de 2002. p.B2.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Unicamp, 1997.

OBRAS CONSULTADAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALMEIDA, Jorge. *Lula, Serra e a disputa pelo discurso da “mudança” em 2002*. Trabalho apresentado no 12º Encontro Anual da Compôs. Recife, 3 a 6 de junho de 2003 (Cópia reprográfica).

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2001.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

COURTINE, J. J. *Analyse du discours politique*. Langages, n. 62, Larrousse, Paris, juin 1981.

COURTINE, J. J. *Metamorfoses do discurso político: Derivas da Fala Pública*. Campinas: Claraluz Editora, 2006.

CORTINE, J.J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Discurso e mídia*. A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

COURTINE, J.J. *O mentir verdadeiro*. Campinas: Pontes, 2006.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DECANAL, J.H. *O PT, Marx e o Cristianismo*. Porto Alegre: Editora Soles, 2000.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria, e psicanálise*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo e BRUM DE PAULA, Mirian Rose (org.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes Editores, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário e BARONAS, Roberto (org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. Tradução Emmir Sader – Editora Viramundo: São Paulo, 2003.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

INDURKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: UNICAMP, 1997.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução Carlos Piovezani Filho – São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LEITE, Nina. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matemático, 1994.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial: 2007.

MIOTELLO, Valdemir. *Povo enquanto palavra: construção de uma identidade*. In: SILVA, Soeli Maria Schreiber da (org.). *Sentidos do povo*. São Carlos: Claraluz, 2006.

MOURA NEVES, Maria Helena. *Gramática de usos do português*. São Paulo, Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de. *A disputa política na televisão: uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral*. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

ORTIZ, Elsa Maria N. *O povo cala e fala: o discurso do samba-enredo de 1964/65 a 1989/90*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995.

PARANÁ, Denise. *O filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula*. São Paulo: Xamã, 1996.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PESTANA, Flávio B. *Dicionário Completo da Língua Portuguesa: Folha da Tarde*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

PETRINI, João Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PUGGINA, Percival. *Crônicas contra o totalitarismo*. 2ª ed. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda, 2001.

ROBIN, Régine. *História e lingüística*. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1991.

DOCUMENTOS

Anais da Primeira Convenção Nacional do PT, in: Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Primeira Convenção Nacional do PT/81. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 2000.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, PARTIDO DOS TRABALHADORES. São Paulo: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo, 1998.

Boletim Nacional do PT, novembro 2006.

GRAVAÇÕES

DEBATES ELEITORAIS TELEVISIVOS DE 1998, 2002 e 2006.

ENTREVISTA APÓS A DERROTA DE 1998. Porto Alegre: Rádio Gaúcha. 01 de novembro de 1998. PROGRAMA DE RÁDIO

VÍDEOS INSTITUCIONAIS DO PT RECOLHIDOS DO ACERVO DO PARTIDO

PÁGINAS DA WEB

BLOG MASSA E PODER. Disponível em: <<http://www.massaepoder.com.br/downloads.php>>. Acesso em :13 jul. 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Disponível em <<http://www.cnbb.org.br>>. Acesso em: 10/05/2008

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2007.

INSTITUTO CIDADANIA. Disponível em: <<http://www.institutocidadania.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2007.

SITE OFICIAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). Disponível em: <<http://www.psdb.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2007.

SITE OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL). Disponível em: <<http://www.psol.org.br>>. Acesso em: 12 out.2007.

SITE OFICIAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2007.

SITE OFICIAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – DIRETÓRIO DO RS. Disponível em: <<http://www.pt-rs-org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2007.

SITE DE CONSULTA DE VÍDEOS E OUTROS MATERIAIS. Disponível em:
<<http://www.youtube.com>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

SITE PESSOAL DO PESQUISADOR POLÍTICO RICARDO MATHEUS. Disponível em:
<<http://rfmatheus.com.br/content/blogcategory/87/192>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

VÍDEOS E CLIPES DOS MELHORES MOMENTOS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS.
Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/quatrovezeslulala>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

ANEXOS

ANEXO 1
**Transcrição de parte da entrevista feita pela revista Caros Amigos em
março de 2002**

Entrevistadores: Verena Glass • Aziz Ab'Saber • José Arbex Jr. • Carlos Azevedo • Wagner Nabuco • Márcio Carvalho • Fernando do Valle • Sérgio de Souza

Trecho 1

Sérgio de Souza - **É verdade que você veio de pau-de-arara?**

Lula - É, nós viemos de pau-de-arara. Aliás, a minha vida tem uma marca muito grande com o 13. A minha mãe vendeu as terras dela em Pernambuco por 13 contos de reis. Nós saímos de Pernambuco dia 13 de dezembro, demoramos 13 dias para chegar em São Paulo, quando fui preso a somatória do número do meu registro era 13 e criei um partido que é 13.

José Arbex Jr. - **Quando o teu irmão te indicou para o sindicato, você já tinha preocupação política? O golpe de 64 quis dizer o que para você?**

Lula - Não queria dizer nada. Na época, eu tinha dezoito anos e gostava mesmo era de jogar bola, de dançar quinta, sábado e domingo, de ir à missa das 6 no domingo pra ver se arrumava namorada e ler a Coluna do Guzman (*cronista de futebol*), porque, era corintiano fanático e lia o *Diário da Noite*. A minha iniciação política se deu em 1968, quando meu irmão me convidou para ir a uma assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Era uma discussão sem nenhuma importância, indicação de um delegado do sindicato para um congresso de previdência social e saiu um pau na assembléia! Cadeira pra tudo quanto é lado! Porque o sindicato era dividido em dezenas de tendências. Tinha AP, Polop, eu não manjava nada, e o meu irmão era do partidão. E por conta daquela briga passei a gostar do sindicato (*risos*), comecei a freqüentar, lembro até hoje o número da minha matrícula – 25986, de setembro de 1968. Não era um momento fácil para você ir pro sindicato. Eu estava com o casamento marcado e a minha mulher não queria que eu fosse porque ela ouvia, na fábrica em que trabalhava, que quem fosse pro sindicato podia ser preso, era mandado embora e não arrumava mais emprego.

Trecho 2

Wagner Nabuco - **Em 1978, para eleição de senador, havia três candidatos: Montoro e Fernando Henrique pelo PMDB e o Lembo pela Arena. Você fez a campanha do Fernando Henrique. Eu votei nele e fiz campanha também. Ele enganava já naquele período, ou mudou, gostou do poder?**

Lula - Esse é o tipo de coisa de que não tenho arrependimento. Porque a gente tem que analisar a história política pelo momento em que a história se deu. Votar num Quéricia, em 1974, era votar num cara que se opunha ao Carvalho Pinto, que era o representante do regime militar. Nestes dias fui a Belém do Pará e disse para os companheiros de Belém: "Votar no Jáder Barbalho em 1980 era a única opção que a esquerda tinha contra o Jarbas Passarinho". Então, não tenho nenhum arrependimento de ter votado em Fernando Henrique Cardoso em 1978. Continuo com o mesmo pensamento, ele é que mudou. E quando é que ele mudou? Quando percebeu que era possível chegar ao Senado. Ele esteve para vir para o PT, mas depois percebeu que poderia ir para o Senado porque o Montoro ia ser eleito governador (*FHC era suplente de Montoro*) e pensou: "Bom, entre fazer essa opção e ficar, vou ficar". Ficou do lado de lá e só vem piorando. Na minha opinião, tem o dedo do Fernando Henrique Cardoso na votação das Diretas, ele era contra aprovar as eleições diretas naquele momento porque o candidato para presidente da República era o Ulysses Guimarães e não o Tancredo Neves. Eles começaram a inventar que o Ulysses não seria digerido pelo regime militar. Que era preciso alguém que tivesse maior condescendência, que tivesse maior capacidade de articulação, de perdão! E articularam o fim das Diretas, mudaram o Diretas Já! para Mudanças Já!

Fernando do Valle - **"Eles" quem?**

Lula - Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, uma turma que mudou. Para pior, lamento profundamente. Eu achava o Montoro muito populista, e quis apostar num cara novo – Fernando Henrique Cardoso chegou com uma imagem de intelectual progressista, eu falava: "Vamos apostar em alguém novo". E não deu certo, paciência.

Fernando do Valle - **E hoje você conversa com ele?**

Lula - Não. Não tem conversa com ele. O Fernando Henrique Cardoso, dia 6 de dezembro de 1998, telefonou cinco vezes pra minha casa, querendo conversar comigo. Depois das eleições. Eu fui falar com o Fernando Henrique Cardoso achando que ele tinha alguma coisa séria pra conversar comigo, porque não é normal, em nenhum lugar do mundo, o presidente da República ligar cinco vezes querendo conversar com quem tinha acabado de sair de uma eleição disputando com ele. Fui conversar, até sem pedir licença pra direção do partido, por quê? Porque eu estava em Brasília, toca o telefone, é o Fernando Henrique Cardoso: "Preciso conversar com você hoje". Falei: "Presidente, não posso, que estou numa reunião da bancada". Ele falou: "Se você não puder vir hoje, amanhã de manhã, eu mando o carro buscar, você vem tomar café comigo. Preciso conversar com você!" Pensei: alguma coisa grave está acontecendo neste país! Telefonei para o companheiro Cristóvam Buarque, ele foi junto comigo, chego lá percebo que ele não queria conversar. A impressão foi que o Fernando Henrique Cardoso me chamou para conversar porque pensava que eu sabia mais sobre o dossiê das Ilhas Caymã do que eu sabia.

Sérgio de Souza - **Ele chegou a tocar nisso?**

Lula - Chegou. Saí com a impressão disso.

Sérgio de Souza - **Como ele perguntou?**

Lula - Primeiro, ele me agradeceu. Porque, veja, nós não podíamos ter feito aquela denúncia, já fui vítima de denúncia e nunca vou jogar fora uma coisa que trago do berço, ou seja, aquilo que não quero que façam comigo não faço com os outros. Era um dossiê que tinha me chegado primeiro, a história vocês já conhecem, a idéia chegou pelo Caio Fábio, primeiro a idéia de vender. Nós não compramos informações, não faz parte da formação do PT. Pedimos pro Brizola dar uma estudada com o Nilo Batista. Eles já tinham dado a impressão de que não era bom, aí estou fazendo um comício em Brasília e recebo um telefonema do Gushiken: "O Lafaiete Coutinho precisa conversar com você, a pedido do Maluf". Faltavam três dias para as eleições! "E é muito urgente!" Eu falei: "Gushiken, você vai estar junto?" "Vou." "Então manda me esperar no hangar da TAM," Aí cheguei lá: "Olha, tem uma denúncia muito séria contra o Fernando Henrique Cardoso, envolve 360 milhões de dólares no exterior, numa conta do Mário Covas, do José Serra, do Fernando Henrique Cardoso e do Sérgio Mota, e é muito sério". Falei: "E os documentos?" "Os documentos só posso dar se

vocês se comprometerem a denunciar." Falei: "Mas, escuta aqui, por que nós, do PT, e não vocês mesmos denunciarem?" E ele: "Se a denúncia for feita pelo Paulo, ninguém acredita, então tem que ser feita por alguém que tenha credibilidade". Obviamente que, se você tem uma denúncia desse porte, eu não vacilaria em denunciar, mas também jamais denunciaria um dia antes das eleições. E espero morrer sem ter prestado um favor ao Maluf!

Trecho 3

José Arbex Jr. - Deixe eu fazer uma pergunta pessoal: acabou de fechar a última urna, o PT ganhou a presidência, você viu o resultado, lembrou de 1979, a criação do PT. Hoje, o PT aparece como uma coisa que pode mudar o rumo da história na América Latina. Na tua cabeça, um sujeito egresso de Garanhuns, o que que significa isso, emocionalmente?

Lula - É como a alegria de um pai quando o filho vira adolescente. Porque foi muito difícil criar o PT. Primeiro, eu era chamado pelos ditos comunistas como agente da CIA. Era chamado pelos trotskistas como a muleta da ditadura. Era chamado pela direita como comunista. Essas várias visões que tinham de mim me permitiam ter uma independência de agir sem precisar depender de ninguém. Lembro o que os intelectuais falavam do PT, o que escreviam, que o PT não era oportuno, não tinha espaço no Brasil, que a classe operária não estava preparada. E esse partido veio crescendo em 82, 86, 88, 89. Toda eleição nós crescemos um pouquinho. É degrau por degrau, não tem nada de pular dezesseis degraus de uma vez, é um a um. E hoje falo sem medo de errar: o PT é o mais importante partido de esquerda no mundo. Temos o que existe de mais importante no movimento camponês ligado ao PT, o mais importante do movimento sindical, temos grande base intelectual. Eu diria que temos grande parte das pessoas de bem deste país no PT. E olha que não precisava escrever bem do PT, mas, se as pessoas não contassem tanta mentira do PT na imprensa, a gente cresceria ainda mais.

ANEXO 2

Transcrição do debate eleitoral de 2006 - SBT

25 de Outubro de 2006 - Transcrito por Renato Fabiano Matheus

Ana Paula Padrão - Boa noite para você. É com muito prazer que o SBT transmite ao vivo, a partir de agora, o debate entre os candidatos à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin. Em nome do SBT, eu agradeço a presença dos dois candidatos e o esforço de suas assessorias para concretizar este que certamente será um encontro de exposição de programas, debate de propostas e um grande exercício de aprimoramento da democracia." (Fonte: recebido por email, atribuído ao SBT)

"Nós, do SBT, consideramos tão importante este momento que decidimos cancelar a edição de hoje do Telejornal SBT Brasil, que iria ao ar às 21h10, para ocupar o horário mais nobre desta emissora discutindo o futuro do Brasil. Os telespectadores e o jornalismo do SBT ganham com isso. Nossa intenção é estimular aqui a troca de idéias. E as regras do debate foram estabelecidas de comum acordo com as assessorias de cada campanha para facilitar esse objetivo.

Vamos, então, às regras.

Neste primeiro bloco, os candidatos falarão de suas propostas de governo a partir de quatro temas sorteados pela Mediadora. O primeiro candidato a responder terá dois minutos para discorrer sobre o tema sorteado. A réplica será de um minuto e a tréplica também será de um minuto. No segundo e no terceiro blocos, candidato pergunta para candidato. Cada um deles fará, em cada um dos blocos, duas perguntas para o adversário. A pergunta terá um minuto; a resposta, dois minutos; a réplica, um minuto; e a tréplica, também um minuto. O quarto bloco será dedicado às considerações finais dos candidatos, quando cada um terá três minutos.

A ordem de resposta dos candidatos em todos os blocos foi definida por sorteio realizado ontem, com a presença dos assessores de cada campanha.

Ainda segundo as regras assinadas pelas assessorias dos dois candidatos, não serão permitidas ofensas pessoais. Eu repito: não serão permitidas ofensas pessoais. Qualquer manifestação nesse sentido poderá gerar direito de resposta da parte que se sentir ofendida. A análise do direito de resposta será feita pela produção deste debate e pela Mediadora. Mas eu

tenho certeza de que isso não será necessário e que a troca de idéias se dará no mais alto nível, num sinal de respeito ao eleitor que nos assiste em casa.

Também em respeito ao telespectador, eu peço à platéia, formada por convidados dos dois candidatos, que não se manifeste enquanto os candidatos estiverem falando. Se isso acontecer eu serei obrigada a interromper o debate, prejudicando assim os dois lados.

Eu e os telespectadores contamos com a colaboração de todos os presentes.

Vamos, então, ao sorteio do primeiro tema a ser debatido.

Nesta urna há oito temas e o tema sorteado será respondido primeiro pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com o sorteio realizado ontem, na presença das assessorias dos dois candidatos.

Então, vamos ao primeiro tema. O primeiro tema é agricultura.

Presidente Lula, o senhor pode falar do seu programa de governo sobre a agricultura. O senhor tem dois minutos, contados a partir de agora.

Lula: Boa noite, Ana Paula Padrão, boa noite Alckmin, boa noite, povo brasileiro que neste momento está assistindo este debate no SBT.

A agricultura é um dos pilares mais importantes do desenvolvimento do nosso país. O problema da agricultura é que de vez em quando a agricultura tem crises cíclicas, ou seja, às vezes ela vai dois anos bem, às vezes tem dois anos que não vai bem, sobretudo quando tem problema de intempéries, tem problema de praga. E a agricultura brasileira, que tem uma pujança extraordinária, que representa uma parcela importante do nosso PIB, nos últimos dois anos, teve problemas muito sérios, seja porque o mundo inteiro produziu mais, sobretudo na área de grãos [...].

E nós fizemos aquilo que um governo tem que fazer na hora certa, com a precisão que precisava ser feita. O plano safra que nós disponibilizamos este ano para a agricultura foi de 60 bilhões: 50 para o agronegócio e 10 bilhões para a agricultura familiar. É o maior orçamento para a agricultura dos últimos 30 anos. Somente de 2003 a 2006, nós disponibilizamos 140 bilhões para a agricultura. Para a agricultura familiar, nós saltamos de 2 bilhões e 400 para 10 bilhões na safra 2006/2007. Prorrogamos praticamente todas as dívidas ocorridas no atual Governo. Custeio de investimento: de 2005 a 2006, nós investimos 13 bilhões e 300 milhões de reais. Dívidas antigas que ainda tinha, por conta do Pesa, Securitização e Recoop, 720 milhões, e o apoio à comercialização, 2 bilhões e 700 milhões em 2006.

Lula: Eu dei esses números aqui para dizer que a agricultura brasileira é uma coisa que nós precisamos cada vez mais investir mais, cada vez mais acreditar mais e cada vez mais acredita que com os investimentos que estamos fazendo a agricultura brasileira, sobretudo depois da criação do seguro agrícola, não terá mais os problemas que tem quando tem intempéries.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, candidato.

Por favor, candidato Alckmin, a sua réplica. Um minuto a partir de agora.

Alckmin: Quero cumprimentá-la, Ana Paula Padrão, cumprimentar o candidato Lula, cumprimentar você que está em casa. Espero que este debate possa contribuir para mostrar as diferenças das candidaturas e que você possa escolher bem no dia 29. E dizer que a agricultura brasileira foi levada, pela omissão do atual Governo e pelo seu não-entendimento da importância econômica e social da agricultura, à maior crise dos últimos 40 anos. Crise na produção de grãos, crise na questão dos juros, impostos elevados, infra-estrutura e logística muito ruim, defesa sanitária que trouxe de volta a febre aftosa e new castle, um conjunto de problemas... A indústria de máquinas hoje parada, o setor na sua maior inadimplência, queda de produção, e o pior: quem vai pagar a conta é o consumidor, com os preços que já estão aumentando, como o trigo, que quase aumentou 60% agora.

Ana Paula Padrão: O seu tempo terminou, candidato. Muito obrigada.

Sua réplica, por favor, Presidente. Um minuto.

Lula: O candidato Alckmin, de vez em quando, comete injustiças graves. Eu tive, como Ministro da Agricultura, um amigo meu e amigo dele que talvez seja uma das pessoas mais competentes no entendimento da agricultura deste país e é agricultor. E ele sabe, definitivamente, ele sabe que nós fizemos o que era possível e impossível para enfrentar o problema da agricultura neste país. Sabe inclusive o financiamento que nós fizemos, sabe a liberação de recursos, sabe a redução de juros... E tudo que foi pedido pelo Ministro Roberto Rodrigues, em comum acordo com as entidades, nós fizemos. Acontece que nem sempre o Tesouro tem todo o dinheiro disponível para resolver os problemas na hora certa. É por isso que nós criamos o seguro agrícola, para nos livrarmos de qualquer problema daqui para a frente com crise. Ou seja, teve uma crise, eu tenho o seguro agrícola para cobrir. E nós, agora, com a questão da produção do biodiesel [...]. Os grãos vão ter um destino mais sólido.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, Presidente.

Vamos ao sorteio do segundo tema. Quem vai discorrer sobre ele é o candidato Alckmin. O tema é corrupção.

Candidato Alckmin, o senhor tem dois minutos contados a partir de agora.

Alckmin: Olha, eu quero conversar com você que está em casa e falar da importância dessa questão. O governo precisa dar o exemplo para a sociedade. Presidente da República, Governo Federal é aquele em que a sociedade se espelha, o que nós precisamos em casa que seja exemplo para a criança e para o jovem. O que nós vimos no atual Governo em termos de corrupção não foram fatos isolados, que já seriam graves. Mas nós vimos uma questão endêmica, desde o início do Governo, com o escândalo Valdomiro, que trabalhava dentro do Palácio do Planalto, com a CPI dos Correios, maculando uma instituição da credibilidade dos Correios, com o mensalão, que, na realidade, foi a compra, o aluguel de deputados a peso de dinheiro, através do valerioduto. Nós vimos o escândalo GDCar, onde o Silvio Pereira ganhou uma Land Rover importada, o Secretário do PT, de uma empresa, numa concorrência pública. Nós vimos o escândalo da GTech, nós vimos o escândalo da Visanet, maculando a imagem do Banco do Brasil, uma instituição séria; nós vimos o escândalo da Secom, onde 11 milhões de reais desapareceram. E a justificativa perante o Tribunal de Contas da União foi de que esse material de propaganda do Governo foi entregue nos diretórios do PT, o que por si só já é errado. E, finalmente, nós culminamos com a questão do dossiê: 1 milhão 750 mil em dinheiro vivo. Foram presos os dirigentes do PT, o dinheiro foi apreendido. Agora, o Presidente da CPI diz que é dinheiro de corrupção, dinheiro do crime. E 34 dias depois, a sociedade brasileira merece explicações. Nós estamos numa eleição presidencial que é coisa séria.

Ana Paula Padrão: Obrigada.

Presidente Lula, sua réplica, por favor.

Lula: Esta campanha vai terminar sendo uma campanha de uma nota só, porque, se as coisas hoje estão aparecendo neste país é porque o Governo, como em nenhum outro momento da história do país, está apurando. Em nenhum outro momento da história do país. E eu quero pedir o testemunho do povo brasileiro. Neste país aqui, costumava-se empurrar CPI para debaixo da mesa, costumava-se empurrar denúncia para debaixo da mesa, para debaixo do tapete, para debaixo do sofá. No meu Governo, a diferença é que, quando existe um

problema qualquer, nós tomamos a iniciativa de fazer as investigações, doa a quem doer, de afastar quem for necessário e de permitir que as instituições funcionem e façam o julgamento adequado. Muitas vezes, o meu adversário quer que eu faça um julgamento com as próprias mãos. O papel do Presidente da República é apenas afastar e garantir que a investigação seja feita de forma mais transparente. E isso ele sabe que nós estamos fazendo.

Ana Paula Padrão: Obrigada, candidato.

Por favor, Alckmin, sua tréplica em um minuto.

Alckmin: Olha, primeiro, não é uma questão de uma nota só. São 1 milhão 750 mil notas. Depois, eu queria colocar que também não é verdade que estão apurando. CPI saiu no Supremo Tribunal Federal. Senão não teria CPI. Líderes do PT foram advertidos, porque assinaram documento pedindo CPI, deputados perderam emendas. Saíram porque os fatos eram muito graves. E o fato é que essa última questão, do dossiê, nós estamos há 34 dias. A sociedade tem o direito de saber, numa eleição presidencial, um fato grave envolvendo crime. A sociedade tem o direito de saber. Não é possível! Envolvendo a campanha do candidato Lula. É o Presidente do seu Partido, o coordenador da sua campanha, seu assessor direto, o Diretor do Banco do Brasil do seu Governo, o Diretor do Banco do Estado de Santa Catarina do seu Governo, o Secretário do Ministério do Trabalho! Não é possível que ninguém saiba disso.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada.

Vamos ao sorteio do terceiro tema, portanto, que será objeto de análise do Presidente Lula. O tema é saúde.

Presidente Lula, por favor, em dois minutos.

Lula: Vou dar os números aqui para depois fazer o comentário. Recurso da saúde subiu 56%, de 28 bilhões para 44 bilhões e 300; no Saúde da Família, as equipes cresceram 57% - eram 16 mil e 60 equipes de médicos de família; foram para 26 mil; agentes comunitários saíram de 175 para 270 mil e a profissão foi regulamentada; em Saúde Bucal, criamos 440 centros de Saúde Bucal e saímos de 4 mil para 14 mil agentes de Saúde Bucal. Criamos o Samu, que atende hoje 87 milhões de brasileiros em 817 municípios. É só ligar para o número 192. Medicamentos distribuídos: saímos de 1 real que o Governo repassava para 3 reais e 75, em 2006, para os estados e para os municípios. E cada estado e cada

município põe 1 real. Farmácia Popular: 203 farmácias populares em 165 municípios. E aqui tem farmácia que tem convênio com o ensino privado a quatro mil, vendendo remédio por 10% do preço que ele vale, sobretudo para as pessoas que têm diabete e hipertensão. Estamos investindo 300 milhões para recuperar os hospitais de urgência e emergência, 80 milhões para a reestruturação de 746 hospitais filantrópicos, 270 milhões em 131 hospitais universitários, além do aumento de 41% no atendimento de alta complexidade. Isso é apenas alguns dados da educação (sic), do que nós estamos fazendo neste país e vamos fazer muito mais. Ainda ontem, o Ministro da Saúde e eu assinamos um decreto para garantir às pessoas da terceira idade o direito de internação domiciliar, sobretudo para essas pessoas não precisarem ficar no hospital. Vai o médico de família cuidar deles. E vamos tentar transformar oftalmologia numa questão de saúde pública. Fazer exames nas crianças quando elas nascem, porque hoje o tratamento de hoje só é feito quando a pessoa descobre que tem problema.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, Presidente.

Por favor, candidato Alckmin, sua réplica em um minuto.

Alckmin: Olha, eu quero falar com você que está em casa, que está nos assistindo e que sabe que a saúde vai muito mal. Ela piorou no atual Governo. Nós retrocedemos. As Santas Casas estão quebradas, porque a tabela do SUS não é corrigida. O Governo Federal arrecadou, no ano passado, quase 30 bilhões de reais da CPMF. Nenhum centavo para as prefeituras, nenhum centavo para os estados; tudo na mão do Governo Federal.

Foram abandonados os mutirões da época do Ministro Serra; a AIDS piorou. Estamos tendo o risco agora de as mulheres estarem com índice de contaminação superior aos homens. O programa dos genéricos foi abandonado; os hospitais do Rio de Janeiro entraram em colapso; a qualidade do atendimento do SUS... E você que está em casa, que está nos ouvindo, 78% da população precisam do SUS. A qualidade é muito ruim. Para mim não está bom. Eu tenho o dever, como médico, de trabalhar e vou melhorar e corrigir a saúde.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, candidato.

Por favor, Presidente Lula, a sua tréplica.

Lula: Não está bom para o Alckmin, porque ele não usa a saúde pública. Certamente ele utiliza um convênio médico. O dado concreto é que nas pesquisas de opinião pública a saúde aparece como uma coisa boa. Obviamente, ainda falta muito para melhorar. E eu sei o

que é a saúde pública neste país, porque convivo com as pessoas e posso dizer ao povo brasileiro que nós estamos longe de ter a saúde pública que todos nós desejamos para nós e para os nossos filhos. Mas o que nós fizemos neste Governo do ponto de vista de dar à sociedade brasileira um atendimento jamais foi feito neste país. Jamais foi feito neste país! E vamos continuar fazendo, porque nós achamos que a saúde, sobretudo combinada com uma forte política de saneamento básico, é que vai permitir que o povo brasileiro tenha uma saúde perfeita e possa se orgulhar do tipo de saúde que o seu governo oferece. Nós estamos investindo nas Santas Casas, estamos investindo em hospitais filantrópicos... Obviamente, eu espero que um dia o Governador precise da saúde pública, porque ele vai ver que o atendimento melhorou substancialmente.

Ana Paula Padrão: Obrigada, Presidente.

Vou fazer o sorteio agora do quarto tema, sobre o qual falará o candidato Alckmin. O tema é segurança.

Candidato, dois minutos, por favor.

Alckmin: Esse é o tema de preocupação de toda a população brasileira. Eu viajei os 27 estados do Brasil. Não teve uma capital, uma grande cidade que não tivesse na manchete do jornal problema de segurança. Trabalhei como Governador, tanto é que nós reduzimos os índices de homicídio em mais de 50%; latrocínio, quase 70%; tiramos 90 mil bandidos da cadeia; acabamos com o Carandiru; a cidade de São Paulo não tem mais preso em cadeia; investimos 130 mil policiais. Fiz a minha parte. Agora, o problema é que, por trás das questões de segurança, existe o tráfico de droga. O Brasil não fabrica droga. Os governos estaduais prendem quarto escalão, quinto escalão da droga. O que nós temos é uma omissão do Governo Federal, que tem o dever da polícia de fronteira, com a Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, de combater o tráfico de droga, e não o faz. Da mesma forma, o contrabando de armas. Só para dar um exemplo, num estado, você pega uma arma a cada vinte minutos. Nós sabemos de onde vem o contrabando, mas a omissão é total. O que o Governo atual fez com a segurança foi cortar todas as verbas; reduziu à metade o fundo de segurança e o fundo penitenciário; não priorizou a área da segurança. Eu vou assumir como responsabilidade do Governo Federal. Se esse é um problema do Brasil todo, é um problema do Presidente da República. Não vou me omitir. Aliás, vou criar o ministério da segurança pública, descontingenciar os recursos do fundo de segurança e fundo penitenciário logo no início do Governo, chamar os 27 governadores para nós trabalharmos juntos, combater a

lavagem de dinheiro, porque COAF, Receita, tudo isso é do Governo Federal, e trabalhar de forma integrada. E vamos reduzir esses índices no país todo.

Ana Paula Padrão: Por favor, o seu tempo está terminado.

Por favor, Presidente, sua réplica em um minuto.

Lula: Pelo amor de Deus, que o povo de São Paulo não ouça, porque eles vão pensar que vai ter um PCC no Brasil inteiro. Se depois de 12 anos não conseguiram fazer em São Paulo, como é que podem prometer para o Brasil? Eu vou dizer as coisas que nós fizemos aqui, porque eu não posso ficar chutando coisa. Tenho que dizer número exato. Primeiro, a Polícia Federal. Aumentamos 41% o efetivo, aumentamos 40% dos recursos, desmantelamos praticamente 184 quadrilhas, fizemos 184 operações especiais, sendo que 80% delas começaram antes de 2003; temos um bom trabalho nas fronteiras. Acontece que a fronteira brasileira seca são 17 mil quilômetros e a nossa costa marítima, quase 8 mil quilômetros. Oitenta e seis por cento das armas apreendidas no Brasil são armas fabricadas aqui no Brasil, de brasileiros, não são contrabandeadas. Isso é dado da Polícia Federal.

Lula: Propusemos um sistema de integração. O único Estado que não quis fazer foi São Paulo. Agora que o Lembo entrou, ele fez.

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato, um minuto.

Alckmin: Primeiro, com relação a essa ironia do PCC, não tem nenhum líder do crime organizado que não esteja preso em penitenciária de segurança máxima. O que eu lamento é que os criminosos do colarinho branco estejam soltos e faceiros, sem responder à Justiça. Em segundo lugar, quando o Governo Federal precisou colocar o Fernandinho Beira-Mar, nós atendemos. Aliás, atendemos duas vezes, porque eu fui o primeiro a fazer penitenciárias de segurança máxima, regime penitenciário diferenciado, e não misturo questão partidária com segurança pública. Eu tenho um lado; o meu lado é contra o crime. Quando precisaram que colocasse penitenciária de segurança máxima e regime disciplinar diferenciado, nós aceitamos aqui. Era para ficar um mês; ficou dois anos o Fernandinho Beira-Mar. Vou trabalhar a questão de polícia de fronteira, vou equipar melhor a Polícia Federal e vou mudar a legislação, que hoje é muito fraquinha com o crime organizado e dura com o pequenininho.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, candidato.

Chegamos ao fim deste primeiro bloco do debate que está sendo transmitido ao vivo pela Rede SBT e também pela TV Cultura e TVs Educativas. Faremos agora um pequeno intervalo e voltamos com o segundo bloco, no qual candidato pergunta para candidato. Até já.

O SBT volta a apresentar ao vivo o debate entre os candidatos à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin. Este segundo bloco será dedicado às perguntas livres de candidato para candidato. De acordo com a ordem do sorteio realizado ontem na presença das assessorias dos dois candidatos o primeiro a perguntar será o candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Presidente, o senhor tem um minuto para a pergunta a partir de agora.

Lula: Candidato, o senhor disse que a educação será um dos pilares do seu Governo. Entretanto, quando o Estado de São Paulo foi testado os resultados não foram tão bons. O Estado foi o oitavo colocado no item ENEM; houve uma redução de 131 mil vagas no ensino médio; e entre 99 e 2005 a reprovação triplicou no ensino médio e dobrou no ensino fundamental. Ora, se no Estado mais rico da Federação aconteceu um desastre como esse, a minha pergunta é a seguinte:

Qual é a sua proposta, já que no seu programa não fala em Pró-UNI, não fala em Fundeb e não fala, por exemplo, nas cotas. Qual é a sua proposta para a educação para o país?

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato, dois minutos.

Alckmin: Olha, primeiro, o candidato Lula está fazendo a mesma pergunta do debate anterior e eu já expliquei para ele, mas vou explicar novamente. O SAEB, que é o que ele se refere no tal do oitavo lugar, não mede sistema de educação. Só faz a prova quem quer. A prova não é para medir sistema educacional. No Governo do Estado de São Paulo as escolas tinham menos de quatro horas/aula. Nós levamos para cinco horas/aula; três dias por semana, seis horas/aula; 500 escolas em tempo integral, levamos a Universidade de São Paulo para a Zona Leste, instituímos ações afirmativas, pegamos as FATECs, que tinham oito e passamos para 27. Agora, nós não estamos aqui para discutir o Governo do Estado de São Paulo. O candidato deve saber que a eleição aqui já ocorreu, nós já ganhamos no primeiro turno com o Governador José Serra. Estou aqui para discutir o Brasil. E quero dizer que no caso do Brasil nós vamos trabalhar para melhorar muito; porque piorou. Nós temos 2,5 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola no Brasil. O número de crianças de trabalho infantil aumentou

10%, 250 mil crianças a mais em trabalho infantil; criança de 7, 8 anos trabalhando. Eu vou implementar [...]. Aliás, trocou de Ministro várias vezes. O Senador Cristovam Buarque, um dos mais respeitáveis mestres, foi demitido do Ministério da Educação pelo telefone. Eu vou priorizar a educação. O Governo anterior fez o Fundef, universalizou o ensino fundamental. O Fundeb, quatro anos não saiu do papel, está parado lá no Congresso Nacional. Vou priorizar creche, ensino infantil para a escola, todas as escolas brasileiras com cinco aulas. Universalização...

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato, seu tempo terminou.

Presidente Lula, sua réplica em um minuto.

Lula: Eu penso que o povo brasileiro está percebendo que é mais fácil falar do que fazer. É verdade que o ENEM não mede a qualidade do ensino fundamental, mas ele mede a qualidade das pessoas que estão fazendo a prova. E São Paulo ficou em oitavo lugar. Segundo, é um problema para o Brasil, porque se no Estado mais rico as coisas não acontecem assim... O candidato não explicou por que São Paulo duplicou a reprovação no ensino fundamental e por que triplicou a reprovação no ensino médio. Nós, que não temos toda sapiência que o candidato tenta demonstrar, fizemos apenas quatro universidades federais novas, transformamos seis faculdades em universidades, vamos inaugurar 32 escolas técnicas este ano, aumentamos de oito para nove anos o tempo de permanência das crianças no ensino fundamental, levamos a merenda escolar para a creche; e o Fundeb só não foi aprovado porque me parece que a orientação no PSDB é não aprovar nada que possa favorecer o Governo Lula. Só por isso.

Ana Paula Padrão: Obrigada, Presidente. Por favor, sua tréplica.

Alckmin: Não é verdade. O Presidente Fernando Henrique mandou o Fundef no primeiro ano de governo; e no segundo ano o Fundef estava aprovado. Isso universalizou o ensino fundamental, hoje nós temos vagas para todas as crianças de 7 a 14. O Governo teve maioria para absolver os mensaleiros, mas não tem maioria para aprovar o Fundeb? Não saiu do papel, conversa, conversa e as coisas não saem do papel. Nós fizemos. Essa história de escola de nove anos é projeto, projeto. Nós fizemos. As escolas passaram de quatro para cinco horas/aula, de cinco horas/aula para seis horas/aula e 500 escolas em tempo integral. E quero falar com você que é mãe, quero falar com você que é jovem que eu vou priorizar a educação

básica. Os países em que a educação melhorou foi por aí: creche, ensino infantil, ensino fundamental, cinco horas/aula e ensino médio universalizado. E quem não pôde estudar...

Ana Paula Padrão: Candidato, terminou o seu tempo.

Agora, o candidato Alckmin pergunta para o Presidente Lula. Um minuto para a pergunta a partir de agora.

Alckmin: Vou voltar à questão de um tema que nos parece importante, um tema para você que está em casa e que pode demonstrar bem a diferença entre as duas candidaturas, para você poder escolher bem o seu candidato. Uma das principais revistas do mundo, The Economist, acabou de publicar uma espécie de uma copa do mundo dos países emergentes, dos países em desenvolvimento, não tem as grandes nações, não tem os países ricos, países como nós, países que estão em desenvolvimento. Publicou o ranqueamento. Pegou 27 países emergentes e publicou. Queria saber do candidato Lula em que posição estava o Brasil; se está em primeiro lugar, segundo lugar, terceiro lugar em termos de desenvolvimento nesse ranqueamento desses 27 países emergentes.

Ana Paula Padrão: Por favor, Presidente, a sua resposta.

Lula: O candidato Alckmin é daqueles brasileiros que: deu no New York Time, para ele vale; se não deu, não vale. Tem muita gente ainda no Brasil assim, colonizado intelectualmente, que prefere não ler a imprensa brasileira, para ler o que deu numa revista inglesa. Deixa eu lhe contar uma coisa. E se o Serra estiver aqui você pode perguntar para ele no intervalo. Não há na história republicana nenhum momento da história econômica brasileira que a gente tivesse criado as condições que nós criamos agora para que o Brasil possa definitivamente ter um crescimento sustentável num ciclo de longo prazo, gerando o desenvolvimento, gerando o emprego e gerando a renda que nós precisamos gerar. Primeiro, exportações são recordes; segundo, temos uma reserva de 75 bilhões, maior do que a dívida líquida pública brasileira; terceiro, nós temos a maior geração de emprego dos últimos 10 anos; quarto, 19% das pessoas saíram da linha da pobreza neste país no nosso Governo. O Brasil, portanto, está preparado para dar o próximo salto, que é o crescimento; a inflação controlada, as pessoas comprando comida mais barata, as pessoas podendo comprar material de construção mais barato, as pessoas podendo renovar a sua casa, a construção civil está vivendo um momento melhor dos últimos vinte anos. A economia brasileira está, não tanto

quanto eu queria, no ápice, mas ela está num momento excepcional de garantia, que posso olhar na cara de cada mulher e de cada homem e dizer: o Brasil finalmente se preparou para crescer e se preparou para se desenvolver; sem mágica, sem pirotecnia, mas com muita seriedade e com muito trabalho, inclusive com muita credibilidade externa, que é o que nos garante afirmar ao povo brasileiro: não perca por esperar porque o Brasil vai crescer muito nos próximos quinze anos.

Ana Paula Padrão: Sua réplica, por favor, candidato Alckmin.

Alckmin: Olha, aqui é importante, você que está em casa, ver a diferença das duas propostas. Ele já teve a sua oportunidade, quatro anos, e não fez, está pensando daqui há quinze anos. O Brasil cresceu 2,3% o ano passado. Na América Latina só ganhou do Haiti. Dos 27 países foi o 27°. Se crescesse o dobro ainda continuaria sendo o último. Eu não estou satisfeito com isso. O Brasil crescendo 2% não vai diminuir pobreza, não vai reduzir o desemprego. Essa é a taxa de natalidade da década de 80. Você que está em casa sabe. E quem está sofrendo mais? O jovem! Quarenta por cento dos desempregados são jovens. As mulheres estão sofrendo, porque o desemprego nas mulheres é muito maior do que nos homens. As pessoas com mais de 40 anos estão sofrendo, porque é mais difícil ter emprego. Para mim não está bom, o Brasil pode crescer muito mais.

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato.

Tréplica, um minuto, por favor.

Lula: E o Brasil vai crescer muito mais porque nós preparamos o Brasil para crescer. O Brasileiro, Alckmin, ele é inteligente e sabe como eu herdei este País, ele sabe que foram vinte anos de atrofiamento, uma década perdida e outra década perdida. E quando nós entramos o Brasil estava totalmente descontrolado, até sem crédito para as nossas importações, até sem crédito para as nossas exportações, o risco Brasil a 2.400. E o que nós fizemos? Com o pé no chão, vamos fazer as coisas que temos que fazer, construir um alicerce forte, depois vamos construir uma parede sólida e o Brasil está preparado para crescer e crescer muito. O que eu fico triste é comparar o Brasil com o Haiti. O Brasil não pode ser comparado nem com o Haiti e nem com a China, tem que ser comparado consigo mesmo, com a sua história, com a quantidade de mágica que se tentou fazer no país com discurso

fácil, se faziam os planos e no dia seguinte os planos quebravam e o povo quebrava a cara. Agora, não, agora o povo sabe...

Ana Paula Padrão: Por favor, seu tempo terminou, Presidente.

Agora o Presidente Lula faz uma pergunta ao candidato Alckmin. O senhor tem um minuto para a pergunta.

Lula: Alckmin, vamos fazer uma pergunta agora sobre um tema que parece que você não gosta, mas é um tema da ordem do dia, porque é um tema do PSDB, que é a questão das privatizações. Todo mundo sabe o que ocorreu no Governo passado no Brasil, porque tudo foi praticamente privatizado e o que aconteceu foi que se vendeu por 100 bilhões, a dívida aumentou substancialmente e não resolveu o problema do País; pelo contrário, o Brasil quase quebrou. Então quero saber: você foi coordenador do sistema de privatização de São Paulo, acabou de privatizar a Ceteb. Ou seja, sem que a gente fique nervoso aqui, é apenas para discutir, ou seja, qual é a sua visão realmente sobre privatização? O que você pensa sobre privatização? Porque tanto o PSDB fez a nível nacional, como foi feito a nível do Estado. Então queria saber, para o povo brasileiro saber o que você pensa sobre esse assunto.

Ana Paula Padrão: Candidato, dois minutos.

Alckmin: Ok. Primeiro eu queria lembrar, ainda sobre a questão do emprego, o candidato Lula não reconhece nada do que foi feito antes dele; e tem os olhos voltados para o passado, está sempre voltando para trás. Eu tenho os olhos no futuro, acho que o Brasil pode muito mais, está perdendo tempo. Quando ele assumiu, tinha oito milhões de pessoas desempregadas; hoje tem nove milhões de pessoas desempregadas. O Brasil andou para trás, a indústria têxtil está demitindo, a indústria de roupa, a indústria de calçado, a indústria de brinquedo, a indústria de móvel, a agricultura, uma enxurrada de produto chinês aqui dentro tomando o emprego dos brasileiros, um câmbio totalmente fora de órbita, juros absurdos, impostos subindo... Nós somos diferentes. Eu vou reduzir imposto, eu vou reduzir juros. Para mim a prioridade número 1 é o Brasil crescer e é emprego. Em relação à privatização, feita à época do Governo anterior, e ele gosta de voltar para o passado, ela teve avanços. Vou dar um exemplo, que é a telefonia. Quem que tinha telefone antigamente antes da privatização? Tinha que declarar no Imposto de Renda, três mil dólares um telefone! Hoje, 90 milhões de brasileiros têm um celular, fora a telefonia fixa, mais de 70 mil empregos foram gerados, 100

bilhões investidos no Brasil. Aliás, se estivesse errado ele devia ter reestatizado. Não reestatizou nenhuma empresa, nenhuma! Aliás, fala que eu vou privatizar, não tem nenhum problema; privatizar se for correto deve ser feito, o que não pode é mentir, mentir, dizer que eu vou privatizar o Banco do Brasil, a Petrobras, o Correio, a Caixa Econômica, quando é mentira. E mais, eu não privatizei o Banco de São Paulo; ele privatizou o Banco do Maranhão, privatizou o Banco do Estado do Ceará...

Ana Paula Padrão: Candidato, seu tempo terminou.

Presidente Lula, sua réplica em um minuto.

Lula: Como sempre, o nosso candidato responde pouco as coisas que a gente pergunta. Eu queria lembrar, não é para relembrar o passado, mas apenas para memorizar a cabeça. Ou seja, este País foi privatizado 200 milhões de reais. Depois foi provocado um desequilíbrio, que é o maior da história do País em oito anos de governo. Depois conseguiram não só dobrar a dívida pública, como aumentar a carga tributária em 10% do PIB. E ainda quero saber aonde foi parar esse dinheiro, porque não foi aplicado esse dinheiro em política social, não foi aplicado na geração de emprego, não foi aplicado em nada. Então quero saber o seguinte: aonde esse dinheiro foi parar? É isso que o povo pergunta. E a questão de emprego, vou te dizer uma coisa, meu caro candidato, nós criamos algumas vezes mais empregos do que no governo passado e emprego com carteira profissional assinada, acordo salarial melhor, criamos a indústria naval, recuperamos ela, recuperamos a indústria ferroviária deste país...

Ana Paula Padrão: Candidato, seu tempo está esgotado.

Por favor, candidato Alckmin, um minuto para tréplica.

Alckmin: Olha, nós temos aqui uma grande diferença. E é bom que você que está em casa possa comparar para poder escolher. Ele acha que está bom o Brasil crescer 2%. Aliás, diz que o Brasil não tem pressa para crescer; é o contrário do Juscelino Kubitscheck, que queria fazer 50 anos em cinco. Eu tenho pressa, porque a questão número 1 do país é o seu filho poder ter emprego, ter oportunidade de trabalho. E o Brasil está indo para trás. Para gerar emprego, precisa ter taxa de investimento. No mundo inteiro os investimentos sobem, no Brasil está caindo; os investidores produtivos, fábricas, turismo, negócios estão indo embora; juros, o maior do mundo; carga tributária o dobro do México, da Argentina, do Chile. Aliás, aumentou mais 3% no Governo do Lula. E ele diz que não vai cortar gasto. Então vai

aumentar ainda mais. Nós somos diferentes. A minha receita vai ser outra. Eu vou cortar gastos, eu vou reduzir juros, eu vou reduzir imposto para fazer o Brasil crescer, que é isso que interessa.

Ana Paula Padrão: Candidato, terminou o seu tempo. Agora o senhor tem direito a uma pergunta ao candidato Lula, Presidente. Um minuto, por gentileza.

Alckmin: Eu quero voltar à questão da saúde. O candidato Lula disse que a saúde está chegando à beira da perfeição, numa declaração que ele fez há pouco tempo. Primeiro, eu fui operado três vezes. As três vezes eu fui operado na Santa Casa de Pindamonhangaba; aliás, onde trabalhei como médico, trabalhando para diminuir o sofrimento das pessoas. Hoje o hospital que às vezes eu vou é o mesmo dele, é o Incor, mantido com o imposto do povo de São Paulo e uma das melhores instituições do País. E não estou satisfeito com a saúde. Acho que a saúde vai mal e ela pode melhorar muito. E não é por falta de dinheiro, porque a CPMF arrecadou no ano passado 30 bilhões de reais. Vou trabalhar na questão da saúde da mulher. Está aumentando o câncer de mama, falta até mamógrafo, os hospitais estão sucateados e o Governo Lula tirou da saúde...

Ana Paula Padrão: Candidato, o seu tempo terminou.

Por favor, Presidente, dois minutos para a resposta.

Lula: É uma questão de ponto de vista e não posso esperar nunca que o meu adversário reconheça alguma coisa. Seria importante que ele fosse perguntar para o povo como é que está vendo a saúde neste País. Obviamente que a saúde precisará melhorar sempre, mas a verdade é que ela nunca esteve na situação que está, com a qualidade de atendimento às pessoas. Eu dei os números aqui de dinheiro que estamos colocando para recuperar hospitais. Se a saúde do Rio de Janeiro não ficou tão boa é porque a pessoa que está te apoiando sequer aceitou colocar em funcionamento as ambulâncias que nós mandamos para lá; sequer resolveu fazer com que os hospitais tivessem a ajuda de 330 milhões que estamos colocando para recuperar os hospitais de emergência. E estamos fazendo quase que a universalização geral da saúde no Brasil. Então, Alckmin, espero que um dia você vá, já faz tempo que você foi na casa de Pindamonhangaba, espero que você vá agora, que vai perceber que certamente melhorou. A segunda coisa é com relação ao crescimento da economia. Primeiro, o Brasil já teve um momento em que a economia cresceu 10% ao ano. E a questão

social era zero neste País. Menos gente ficou rica e mais gente ficou pobre. Nós estamos provando que é possível a gente crescer com distribuição de renda, nós estamos provando que é possível crescer fazendo uma forte política social neste País. Aliás, os indicadores mostram que há uma diminuição da pobreza no Brasil, que a participação de 50% mais pobres cresceu na economia e a participação dos 10% mais ricos caiu na economia. Isso conta. É por isso que existe um fenômeno no meio da sociedade brasileira de perceber quando alguém faz só discurso e quando alguém faz realmente as coisas acontecerem. Tenho certeza de que o povo que está em casa está percebendo o seguinte: tem mais emprego e pode ser criado muito mais...

Ana Paula Padrão: Por favor, Presidente. Vou pedir aos dois candidatos que se atenham ao tempo para que haja justiça no debate. É apenas este o motivo. Vamos cumprir as regras.

Por gentileza, candidato Alckmin, o senhor tem um minuto para réplica.

Alckmin: Olha, em relação ao emprego, não é possível acharmos que o Brasil está condenado a crescer dois por cento. Alguma coisa está errada. Como é que pode o mundo cresce 5%, os países emergentes, 7%, a Argentina, 9%, a China, mais de 10%, o Brasil, 2. É evidente que está errado. Sobre a questão da saúde, acho que o candidato Lula não sabe o que é um hospital público, uma emergência do SUS, um pronto socorro de um hospital público para achar que está tudo uma maravilha. E não adianta querer transferir responsabilidade para o prefeito do Rio de Janeiro, porque o Governo Federal tem a maior rede hospitalar federal no Rio de Janeiro. É do Governo Federal a rede! Ele pode ir visitar o Hospital de São Gonçalo, o Hospital do Fundão, o Hospital do Estado, dos Servidores, para verificar o estado que está de sucateamento à saúde. E tirou 1,6 bilhão de...

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato.

Presidente Lula, a sua tréplica em um minuto, por favor.

Lula: Não só sei como é a saúde pública, como estou cuidando dela como não foi cuidada no Estado de São Paulo e como não foi cuidada nos momentos em que vocês governaram o Brasil durante oito anos. A saúde brasileira precisa melhorar, mas se comparar os dados que nós fizemos com os dados que nós herdamos certamente nós dobramos praticamente em tudo. Recursos de 28 para 44 bilhões de reais, eu disse dos investimentos que

estamos fazendo no Rio de Janeiro de 330 milhões de reais nos hospitais de emergência no Rio Grande do Sul e em outros estados da federação, fazendo aquilo que vocês não fizeram, porque tem muita gente neste País que quando quer operar corre lá para fora e não sabe como funciona o setor público. E nós fizemos isso. Com relação ao crescimento da economia, a economia brasileira só pode crescer se tiver base concreta para crescer. E nós criamos a base para crescer. Por isso posso dizer que a economia brasileira vai crescer de cinco a acima de cinco nos próximos dez anos.

Ana Paula Padrão: Chegamos então ao fim do segundo bloco deste debate, que está sendo transmitido ao vivo pela Rede SBT e também pela TV Cultura e TVs Educativas. Faremos agora um pequeno intervalo e voltamos para o terceiro bloco, para mais perguntas entre os candidatos. Até já.

O SBT volta a apresentar, ao vivo, o debate entre os candidatos à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin. Neste terceiro bloco, continuam as perguntas de candidato para candidato. De acordo com a ordem do sorteio realizado ontem, na presença das assessorias dos dois candidatos, o primeiro a perguntar será o candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Presidente, o senhor tem um minuto para a pergunta, a partir de agora.

Lula: Um minuto só?

Ana Paula Padrão: Só um minuto.

Lula: Eu só queria dizer ao candidato Alckmin que as perguntas sobre privatizações me parece que ele não gosta de responder. Eu não vou nem perguntar mais. Eu vou perguntar sobre um programa chamado Luz para Todos. Um programa que é extremamente importante e não só ele passar para a história do Brasil como o Presidente que acabou o último candeeiro. Nós nesses primeiros quatro anos já fizemos praticamente o que até agora nenhum governo, em 500 anos de história desse país havia feito; chegaremos a 5 milhões de pessoas atendidas e temos o compromisso de atender 12 milhões de pessoas até 2008. Um programa que nós fazemos praticamente de graça por meio do Governo Federal. Digo de graça porque São Paulo assumiu um compromisso conosco de dar 10% e não deu nada até agora. Mesmo assim nós estamos fazendo. Graças a Deus, no próximo orçamento, o Cláudio Lembo colocou alguma coisinha para participar. Esse programa, como o candidato que...

Ana Paula Padrão: Presidente, terminou o seu tempo. Por favor, dois minutos, candidato Alckmin.

Alckmin: Olha, o candidato Lula, ele é ótimo para mudar de nome os programas. Eu vou recuperar para você, que está em casa, algumas coisas. No Governo anterior, tinha o Bolsa-Escola, compromisso criança na escola: 15, 30, 45 reais. Tinha o Bolsa-Alimentação: 15, 30, 45 reais, compromisso criança no centro de saúde, para evitar desnutrição infantil. Tinha o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), tinha o Vale-Gás, mudou para Bolsa-Família. O Luz para Todos é o Luz no Campo, que o Presidente Fernando Henrique fez, e que não tem só participação do Governo Federal. Tem a participação dos governos estaduais e é óbvio que nós vamos manter, vamos ampliar, energia é coisa importante. Agora, já que se tocou na questão do campo, e a energia é importante, eu queria perguntar ao candidato Lula uma questão que interessa a todo mundo que está na zona rural. Eu vivi até os 16 anos de idade na roça. Nunca morei na cidade. Meu pai é funcionário público e morava na zona rural. Todos os governos que passaram fizeram irrigação: 10 mil hectares, 20 mil hectares, 30 mil hectares. Todos. O Governo do Presidente Fernando Henrique foi o que mais fez, o Presidente Sarney, o Presidente Itamar e também o Collor, todos fizeram. O Governo Lula foi o único que não fez um hectare de área irrigada. Lá em Petrolina está abandonado o projeto de irrigação do Pontal, em Pernambuco. Lá em Juazeiro, na Bahia, está abandonado o projeto do Salitre de irrigação e do Baixo do Irecê. Todos os projetos de irrigação parados. O Luz para Todos eu vou continuar. Tem Ação Conosco, o Luz no Campo...

Ana Paula Padrão: Candidato, por favor.

Presidente Lula, réplica, 1 minuto, por favor.

Lula: Olha, eu acho que o Alckmin se faz de não entendido quando eu faço a pergunta. Primeiro, não tem nada a ver o Luz no Campo com o Luz para Todos. O Luz no Campo era um programa tão pequeno e atendia a tão pouca gente porque se cobrava pelo Luz no Campo, não era de graça. Nós resolvemos fazer um programa que alguns governadores cumprem e eu disse que São Paulo não cumpriu. E embora o Governador tivesse assinado um compromisso não deu um centavo. No orçamento do ano passado colocou 10 reais no orçamento apenas para constar no orçamento. Mas não deu nenhum centavo. E nós atendemos às pessoas aqui apenas com o dinheiro do Governo Federal. E todo mundo sabe o que significa isso no Brasil, todo mundo sabe o que significa no mundo chegar uma luz na casa de

uma pessoa. É tirar a pessoa no século XVIII e levá-la para o século XXI. É tirar esse pessoal das trevas. E estamos fazendo isso sem a parceria dele, e ele agora fala que vai fazer.

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato.

Sua tréplica.

Alckmin: Já fez eletrificação rural há muito tempo. Eletrificação rural já é uma realidade. Aliás, dia desses estive em Minas Gerais e o Governador Aécio Neves estava reclamando: O Lula fica pondo na televisão o Luz no Campo, para Todos, mas não diz que nós, Estados, pagamos e que as concessionárias, como a CEMIG, pagam. E ele não respondeu sobre irrigação. Por quê? Porque ele não fez um hectare de área irrigada. Cada um hectare de área irrigada gera três empregos. Tudo abandonado. Investimentos enormes. Único Governo que não levou água para o Semi-Árido, que não irrigou um hectare, e que não deu ao menos continuidade às obras do Governo anterior. Eu fui ver lá em Petrolina, um canal pronto, cheio de água, juntando mosquito da dengue, que não pode ser utilizado porque não tem as obras complementares.

Ana Paula Padrão: Candidato Alckmin, agora é sua vez de perguntar. Um minuto, por gentileza.

Alckmin: Olha, eu queria perguntar ao candidato Lula sobre o seguinte fato: os gastos do Governo Federal com os juros da dívida em três anos foram de 329 bilhões de reais. O bolsa-juros. Vou repetir para você que está em casa. Dinheiro nosso, dinheiro público. São 329 bilhões de reais de juros. Aliás, 138 bilhões a mais do que o mesmo período do Governo do Presidente Fernando Henrique. Sem nenhuma crise no cenário internacional extraordinário, o lucro dos bancos foi de 20 bilhões por semestre. O triplo do que era no governo anterior. É possível que essa bolsabanqueiro, esse grande programa de concentração de renda, 329 bilhões...

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato.

Por favor, Presidente Lula.

Lula: Você imagina quanto vocês pagavam quando o juro era 53% e não 13 e 75. Imaginem quanto vocês pagavam! Eu tenho dito sempre ao povo brasileiro o seguinte: eu

quero que o banco ponha dinheiro, emprestando dinheiro mais barato e isso está acontecendo. Porque se ele não ganhar dinheiro, quando ele quebra, tinha sim um PROER, como vocês criaram, que aí sim, arromba a economia deste País. É verdade também dizer que as empresas brasileiras, pela primeira vez depois de 23 anos, tiveram mais lucro do que o banco. Mas não foram apenas os bancos e os empregados que ganharam, 90% dos assalariados como sempre acima da inflação. A média do trabalhador cresceu neste País. As pessoas mais pobres cresceram neste País. As pessoas estão comendo mais, as pessoas estão vivendo mais. Então, nós trabalhamos exatamente para que todos possam viver neste País dignamente. E acho que o banqueiro brasileiro, quando quebra, o Brasil tem um prejuízo extraordinário. Eu estou convencido de que nós estamos fazendo a política correta. O juro está caindo. A Taxa SELIC já está a 6,85%, é a menor desde que foi criada. O juro de crédito está caindo. As pessoas hoje podem comprar um computador por 50 reais a prestação. Nós estamos fazendo distribuição de livros, 120 milhões de livros que distribuimos ao povo estudante deste País, inclusive livro em braile para as pessoas portadoras de deficiência. Se perguntarem para mim: o Brasil está uma maravilha? Não. Ainda falta muito para ser feito, muito mesmo. Mas ninguém fez com a solidez que nós fizemos. Hoje um aposentado, um trabalhador vai a um banco, pega dinheiro emprestado pela metade do juro ou por um terço daquele que pegavam quando vocês governaram o Brasil. Acho que nós podemos fazer muito mais e vamos fazer, porque encontramos o caminho das pedras e, certamente, o povo brasileiro hoje está muito mais feliz do que estava quando vocês governaram este País.

Ana Paula Padrão: Obrigada, Presidente.

Eu vou pedir à platéia que, por gentileza, não se manifeste enquanto os candidatos estiverem falando, por uma questão de respeito aos telespectadores e aos candidatos que estão se manifestando.

Por favor, candidato Alckmin, um minuto para sua réplica.

Alckmin: Olha, você que está em casa, eu quero dizer para vocês que nós somos diferentes. Aqui tem duas candidaturas diametralmente opostas. Ele acha que está tudo bom, está tudo uma maravilha. E dá uma novela. A realidade é muito diferente. Trezentos e vinte e nove bilhões de reais com juros. O Brasil tem a maior taxa de juros real do mundo. Isso levou o câmbio a essa situação gravíssima que está quebrando a indústria brasileira, como quebrou a agricultura brasileira. Não tem dinheiro para dar o aumento para os aposentados. Oito milhões de aposentados cuja média é de 2 salários mínimos, mas só o ano passado 156 bilhões para

pagar de juros, sem necessidade, sem nenhuma crise, nenhum ataque à moeda, a não ser uma política econômica errada, que impediu o Brasil de crescer.

Ana Paula Padrão: Candidato.

Presidente Lula, um minuto.

Lula: Na campanha política vale tudo mesmo. O candidato até falar em aumento para os aposentados. Nós não apenas demos um aumento de 5% para os aposentados, como foi o resultado de um acordo feito com todas as centrais sindicais e os aposentados dessas centrais. O PFL e o PSDB, para fazer demagogia, tentaram estender o aumento que nós demos ao salário mínimo, que é o maior dos últimos 30 anos, para os aposentados, sabendo que a Previdência não poderia dar. Apenas para permitir que ele fizesse esse discurso aqui para tentar enganar quem sabe uma mulher ou um senhor que está aposentado. A segunda coisa que eu acho importante ficar claro para o Brasil é que nós neste País ficamos discutindo câmbio muitas vezes sem entender. O câmbio brasileiro está baixo sabe por quê? Porque tem excesso de dólar no Brasil. Eu disse no começo, são 75 bilhões de dólares de reservas, coisa que nunca aconteceu. No Governo deles, todo final de ano o Ministro da Fazenda ia pedir ajuda para...

Ana Paula Padrão: Por favor, Presidente.

Presidente Lula, agora o senhor tem direito a sua pergunta. Um minuto, por gentileza.

Lula: Eu vou voltar a essa questão dos gastos aqui, porque há uma contradição que eu quero que o nosso telespectador perceba a diferença entre aquilo que se fez e aquilo que se propõe fazer. Eu estou vendo falar em cortar gastos, cortar gastos, cortar gastos, eu estou vendo muita coisa. Eu estou vendo dizer que vai cortar 60 bilhões, um assessor seu, no seu programa de governo está escrito que fará um corte de 4,4% do PIB, que são quase 90 bilhões de reais. Eu gostaria de saber como que num orçamento em que o Governo Federal tem 455 bilhões de reais, dos quais só 22 bilhões não estão comprometidos, como o candidato Alckmin vai fazer todos os gastos que ele diz que vai fazer para agradar a um pequeno setor da elite brasileira?

Ana Paula Padrão: Obrigada.

Por favor, candidato, dois minutos.

Alckmin: Olha, primeiro, em relação a essas ironias, eu queria dizer o seguinte: na área social, o Governo atual - são estudos do Prof. Márcio Pochmann, que aliás é professor da UNICAMP e é do PT - reduziu na saúde 7,49%, comparado com o Governo anterior. Reduziu na educação e cultura 5,4%. No saneamento e habitação reduziu 44%. Eram 14,06% por 1 per capita e baixou para 7,87%. Reduziu tudo, tudo Agora queria dizer que nós temos uma diferença. Importante você eleitor saber que nós somos candidatos diferentes. Ele não vai cortar gasto, já disse isso. Vai manter os 34 Ministérios, os 40 mil petistas, os companheiros, a companheirada nos cargos em comissão. Está errado. Eu vou cortar gasto. Porque se não cortar gasto, não dá para baixar imposto. E o Brasil não vai crescer com 40% do PIB. Os estudos da GV mostram que só na corrupção o País gasta 3,5 bilhões de dólares. Eu economizei, como Governador, num Estado que tem 1/8 do orçamento federal, só em compras eletrônicas, 4 bilhões de reais em três anos e meio. E vou respeitar o seu dinheiro. Vou fechar as torneiras do desperdício. Vou reduzir o número de Ministérios. Diminuir cargo comissionado. Fazer conta eletrônica, para não ter sanguessuga, não ter roubo na compra de ambulância. Vou fazer mais com o dinheiro do povo, para quê? Para o Brasil crescer. Porque, se continuar do jeito que está mais quatro anos, o Brasil não vai crescer. Não vai ter emprego, com essa carga tributária de 40% do PIB, que é o dobro da Argentina, do México. O trabalhador brasileiro trabalha janeiro, fevereiro, março, abril, maio para sustentar Governo!

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, candidato. O seu tempo está esgotado. Presidente Lula, um minuto.

Lula: Olha, é muito fácil falar, não é, Alckmin? É difícil fazer. Você já percebeu que você acabou de falar que vai criar mais um Ministério? Nós temos quatro Ministérios ou cinco, Ministério da Pesca, Ministério da Mulher, Ministério da Igualdade Racial, Ministério de Direitos Humanos, que são secretarias que juntas têm um orçamento de 100 milhões de reais, mas que têm um valor para a sociedade incomensurável. Incomensurável! E eu quero te dizer que não vou acabar. E eu acho que o Brasil não tem como cortar. O Brasil precisa definitivamente ter crescimento econômico que somente nós, com a seriedade que o Governo tem vamos fazer, porque durante todo o tempo em que vocês governaram, oito anos, o Brasil não cresceu o tanto que cresceu conosco. Não aumentou a renda como aumentou com o nosso, não reduziu o juro o tanto que reduziu com o nosso, não controlou a inflação como nós controlamos durante oito anos. Então, em quatro nós fizemos o que vocês não fizeram em oito.

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato.

Tréplica, um minuto.

Alckmin: Você que está em casa está vendo a diferença. O candidato Lula disse que não vai cortar gasto. Vai manter todos os Ministérios. Aliás, ele disse que quatro Ministérios consomem 100 milhões de reais. Só o "aerolula" custou 150 milhões de reais. Mais que o orçamento de quatro Ministérios. O governante tem que dar exemplo. Ou o Brasil cria uma cultura de acabar com o desperdício e respeitar o seu dinheiro. Isso que o Mário Covas fez aqui em São Paulo, e fez bem feito, que o Serra fez na prefeitura, o Aécio fez em Minas Gerais, eu aprendi a fazer, com menos gastos, com gastos de melhor qualidade, gastar aquilo que interessa. É possível ter imposto mais baixo. O Brasil crescer mais, ter mais emprego, mais renda, com juros mais baixos, câmbio mais competitivo. Eu quero ser Presidente porque acho que o Brasil está perdendo tempo e pode ser melhor.

Ana Paula Padrão: Candidato, o seu tempo está encerrado.

Agora a sua vez de perguntar. Um minuto, por gentileza, a partir de agora.

Alckmin: Eu quero voltar a uma questão que me parece importante para a população brasileira, que é a questão da saúde, é a vida das pessoas. O que adianta a gente ter as demais coisas se a gente não tem saúde? Aliás, a gente só valoriza a saúde quando perde, quando fica doente. E 78% da população brasileira dependem do SUS. Eu fico triste porque fui relator da Lei Orgânica de Saúde, trabalhei muito para organizar o Sistema Único de Saúde e quando o Serra era Governador foi aprovada uma PEC, estabelecendo o número de recursos para a saúde. Em São Paulo, como Governador, eu cumpro a PEC e investi mais de 12%. O Governo Federal, primeiro, não regulamentou exatamente para não ter que gastar e investir na saúde. Embora tenha a CPMF 30 bilhões, ano passado deixou de investir na saúde 1,6 bilhão de reais [...].

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, candidato.

Presidente Lula, dois minutos.

Lula: É que o Alckmin faz parte de um tipo de gente que acha que investir em comida para o pobre não é investir na saúde. Eu vou repetir aqui e quero agradecer a oportunidade da pergunta para repetir os números, para os ouvidos do meu adversário e para o povo brasileiro. O aumento da saúde em dinheiro saiu de 28 bilhões para 44 bilhões e 300 milhões. O número

de equipes de saúde e médicos de família cresceu 57%, de 16,7 para 26 mil. Os agentes comunitários saíram de 175 para 270 mil. Na saúde bucal, que só tinham 4 mil, foi para 14 mil e nós criamos 400 centros de saúde bucal, porque no Brasil dente não era tratado para pobre, pobre arrancava. Nós agora estamos permitindo até que tenha ortodontia, que tenha prótese para que as pessoas pobres possam ter todos os dentes na boca. Nós criamos o SAMU e quem está em São Paulo sabe o que significa o SAMU para São Paulo e para as outras Capitais, e estamos atendendo hoje a 117 Municípios. No Rio de Janeiro são 300 milhões para obras de equipamento em hospitais de urgência, Souza Aguiar, Hospital da Conceição, Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, Hospital de Queimados. Nós estamos fazendo o que deveria ter sido feito há 20 ou 30 anos e não fizeram. E com muita responsabilidade nós estamos fazendo. Além da farmácia popular. Você que é médico sabe de uma coisa: uma pessoa gastava neste País 130 reais para comprar insulina, se tomasse todo dia; agora gasta 13 reais. Ou seja, está economizando 1/3 do salário mínimo e está guardando para no final do ano tirar umas férias. Então, a nossa política de saúde certamente não é a mais perfeita, mas certamente é muito melhor do que qualquer outro momento que já tivemos aqui no Brasil, porque a saúde era um privilégio de poucos e agora nós queremos que ela seja um direito de todos.

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato Alckmin, um minuto.

Alckmin: Olha, eu queria dizer o seguinte: retirar 1,6 bilhão de reais da saúde não está correto. Governar é escolher. Não dá para tirar recurso da saúde onde a população precisa do SUS. A qualidade do SUS está piorando. Nós estamos retrocedendo na questão da saúde. Uma primeira tarefa que vou fazer vai ser investir na saúde, controlar o gasto, fazer controle e custos, para não ter desvio de dinheiro, hierarquizar o sistema de saúde, recuperar os hospitais, levar cama para onde não tem. Nós temos regiões de meio milhão, seiscentas mil pessoas sem uma cama. Criar os centros de especialidade, levar água. Trinta milhões de pessoas sem água. E eu queria saber também do candidato, que não responder por que tirou o dinheiro da saúde, por que este ano o Brasil, com 24 milhões de deficientes, está investindo 400 reais...

Ana Paula Padrão: Por favor, candidato, o seu tempo acabou. O senhor já gastou o seu tempo.

Por favor.

Lula: Ele faz pergunta fora de hora. Ele, ao invés de responder, faz pergunta.

Ana Paula Padrão: Ele pode usar o tempo dele da maneira...

Lula: Deixa eu falar uma coisa. Eu acho que os nossos telespectadores poderiam perguntar para os hospitais, poderiam perguntar para os hospitais universitários que estavam todos falidos e quebrados e que nós colocamos 270 milhões para recuperá-los. Ele não conta que investimento em saneamento básico é cuidar da saúde. Nós, em quatro anos, investimos 14 vezes mais do que o Governo passado. Se ele não sabe, no último ano do Governo deles, tinha apenas 262 milhões de reais para saneamento básico. Nós já colocamos 10 bilhões e meio, inclusive emprestando para o Estado de São Paulo quando o Alckmin era Governador do Estado de São Paulo. E não emprestamos mais porque se ficaram com tanta burocracia no Banco Central que nós temos que desmontar para fazer com que as pessoas recebam saúde, porque para mim, prevenir a saúde é mais barato do que ...

Ana Paula Padrão: Candidato, tempo encerrado.

Bom, chegamos aqui ao fim do terceiro bloco deste debate que está sendo transmitido ao vivo pela Rede SBT e também pela TV Cultura e TVs Educativas. A gente faz agora um pequeno intervalo e voltamos para as considerações finais de cada candidato. Até já.

O SBT volta a apresentar, ao vivo, o debate entre os candidatos à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin.

Este quarto bloco será dedicado às considerações finais de cada candidato. De acordo com a ordem do sorteio realizado ontem, na presença das assessorias dos dois candidatos, o primeiro a se manifestar será o candidato Luis Inácio Lula da Silva.

Presidente Lula, o senhor tem três minutos a partir de agora.

Lula: Eu queria dizer ao povo brasileiro que está nos assistindo que estamos pedindo a vocês que reflitam com os dois projetos que estão em discussão aqui no país. De um lado temos um candidato que, depois de governar o Brasil oito anos e um estado doze anos, diz muitas coisas que não fez no Estado e que promete fazer. Segundo, vou terminar a minha fala dizendo algumas coisas que fizemos, com números, para que nosso candidato anote aí: redução da fome, da miséria e das desigualdades, 8,4 milhões de brasileiros saíram da miséria e 7 milhões entraram na classe média; crescimento da ocupação de 7,8 milhões de oportunidades de trabalho e formalização de cinco milhões e seiscentos mil empregos;

aumento do salário mínimo de 26% - dava para comprar 1,4 cesta básica quando eu ganhei as eleições e hoje as pessoas compram 2,4 cestas básicas, ou seja, o dobro, 71%; educação, 300.000 foram alfabetizados; 139 no Pró-Jovem e 204 mil no Pró-Uni, dez novas universidades e 48 extensões universitárias; ampliação dos programas sociais para onze milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família; diversificação da matriz energética, 840 milhões de biodiesel comercializado e o Brasil vai se transformar na grande potência energética do mundo; proteção ao meio ambiente e redução do desmatamento; e nós, que tínhamos prometido formar dez mil doutores em quatro anos, formamos dez mil e seiscentos doutores em apenas três anos e meio. Eu queria dizer essas coisas porque os números fluem na boca das pessoas com muita facilidade e cada um pode falar o que quiser. O dado concreto é que o passado condena alguns, absolve outros, e a prática política pode fazer vocês entenderem melhor. É verdade que eu tenho um sonho, um sonho de transformar o Brasil no país mais democrático do ponto de vista do acesso à universidade, eu tenho um sonho de gerar empregos, e muitos empregos, porque vivi duas crises na minha vida, como trabalhador e sei o que significa o emprego. É por isso que estamos investindo tanto na formação profissional, porque eu sei qual é a diferença de um trabalhador sem profissão e um com profissão, para arrumar emprego. De forma que o povo brasileiro já conhece bem o candidato Alckmin, já me conhece bem. Eu só peço a Deus que no dia 29 de outubro o povo reflita na hora de votar e vote naquilo que ele está vendo no Brasil, vote no crescimento econômico, vote no controle de inflação, vote no controle do custo de vida, e vote para que o Brasil se transforme definitivamente num país rico, uma das maiores democracias do mundo.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, candidato. Por favor candidato Alckmin, agora, três minutos.

Alckmin: Quero agradecer você que está em casa, que ficou até essa hora da noite para assistir a esse debate, para poder ter um juízo de valor, poder escolher bem o seu candidato no dia 29; agradecer aqui à Ana Paula Padrão, cumprimentar o candidato Lula, e dizer a vocês o seguinte. O PT teve a sua oportunidade, quatro anos - quatro anos. O que nós vimos? Sob o ponto de vista ético, um descalabro; sob o ponto de vista de gestão, um governo que não funciona; 34 ministérios; saúde piorando; educação piorando; segurança pública numa situação extremamente grave; e, sob o ponto de vista do crescimento, o Brasil perdeu oportunidade, deixou passar uma grande oportunidade, praticamente não saindo do lugar, ficando parado, com crescimento de apenas 2%. Eu quero dizer do que eu também não vou

fazer. Eu não vou permitir, nas empresas estatais, a sua privatização para partido político, como o PT fez. Isso está errado, as empresas são para o povo, para servir à sociedade. Vou desaparelhar o Estado. O Governo não é para os companheiros, o Governo é para servir ao povo, política é serviço. O Mário Covas dizia, administração primeiro é gente, segundo é gente, terceiro é gente; se você não tem a pessoa certa no lugar certo, nem com dinheiro não faz, desperdiça, joga fora, tem ineficiência, corrupção. E quero dizer, finalmente, que vamos trabalhar pelo emprego. Esse é o grande problema brasileiro. E emprego é investimento; Governo gera emprego de forma complementar; quem gera empregos são os empreendedores, indústria, comércio, agricultura, serviços, turismo. E é isso que vamos fazer, baixar juros, acabar com desperdício, ter um governo eficiente, para o Brasil crescer. Eu trabalho desde os dezoito anos de idade, sou filho de funcionário público, trabalhei de noite para pagar meus estudos e ajudar meu pai, e sei quanto foi importante para mim o meu primeiro salário, como professor de Madureza, naquela época, do Supletivo – o primeiro "salariozinho" que recebi, como aquilo fez bem para mim, para minha auto-estima, ter um pouco de independência. É isso que quero para o seu filho, para o seu neto que sabe que de cada dez jovens, quatro estão desempregados. O jovem não pode ter medo do futuro; o Brasil está com a receita errada; nós vamos trabalhar para por a receita certa. O Governo não pode ser caro, pesado, mas tem que ter ativismo econômico; estabilidade não é plano econômico, plano econômico é crescimento. O Brasil pode mais e merece mais.

Ana Paula Padrão: Muito obrigada, candidato. O SBT encerra aqui esse debate. Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença dos dois candidatos, Luis Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, que com esse encontro, de discussão de programas de governo, de propostas para governar o Brasil deram ao telespectador, e ao eleitor brasileiro, mais uma chance de refletir sobre o seu próprio futuro. Nós agradecemos, também, a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização desse encontro, aos convidados, pela presença, e ainda às empresas que transmitiram simultaneamente este programa, às emissoras afiliadas ao SBT, à TV Cultura, e TVs Educativas. Em nome do SBT e do Departamento de Jornalismo, muito obrigado a todos pela companhia, e até amanhã.

ANEXO 3
Íntegra do discurso de posse
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Discurso na sessão de posse no Congresso Nacional⁴¹

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet;

Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro.

A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da

⁴¹ Texto publicado na íntegra no sítio do Partido dos Trabalhadores. Para presente análise, o mesmo foi transcrito da mesma forma na qual se encontra no webtexto, podendo conter erros de digitação que, propositalmente, foram mantidos sem a devida correção, para aproximar a transcrição da forma como o discurso foi proferido. Feita a transcrição, foi acessada também a gravação em vídeo e áudio do discurso, tendo sido constatado que os erros de digitação foram lidos pelo sujeito-enunciador Lula da mesma forma como se encontravam grafados.

própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um roubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praias, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste

momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRÁS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de

crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência. Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste.

Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o

relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações.

De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é, sobretudo, um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas

normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua

fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro! (01/01/2003)

ANEXO 4

Íntegra do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na solenidade de posse no dia 1º de janeiro de 2007⁴²

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida - a de assumir a presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual.

O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia - e ainda hoje me sinto - parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República.

Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto.

Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.

Tenho a meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos.

E assim o será no Governo que se inicia.

Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.

É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora.

⁴² A exemplo do discurso anterior, reproduzido neste trabalho, este texto também foi extraído da internet, tendo sido transcrito da mesma forma na qual se encontrava em seu meio eletrônico.

Mas é diferente - para melhor - na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego.

É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso país é diferente - para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.

Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio-ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.

O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo.

E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois?

Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros.

Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.

Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou. A solução dos grandes problemas mundiais, como: as persistentes desigualdades econômicas e

financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio-ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu.

Os organismos internacionais - especialmente a ONU - não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim.

Ele me permite saber para onde seguir.

Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.

Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha.

Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.

É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato.

Tenho plena consciência do que isso significa.

Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.

O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo.

Ouçó as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência.

Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo.

E o Brasil mudou.

Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos.

Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente.

Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível - debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona.

É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade.

Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado.

Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado.

Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar.

Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal.

Disso não abriremos mão, em hipótese alguma.

Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país.

É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido.

É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.

Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores.

Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.

Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento.

Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.

Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento.

Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro.

Ao contrário, elas serão apenas o começo.

Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.

Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.

O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.

Continuaremos dando prioridade ao setor de Bio-energia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo.

O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade.

Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade.

E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios.

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros.

Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital - ou seja, o juro - for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios.

Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito.

Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infra-estrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.

Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Durante a campanha afirmo que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.

Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macro-econômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.

Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural.

Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do país.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero - saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados - teve duplo efeito.

Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres.

Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime.

Por isso, obtive reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países.

Nosso governo nunca foi, nem é "populista". Este governo foi, é e será popular.

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda.

E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do micro-crédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular.

Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões.

Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra-estrutura.

Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade.

Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital.

Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo.

Na construção civil, os setores de infra-estrutura, habitação e saneamento básico.

Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo.

Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia.

Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.

Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos.

Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional - sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio.

O que outros países fizeram ainda nos séculos dezenove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos.

Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso país em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.

O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.

Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB.

Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.

Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.

Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica.

A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades.

Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas.

Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.

Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades pólo do país.

Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUNI.

O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.

Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.

Outras áreas vitais para a população - e objeto de permanente demanda - são as da saúde e da segurança pública.

Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.

Sinto que em matéria de segurança pública - um verdadeiro flagelo nacional - crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos.

Nunca o mundo viveu - como vive hoje - um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível.

Temos no Brasil um desafio pela frente.

Desafios para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas.

Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas.

Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.

Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas.

Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa.

Elas se complementam.

Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros.

Continuaremos nesse rumo.

Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana.

Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça.

A reforma política deve ser prioritária no Brasil.

Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir.

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial.

Nossa política externa - motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação - foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.

Estamos mais próximos da África - um dos berços da civilização brasileira.

Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa.

O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-americana de Nações.

Senhoras e Senhores,

É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade.

O Brasil tem muito o que contribuir neste debate.

Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações.

Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.

A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá conduzir este país nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.

Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.

Pode ajudar a mostrar que neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores,

Fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro.

A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados.

O povo fez uma escolha consciente.

Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.

Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de "distribuição de migalhas".

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País.

Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente.

O que distribuímos - e mais do que isso: socializamos - foi cidadania.

Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar.

Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.

A vontade de mudança - que esteve reprimida por décadas, séculos - expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro.

Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta.

Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses.

Mas exige opções, alinhamentos.

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo.

Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos.

Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária.

Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Reconheço que Deus tem sido generoso comigo.

Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.

Muito obrigado (01/01/2007)

ANEXO 5

Histórico de participações em eleições presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva ao longo do período coberto pelo presente estudo

Eleição de 1998:

Decidida no Primeiro Turno.

Resultado:

1º lugar - Fernando Henrique Cardoso (PSDB, PMDB, PFL, PPB e PTB) - 35.936.540 votos (53,06%)

2º lugar - Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PDT, PSB e PC do B) - 21.475.218 votos (31,71%).

Eleição de 2002:

Primeiro Turno:

1º lugar - Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PC do B, PL, PMN e PCB) - 39.455.233 votos (46,4%)

2º lugar - José Serra (PSDB e PMDB) - 19.705.445 votos (23,2%)

Segundo Turno:

1º lugar - Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PC do B, PL, PMN e PCB) - 52.772.475 votos (61,3%)

2º lugar - José Serra (PSDB e PMDB) - 33.356.860 votos (38,7%).

Eleição de 2006:

Primeiro Turno:

1º lugar – Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PC do B, PRB) - 46.661.989 votos (48,61%)

2º lugar – Geraldo Alckmin (PSDB,PFL) - 39.968.167 votos (41,64%)

Segundo Turno:

1º lugar – Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PC do B, PRB) - 58.294.228 votos (60,83%)

2º lugar – Geraldo Alckmin (PSDB, PFL) - 37.543.024 votos (39,17%).